



Demonstrações Contábeis consolidadas - BrGaap

30 de Junho de 2016

ÍNDICE GERAL

	Página
Demonstrativos Contábeis	02
Notas Explicativas da Administração	09
Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria	112
Relatório dos Auditores Independentes	115
Parecer do Conselho Fiscal	118
Parecer do Conselho da Administração	119

Balanço Patrimonial Consolidado

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ATIVO	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015
CIRCULANTE	584.754.810	593.580.550	539.772.848
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	9.650.474	11.510.594	12.848.524
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	149.619.035	153.488.590	125.713.522
Aplicações no mercado aberto	138.125.024	143.111.942	117.549.929
Aplicações em depósitos interfinanceiros	11.494.077	10.376.868	8.163.694
Provisões para perdas	(66)	(220)	(101)
TÍTULOS E VAL. MOBIL. e INST. FINANC. DERIVATIVOS (Nota 6)	136.635.493	131.584.306	124.657.116
Carteira própria - livre	84.325.987	58.252.803	44.019.136
Vinculados a compromissos de recompra	43.118.080	61.308.900	71.466.702
Instrumentos financeiros derivativos	109.081	745.707	353.854
Vinculados ao Banco Central	675		1.100
Vinculados a prestação de garantias	4.622.731	11.276.896	8.816.324
Carteira de livre movimentação	4.458.939		
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	109.474.698	106.684.916	98.192.610
Pagamentos e recebimentos a liquidar	1.328.945	19.846	1.496.605
Créditos vinculados - depósitos no BACEN (Nota 7 (a))	107.286.065	106.116.550	95.768.498
Correspondentes	859.688	548.520	927.507
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	66.193	479.552	80.940
Recursos em trânsito de terceiros	332	687	259
Transferências internas de recursos	65.861	478.865	80.681
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	142.394.074	144.504.493	138.009.940
Setor público	9.101.670	8.772.424	5.606.942
Setor privado	153.881.409	155.052.519	147.400.576
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	1.210.642	764.730	705.386
Provisão para operações de créditos	(21.799.647)	(20.085.180)	(15.702.964)
OUTROS CRÉDITOS (Nota 9)	33.085.558	42.751.379	38.304.807
Créditos por avais e fianças honrados	35.029	30.749	32.817
Carteira de câmbio	5.518.696	5.473.711	4.183.607
Rendas a receber	2.954.648	2.833.916	3.984.602
Negociação e intermediação de valores	37.210	48.313	55.104
Créditos específicos	855.599	836.716	781.382
Diversos	24.139.445	33.912.228	29.579.536
Provisão para outros créditos	(455.069)	(384.254)	(312.241)
OUTROS VALORES E BENS (Nota 10)	3.829.285	2.576.720	1.965.389
Outros valores e bens	3.901.869	2.689.411	1.957.092
Provisões para perdas	(163.896)	(133.958)	(94.693)
Despesas antecipadas	91.312	21.267	102.990
NÃO CIRCULANTE	628.706.705	609.700.290	579.389.325
TÍTULOS E VAL. MOBIL. e INST. FINANC. DERIVATIVOS (Nota 6)	44.586.725	50.393.554	46.282.014
Carteira própria - livre	8.799.473	10.151.228	10.670.844
Vinculados a compromissos de recompra	34.786.577	36.843.514	33.900.020
Instrumentos financeiros derivativos	997.657	3.395.414	1.708.523
Vinculados ao Banco Central		820	
Vinculados a prestação de garantias	3.018	2.578	2.627
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	27.314.616	26.162.028	26.320.106
Créditos vinculados - SFH (Nota 7 (b))	27.314.616	26.162.028	26.320.106
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	500.962.192	489.367.963	470.286.774
Setor público	47.485.639	44.216.680	44.499.369
Setor privado	460.839.723	453.946.351	434.871.276
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	7.123.604	4.596.632	4.270.540
Provisão para operações de créditos	(14.486.774)	(13.391.700)	(13.354.411)
OUTROS CRÉDITOS (Nota 9)	43.982.800	31.774.297	25.039.690
Diversos	44.010.025	31.794.014	25.084.052
Provisão para outros créditos	(27.225)	(19.717)	(44.362)
PERMANENTE	11.860.372	12.002.448	11.460.741
INVESTIMENTOS (Nota 11)	4.955.362	4.890.146	4.522.889
Participações em coligadas e controladas:	4.526.220	4.544.514	4.068.465
No país	4.526.111	4.544.276	4.068.265
No exterior	109	238	200
Outros investimentos	703.970	701.529	674.391
Provisão para perdas	(274.828)	(355.897)	(219.967)
IMOBILIZADO DE USO (Nota 12)	3.697.550	3.864.762	3.848.643
Imóveis de uso	1.843.002	1.590.668	1.408.414
Reavaliações de imóveis de uso	710.140	715.978	728.363
Outras immobilizações de uso	7.466.488	7.295.520	7.029.549
Depreciações acumuladas	(6.322.080)	(5.737.404)	(5.317.683)
INTANGÍVEL (Nota 13)	3.207.460	3.247.540	3.089.209
Ativos intangíveis	4.860.824	4.650.554	4.427.376
Amortizações acumuladas	(1.653.364)	(1.403.014)	(1.338.167)
T O T A L	1.213.461.515	1.203.280.840	1.119.162.173

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

Balanço Patrimonial Consolidado

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	30/06/2016	31/12/2015 (Nota 3 (t))	30/06/2015 (Nota 3 (t))
CIRCULANTE	685.390.729	710.435.903	641.732.882
DEPÓSITOS (Nota 14)	362.802.878	367.127.623	344.596.723
Depósitos à vista	26.577.289	27.414.590	27.879.676
Depósitos de poupança	238.702.276	241.362.624	232.117.335
Depósitos interfinanceiros	483.936	2.053.259	1.936.147
Depósitos a prazo	86.160.376	81.757.139	73.537.944
Depósitos especiais e de fundos e programas	10.878.942	14.540.011	9.125.621
Outros depósitos	59		
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO (Nota 15)	171.306.429	186.597.458	174.301.247
Carteira própria	62.532.628	87.121.336	102.242.377
Carteira de terceiros	108.773.801	99.476.122	72.058.870
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÕES DE TÍTULOS (Nota 16)	87.385.233	91.697.612	62.918.178
Recursos de letras imob., hipotec., de crédito e similares	87.222.086	91.498.789	62.760.287
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	163.147	198.823	157.891
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	2.066.877	378.120	2.166.171
Recebimentos e pagamentos a liquidar	2.056.366	360.696	2.157.545
Correspondentes	10.511	17.424	8.626
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	737.329	1.598.196	685.398
Recursos em trânsito de terceiros	714.415	1.597.614	613.642
Transferências internas de recursos	22.914	582	71.756
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS (Nota 17)	5.484.889	7.435.182	6.872.091
Empréstimos no exterior	5.484.889	7.435.182	6.872.091
OBRIGAÇÕES POR REPAS. DO PAÍS - INSTIT. OFICIAIS (Nota 17)	1.523.499	1.348.518	1.462.525
TESOURO NACIONAL - PIS	303.553	310.418	359.057
BNDES	1.095.257	872.763	783.297
FGTS	122.710	163.305	318.086
Outras	1.979	2.032	2.085
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6 (g))	892.238	157.782	73.939
Instrumentos financeiros derivativos	892.238	157.782	73.939
OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 18)	53.191.357	54.095.412	48.656.610
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	1.080.750	353.726	1.480.557
Carteira de câmbio (Nota 9 (c))	1.470.829	104.235	264.984
Sociais e estatutárias	1.546.995	2.933.544	1.652.623
Fiscais e previdenciárias	1.751.247	3.105.411	2.229.793
Negociação e intermediação de valores	10.443	3.073	117.016
Recursos para destinação específica:	11.322.694	12.222.859	9.554.544
Obrigações de operações com loterias	652.627	1.407.542	891.360
Obrigações por fundos e programas sociais	8.297.918	9.305.546	7.638.044
Obrigações por fundos financ. e de desenvolvimento	2.372.149	1.509.771	1.025.140
Instrumentos híbridos de capital e dívida	481.604	1.369.114	741.048
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	884.776	875.430	876.818
Diversas	34.642.019	33.128.020	31.739.227
NÃO CIRCULANTE	465.721.848	430.141.494	414.905.805
DEPÓSITOS (Nota 14)	99.575.998	87.534.510	81.290.956
Depósitos interfinanceiros	350.285	373.368	487.576
Depósitos a prazo	99.225.713	87.161.142	80.803.380
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO (Nota 15)	17.732.888	7.663.763	1.882.657
Carteira própria	13.919.833	7.663.763	1.882.657
Carteira de livre movimentação	3.813.055		
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÕES DE TÍTULOS (Nota 16)	76.597.512	77.692.747	99.365.563
Recursos de letras imob., hipotec., de crédito e similares	63.856.507	62.188.626	86.868.650
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	12.741.005	15.504.121	12.496.913
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS (Nota 17)	312.346	6.902.375	2.825.578
Empréstimos no exterior	312.346	6.902.375	2.825.578
OBRIGAÇÕES POR REPAS. DO PAÍS-INSTIT. OFICIAIS (Nota 17)	222.723.779	206.333.649	189.270.657
TESOURO NACIONAL - PIS	563.091	367.746	351.319
BNDES	30.490.892	31.505.048	30.583.839
FGTS	189.236.352	172.046.779	156.173.663
Outras	2.433.444	2.414.076	2.161.836
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR (Nota 17)	53.420	59.184	59.184
Repasse do exterior	53.420	59.184	59.184
OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 18)	48.725.905	43.955.266	40.270.394
Fiscais e previdenciárias	121.815	127.238	136.666
Instrumentos híbridos de capital e dívida	441.437	430.152	247.234
Dívidas subordinadas	11.138.061		
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	11.970.183	23.243.491	19.678.516
Diversas	25.054.409	20.154.385	20.207.978
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 19)	62.348.938	62.703.443	62.523.486
Capital social:	22.054.802	22.054.802	22.054.802
Capital de domiciliados no país	35.000.000	35.000.000	35.000.000
Capital a realizar	(12.945.198)	(12.945.198)	(12.945.198)
Instrumento elegível ao capital principal	36.453.645	36.086.566	36.086.566
Reservas de capital			167
Reserva de reavaliação	389.873	400.384	400.031
Reservas de lucros	9.535.917	9.269.290	6.221.877
Ajuste de avaliação patrimonial	(6.590.349)	(5.107.599)	(3.839.032)
Lucros acumulados	505.050		1.599.075
T O T A L	1.213.461.515	1.203.280.840	1.119.162.173

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

Demonstração Consolidada do Resultado

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

DESCRIÇÃO	2016		2015	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre Nota 3 (t)	1º semestre Nota 3 (t)
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA (Nota 21)	37.036.939	72.914.724	31.912.101	66.269.902
Operações de crédito (Nota 8 (e))	23.331.124	45.826.506	21.174.095	40.759.197
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários (Notas 5 (a) e 6 (d))	13.206.246	28.290.174	8.381.680	17.376.527
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (Nota 6 (j))	(2.839.044)	(7.762.951)	(371.461)	2.018.629
Resultado de câmbio (Nota 9 (c.1))				935.860
Resultado das aplicações compulsórias (Nota 7 (c))	3.318.873	6.526.308	2.707.160	5.140.712
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	19.740	34.687	20.627	38.977
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA (Nota 22)	(31.777.897)	(61.952.099)	(26.646.702)	(55.656.827)
Operações de captação no mercado (Notas 14 (c); 15 (b); 16 (b) e 16 (d))	(21.064.839)	(41.782.820)	(17.214.281)	(36.822.765)
Operações de empréstimos, cessões e repasses (Nota 17 (d))	(3.560.004)	(6.423.495)	(2.965.187)	(7.733.729)
Resultado de câmbio (Nota 9 (c.1))	(678.649)	(1.414.616)	(540.953)	
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(215.639)	(2.263.810)	(1.370.809)	(1.517.406)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 8 (i))	(6.258.766)	(10.067.358)	(4.555.472)	(9.582.927)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	5.259.042	10.962.625	5.265.399	10.613.075
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(4.869.202)	(10.187.524)	(4.634.757)	(9.176.862)
Receitas de prestação de serviços (Nota 23 (a))	4.364.698	8.499.589	4.016.554	7.948.591
Rendas de tarifas bancárias (Nota 23 (b))	1.212.966	2.370.779	1.025.981	1.980.055
Despesas de pessoal (Nota 24)	(5.040.430)	(10.060.599)	(4.681.190)	(9.624.641)
Outras despesas administrativas (Nota 25)	(2.985.551)	(5.864.571)	(2.911.589)	(5.630.459)
Despesas tributárias (Nota 29)	(910.448)	(1.843.407)	(904.101)	(1.710.658)
Resultado de participações em coligadas e controladas (Nota 11 (a))	122.312	275.285	145.765	310.648
Outras receitas operacionais (Nota 26)	2.053.670	4.060.195	2.471.733	4.945.781
Outras despesas operacionais (Nota 27)	(3.686.419)	(7.624.795)	(3.797.910)	(7.396.179)
RESULTADO OPERACIONAL	389.840	775.101	630.642	1.436.213
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 28)	(51.185)	(114.148)	(130.367)	(252.704)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	338.655	660.953	500.275	1.183.509
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 20 (a))	1.520.690	2.175.406	1.678.994	2.734.688
Tributos correntes	349.612	(125.734)	(163.586)	(693.272)
Ativo fiscal diferido	1.295.362	1.039.073	1.744.742	3.333.173
Passivo fiscal diferido	(124.284)	1.262.067	97.838	94.787
PARTICIPAÇÕES DOS EMPREGADOS NO LUCRO	(249.622)	(388.849)	(244.305)	(434.971)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE / EXERCÍCIO	1.609.723	2.447.510	1.934.964	3.483.226

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

EVENTOS	CAPITAL	INSTRUMENTO ELEGÍVEL AO CAPITAL PRINCIPAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVA DE LUCROS		AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
					LEGAL	ESTATUTÁRIAS			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	22.054.802	35.867.958	167	408.392	2.325.326	4.547.771	(3.113.693)		62.090.723
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL							(725.339)		(725.339)
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/ REAVALIAÇÃO				7.419					7.419
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/ RESERVA DE REAVALIAÇÃO								(5.032)	(5.032)
REALIZAÇÃO DE RESERVA				(15.780)				15.780	
INCORPORAÇÃO DE REMUNERAÇÃO DE IHCD		218.608							218.608
DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS ADICIONAIS							(1.043.352)		(1.043.352)
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO								3.483.226	3.483.226
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:									
Reserva Legal (Reservas de Lucros)					139.830			(139.830)	
Reserva de Loterias (Reserva de Lucros)						252.302		(252.302)	
Juros sobre o capital próprio propostos								(816.147)	(816.147)
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital								(686.620)	(686.620)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015	22.054.802	36.086.566	167	400.031	2.465.156	3.756.721	(3.839.032)	1.599.075	62.523.486
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	22.054.802	36.086.566		400.384	2.617.409	6.651.881	(5.107.599)		62.703.443
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL							(1.482.750)		(1.482.750)
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/ REAVALIAÇÃO				5.422					5.422
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/ RESERVA DE REAVALIAÇÃO								(5.548)	(5.548)
REALIZAÇÃO DE RESERVA				(14.425)				14.425	
REVERSÃO DE RESERVA DE REAVALIAÇÃO				(1.508)					(1.508)
DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS ADICIONAIS							(55.296)		(55.296)
INCORPORAÇÃO DE REMUNERAÇÃO DE IHCD		367.079							367.079
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO								2.447.510	2.447.510
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:									
Reserva Legal (Reservas de Lucros)					99.593			(99.593)	
Reserva de loterias (Reservas de Lucros)						222.330		(222.330)	
Juros sobre o capital próprio propostos								(1.173.750)	(1.173.750)
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital								(455.664)	(455.664)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016	22.054.802	36.453.645		389.873	2.717.002	6.818.915	(6.590.349)	505.050	62.348.938

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

EVENTOS	CAPITAL	INSTRUMENTO ELEGÍVEL AO CAPITAL PRINCIPAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVA DE LUCROS		AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
					LEGAL	ESTATUTÁRIAS			
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2015	22.054.802	35.867.958	167	398.783	2.325.326	3.504.419	(2.595.198)	782.212	62.338.469
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL							(1.243.834)		(1.243.834)
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/REAVALIAÇÃO				7.419					7.419
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/RESERVA DE REAVALIAÇÃO								(1.150)	(1.150)
REALIZAÇÃO DE RESERVA				(6.171)				6.171	
INCORPORAÇÃO DE REMUNERAÇÃO DE IHCD		218.608							218.608
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO								1.934.964	1.934.964
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:									
Reserva Legal (Reservas de Lucros)					139.830			(139.830)	
Reserva de loterias (Reservas de Lucros)						252.302		(252.302)	
Juros sobre o capital próprio propostos								(418.377)	(418.377)
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital								(312.613)	(312.613)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015	22.054.802	36.086.566	167	400.031	2.465.156	3.756.721	(3.839.032)	1.599.075	62.523.486
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2016	22.054.802	36.086.566		395.306	2.617.409	6.596.585	(4.768.274)	(27.679)	62.954.715
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL							(1.822.075)		(1.822.075)
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/REAVALIAÇÃO				3.372					3.372
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/RESERVA DE REAVALIAÇÃO								(3,285)	(3,285)
REALIZAÇÃO DE RESERVA				(7,297)				7,297	
REVERSÃO DE RESERVA DE REAVALIAÇÃO				(1,508)					(1,508)
INCORPORAÇÃO DE REMUNERAÇÃO DE IHCD		367,079							367,079
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO								1,609,723	1,609,723
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:									
Reserva Legal (Reservas de Lucros)					99,593			(99,593)	
Reserva de loterias (Reservas de Lucros)						222,330		(222,330)	
Juros sobre o capital próprio propostos								(586,412)	(586,412)
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital								(172,671)	(172,671)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016	22.054.802	36.453.645		389.873	2.717.002	6.818.915	(6.590.349)	505.050	62.348.938

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2016		2015	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	8.237.962	15.844.614	6.193.936	12.177.927
Lucro Líquido	1.609.723	2.447.510	1.934.963	3.483.226
Ajustes ao Lucro Líquido:	6.628.239	13.397.104	4.258.973	8.694.701
Ajustes ao Valor de Mercado de TVM e Inst. Financ. Derivativos (Ativos/Passivos)	247.081	2.537.249	718.623	347.829
(Ganho)/Perda em Investimentos	(109.917)	210.069	(85.057)	(23.791)
(Ganho)/Perda na Venda de Imobilizado	3.862		(3.512)	(4.193)
(Ganho)/Perda na Venda de Bens não de Uso Próprio	(16.025)	(31.288)	(812)	(55)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	6.258.766	10.067.358	4.555.472	9.582.927
Ativo/Passivo Atuarial (Benefícios a empregados)	545.511	1.091.021	369.318	738.636
Depreciações e Amortizações	439.382	882.981	423.683	802.751
Impostos Diferidos	(1.171.078)	(2.301.140)	(1.842.580)	(3.427.960)
Despesas com provisões para causas judiciais	268.853	779.405	344.018	837.072
Resultado de Participação em Coligadas	(122.312)	(275.285)	(145.765)	(310.648)
Despesas com Dívidas Subordinadas e Instrumentos Híbridos	284.116	436.734	(74.415)	122.712
Despesas com atualização monetárias de dividendos complementares pagos				29.421
VARIAÇÃO PATRIMONIAL	(55.346.851)	(30.540.152)	14.811.997	(3.528.019)
(Aumento) Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.109.206	(947.337)	(1.264.024)	(1.535.789)
(Aumento) Redução em TVM para negociação	(11.205.889)	(14.222.083)	1.572.689	(2.506.510)
(Aumento) Redução em Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	(340.228)	(1.169.515)	885.348	(2.423.366)
(Aumento) Redução em Relações Interfinanceiras (Ativos/Passivos)	(381.789)	(1.084.098)	(450.010)	(1.233.210)
(Aumento) Relações Interdependências (Ativos/Passivos)	(92.230)	(447.508)	(151.447)	(367.302)
(Aumento) Redução em Operações de Crédito	(11.268.157)	(19.398.723)	(23.588.565)	(47.100.800)
(Aumento) Redução em Outros Créditos	(4.730.060)	(393.987)	(2.812.696)	(82.521)
(Aumento) Redução em Outros Valores e Bens	(793.275)	(1.221.277)	(236.271)	(407.150)
(Redução) Aumento em Depósitos	12.078.546	7.716.743	5.458.150	6.841.940
(Redução) Aumento em Captações no Mercado Aberto	(55.259.198)	(5.221.904)	14.501.915	3.414.020
(Redução) Aumento em Recursos por Emissão de Títulos	(1.052.938)	(5.407.614)	8.695.150	24.534.664
(Redução) Aumento em Instrumentos Financeiros Derivativos	632.154	734.456	27.870	20.221
(Redução) Aumento em Obrigações por Empréstimos e Repasses	9.015.479	8.019.025	8.025.992	17.549.214
(Redução) Aumento em Outras Obrigações	6.941.528	2.503.670	4.408.640	77.502
Imposto de renda e contribuição social pagos			(260.744)	(308.932)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(47.108.889)	(14.695.538)	21.005.933	8.649.908
FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Aquisição e Resgate de TVM disponíveis para venda	(880.805)	(1.555.657)	(2.915.545)	(3.278.078)
Aquisição e Resgate de TVM mantidos até o vencimento	9.085.698	12.513.383	2.606.481	1.764.847
Alienação de Imobilizado de Uso	(1.629)	5.816	6.035	14.066
Aquisição de Imobilizado de Uso	(137.624)	(305.058)	(313.445)	(573.574)
Baixa de Intangível	16.895	31.721	8.331	11.467
Aquisição de Intangível	(142.184)	(408.168)	(148.694)	(287.883)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	7.940.351	10.282.037	(756.837)	(2.349.155)
FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
Incorporação de remuneração de IHCD	367.079	367.079	218.608	218.608
Dividendos complementares dos exercícios de 2014 e 2015		(55.296)		(1.072.773)
Dividendos/Juros sobre o capital próprio	(586.413)	(1.173.750)	(418.377)	(816.147)
Remuneração IHCD pago	(1.401.544)	(1.401.544)	(1.448.100)	(1.448.100)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(1.620.878)	(2.263.511)	(1.647.869)	(3.118.412)
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(40.789.416)	(6.677.012)	18.601.227	3.182.341
MODIFICAÇÕES EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, LÍQUIDA				
Caixa e Equivalentes no início do período	187.009.925	152.897.521	111.797.226	127.216.112
Caixa e Equivalentes no fim do período	146.220.509	146.220.509	130.398.453	130.398.453
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(40.789.416)	(6.677.012)	18.601.227	3.182.341

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

Demonstração Consolidada do Valor Adicionado

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2016				2015			
	2º trimestre		1º semestre		2º trimestre (Nota 3 (t))		1º semestre (Nota 3 (t))	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
1. RECEITAS	37.679.674		76.249.165		34.199.576		71.308.697	
Intermediação financeira	36.358.290		71.500.108		31.371.148		66.269.902	
Prestação de serviços com tarifas	5.577.664		10.870.368		5.042.535		9.928.646	
Provisão para devedores duvidosos - constituição	(6.258.766)		(10.067.358)		(4.555.472)		(9.582.927)	
Outras	2.002.486		3.946.047		2.341.365		4.693.076	
2. DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	24.840.482		50.470.125		21.550.277		46.073.900	
3. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	5.569.935		11.847.286		5.924.640		11.491.099	
Materiais, energia e outros	641.390		1.243.086		621.955		1.203.737	
Processamento de dados e comunicações	528.435		1.096.183		556.968		1.012.327	
Propaganda, publicidade e promoções	193.680		340.775		171.597		323.772	
Serviços de terceiros e especializados	577.433		1.136.402		584.134		1.164.556	
Serviços de vigilância e segurança	225.571		406.045		192.076		390.529	
Outras	3.403.426		7.624.795		3.797.910		7.396.178	
- Serviços delegados pelo Governo Federal	531.962		1.009.071		521.862		980.386	
- Despesa com lotérico e parceiros comerciais	534.107		1.039.278		565.080		1.147.926	
- Descontos de operações de crédito	65.619		122.858		328.999		460.083	
- Despesas com cartão de crédito/débito	149.758		492.024		330.766		669.165	
- Benefício pós-emprego	545.511		1.091.021		369.318		738.636	
- Provisões operacionais diversas	746.527		2.203.647		818.603		1.965.801	
- Demais	829.942		1.666.896		863.282		1.434.181	
4. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	7.269.257		13.931.754		6.724.659		13.743.698	
5. RETENÇÕES	439.381		882.980		423.683		802.751	
Depreciação, amortização e exaustão	439.381		882.980		423.683		802.751	
6. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (4-5)	6.829.876		13.048.774		6.300.976		12.940.947	
7. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	122.312		275.285		145.765		310.648	
Resultado da equivalência patrimonial	122.312		275.285		145.765		310.648	
8. VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)	6.952.188		13.324.059		6.446.741		13.251.595	
9. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	6.952.188	100	13.324.059	100	6.446.741	100	13.251.595	100
Pessoal	4.895.715	70	9.100.929		4.288.508	67	8.762.586	66
- Remuneração direta	3.751.406		6.892.051		3.195.549		6.537.771	
- Benefícios	920.961		1.760.417		887.297		1.805.573	
- FGTS	223.348		448.461		205.662		419.242	
Impostos, taxas e contribuições	67.087	1	1.016.520		(137.906)	(2)	272.996	2
- Federais	(104.594)		633.685		(320.063)		(103.875)	
- Estaduais	379		437		454		591	
- Municipais	171.302		382.398		181.703		376.280	
Remuneração de capitais de terceiros	379.662	5	759.100		361.176	6	732.787	6
- Aluguéis	379.662		759.100		361.176		732.787	
Remuneração de capitais próprios	759.084	11	1.629.414		730.989	11	1.502.767	11
- Juros sobre o capital próprio e dividendos	586.413		1.173.750		418.377		816.147	
- Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital	172.671		455.664		312.612		686.620	
Lucros retidos	850.640	12	818.096		1.203.974	19	1.980.459	15

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Índice das Notas Explicativas	Página
Nota 1 – Contexto operacional	10
Nota 2 – Apresentação das demonstrações contábeis consolidadas.....	11
Nota 3 – Principais práticas contábeis	13
Nota 4 – Caixa e equivalentes de caixa	25
Nota 5 – Aplicações interfinanceiras de liquidez.....	25
Nota 6 – Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.....	26
Nota 7 – Relações interfinanceiras.....	35
Nota 8 – Carteira de crédito	36
Nota 9 – Outros créditos.....	43
Nota 10 – Outros valores e bens.....	45
Nota 11 – Participações em controladas e coligadas	46
Nota 12 – Imobilizado de uso	48
Nota 13 – Intangível.....	49
Nota 14 – Depósitos	50
Nota 15 – Captações no mercado aberto	54
Nota 16 – Recursos de aceites e emissões de títulos	55
Nota 17 – Obrigações por empréstimos e repasses	57
Nota 18 – Outras obrigações.....	59
Nota 19 – Patrimônio líquido	64
Nota 20 – Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL).....	66
Nota 21 – Receitas da intermediação financeira.....	68
Nota 22 – Despesas da intermediação financeira.....	68
Nota 23 – Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias	69
Nota 24 – Despesas com pessoal.....	70
Nota 25 – Outras despesas administrativas.....	70
Nota 26 – Outras receitas operacionais	71
Nota 27 – Outras despesas operacionais	71
Nota 28 – Resultado não operacional	72
Nota 29 – Despesas tributárias	72
Nota 30 – Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias	73
Nota 31 – Partes relacionadas	76
Nota 32 – Benefícios a empregados	80
Nota 33 – Gerenciamento do risco corporativo.....	99
Nota 34 – Outras informações.....	110
Nota 35 – Eventos subsequentes	111

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 1 – Contexto operacional

A Caixa Econômica Federal (CAIXA ou Instituição) é uma instituição financeira constituída pelo Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969, sob a forma de empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Fazenda, com sede em Brasília – Distrito Federal. Sua atuação abrange todo o território nacional e, no exterior, opera por meio de escritórios de representação no Japão, nos Estados Unidos e na Venezuela. Seu capital social pertence integralmente à União.

A fim de cumprir seu objeto social, em conformidade com a Lei 11.908/2009, a CAIXA constituiu as subsidiárias integrais Caixa Participações S.A. – CAIXAPAR, CAIXA Instantânea S.A., CAIXA Seguridade S.A. e CAIXA Securitária.

Desenvolve suas atividades bancárias por meio da captação e aplicação de recursos em diversas operações nas carteiras comerciais, de operações de câmbio, de crédito ao consumidor, de crédito imobiliário e rural, da prestação de serviços bancários. Inclui ainda a administração de fundos e carteiras de investimento, e de natureza social, além de atividades complementares relacionadas à intermediação de títulos e valores mobiliários, a negócios com cartões de débito e crédito.

Atua também nos segmentos de seguros, previdência privada, capitalização e administração de consórcios por intermédio de participações societárias da CAIXA Seguridade S.A., na Caixa Seguros Holding S/A, na Pan Seguros S/A e na Panamericano Administração e Corretagem de Seguros e de Previdência Privada Ltda.

Como forma de financiamento de longo prazo de suas operações, a CAIXA emite títulos de dívida no mercado internacional por meio de Notas Sênior e de Bônus Subordinados elegíveis a compor o Capital de Nível II sob as regras de Basileia III.

A Instituição exerce papel fundamental na promoção do desenvolvimento urbano e da justiça social no País, é o principal parceiro do Governo Federal na promoção de políticas públicas, na execução dos programas de transferência de renda e na implantação da política nacional de habitação. Sua atuação se estende por diversas áreas, como habitação de interesse social, saneamento básico, infraestrutura, gestão ambiental, geração de trabalho e renda, desenvolvimento rural, e outras vinculadas ao desenvolvimento sustentável e direcionadas à melhoria da qualidade de vida dos brasileiros, principalmente os de baixa renda.

Delegada pelo Governo Federal, a instituição exerce o papel de agente operador de fundos e de programas sociais, dentre os quais se destacam o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), o Programa de Integração Social (PIS), o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), o Fundo Garantidor de Habitação Popular (FGHAB), dentre outros, e administra, em caráter de exclusividade, os serviços das loterias federais, bem como exerce o monopólio das operações de penhor civil, em caráter permanente e contínuo. Os fundos e programas administrados são entidades jurídicas independentes, geridas por regulamentação e estrutura de governança específicas e possuem contabilidade própria.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 2 – Apresentação das demonstrações contábeis consolidadas**a) Contexto**

As demonstrações contábeis consolidadas da CAIXA são de responsabilidade da Administração. As demonstrações contábeis consolidadas de 30 de junho de 2016 foram aprovadas pelo Conselho Diretor em 09 de agosto de 2016 e pelo Conselho de Administração em 10 de agosto de 2016.

As demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas independentemente de requerimento do Banco Central do Brasil para apresentação de demonstrações contábeis, dado que a Administração da CAIXA entende ser relevante para o mercado tal divulgação em função do volume de operações e atuação da CAIXA no mercado financeiro nacional.

Em função de orientação do Banco Central do Brasil para que os instrumentos híbridos de capital e dívida fossem reclassificados do patrimônio líquido para o passivo nas demonstrações contábeis individuais, a partir do trimestre findo em 31 de março de 2015, a Administração da CAIXA optou por deixar de apresentar as demonstrações contábeis individuais da controladora, passando a apresentar apenas as demonstrações contábeis consolidadas, por entender que essas demonstrações contábeis consolidadas fornecem os elementos necessários para o melhor entendimento da sua situação financeira, do volume total de suas operações e do cumprimento dos limites regulatórios e prudenciais do Banco Central do Brasil, onde os instrumentos híbridos de capital e dívida são classificados como elegíveis a capital e compõem o patrimônio líquido.

b) Base de preparação e declaração de conformidade

As demonstrações contábeis consolidadas da CAIXA foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanada da Lei nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e da Carta Circular 1.273/87 (COSIF). Além dessas normas, nos baseamos também na Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, em consonância com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e das práticas contábeis adotadas no Brasil.

Essas demonstrações contêm registros que refletem os custos históricos das transações, com exceção da carteira de títulos e valores mobiliários classificados como mantidos para negociação e disponíveis para venda e os instrumentos financeiros derivativos, que são avaliados pelo valor justo.

As demonstrações contábeis consolidadas são apresentadas em reais e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As práticas contábeis adotadas no Brasil envolvem julgamento pela Administração quanto a estimativas e premissas relativas à mensuração de provisão para créditos de liquidação duvidosa; ativos fiscais diferidos; ao valor justo de determinados instrumentos financeiros; à provisão para causas judiciais cíveis, trabalhistas e fiscais; a perdas por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros; a outras provisões; aos planos de previdência complementar; a ativos e passivos relacionados a benefícios pós-emprego a empregados; e à determinação da vida útil de determinados ativos. Os valores definitivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas, e somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação.

c) Consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem a CAIXA e suas subsidiárias CAIXAPAR, CAIXA Instantânea e CAIXA Seguridade que possui a subsidiária CAIXA Securitária. Foram elaboradas considerando a eliminação dos saldos das contas patrimoniais, as receitas, as despesas e os lucros não realizados entre as empresas.

As demonstrações contábeis da CAIXAPAR, da CAIXA Instantânea, da CAIXA Seguridade e da CAIXA são preparadas utilizando-se práticas contábeis consistentes. As participações em entidades sob controle conjunto e os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial.

O resultado das subsidiárias adquiridas ou alienadas durante o período é incluído nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da aquisição ou até a data da alienação. O custo de aquisição de uma controlada é mensurado pelo valor justo dos ativos ofertados, dos instrumentos patrimoniais emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos na data da troca.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os ativos identificáveis adquiridos, as contingências e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição, independente da proporção de qualquer participação na investida.

O valor excedente do custo de aquisição dos ativos líquidos identificáveis em relação ao valor justo de participação é registrado como ágio fundamentado em rentabilidade futura.

Quando o custo de aquisição for menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a CAIXA reconhece a diferença diretamente no resultado.

As principais empresas que o conglomerado CAIXA detém participação direta ou indireta e que estão incluídas nas demonstrações consolidadas são apresentadas na Nota 11.

(d) Riscos relacionados a não conformidade com leis e regulamentos

Em razão das notícias divulgadas na imprensa, a partir de 10 de abril de 2015, a respeito do suposto envolvimento de fornecedores de serviços da CAIXA na 11ª. fase do processo de investigação pelas autoridades públicas federais na operação conhecida como “A Origem”, a Administração da CAIXA adotou ações acautelatórias de caráter interno, com o propósito de identificar eventuais descumprimentos de leis e regulamentos relacionados ao tema por parte de seus empregados, administradores e fornecedores.

Até a data de divulgação das demonstrações contábeis consolidadas de 30 de junho de 2016, a CAIXA, seus administradores e seus empregados não foram notificados sobre qualquer denúncia ou evidência objetiva que não sejam aquelas que envolvam seus prestadores de serviços, eventualmente decorrentes de fatos relacionados com a operação “A Origem”.

A despeito disso, a CAIXA adotou providências, a fim de avaliar as notícias divulgadas na imprensa e os contratos com as empresas citadas.

Com base nas informações disponíveis, foi conduzido um processo interno de investigação que não identificou fatos relacionados a esse assunto que pudessem impactar as suas demonstrações contábeis consolidadas de 30 de junho de 2016, nem há qualquer informação objetiva que coloque em dúvida a boa conduta de seus funcionários, administradores e fornecedores.

De forma prospectiva a CAIXA continuará acompanhando e apoiando o processo de investigação das autoridades competentes até a sua conclusão bem como avaliando, sistematicamente, qualquer nova informação que possa demandar a necessidade de análises adicionais ou que outro processo de investigação interna seja efetuado.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 3 – Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas estão descritas a seguir:

(a) Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações contábeis consolidadas são apresentadas em reais, moeda funcional da CAIXA. Os itens incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas de cada entidade do grupo são mensurados com a mesma moeda funcional.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Ativos e Passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio da moeda funcional na data do Balanço Patrimonial. Ganhos ou perdas decorrentes do processo de conversão são alocados no resultado do período.

(b) Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são registradas na apuração do seu fato gerador, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

As receitas e despesas de natureza financeira são reconhecidas pelo critério *pro rata die* e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações no exterior, que são calculadas com base no método linear.

(c) Caixa e equivalentes de caixa

Os valores reconhecidos como caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto, aplicações em depósitos interfinanceiros, certificados de depósitos bancários e os demais disponíveis vencíveis até ou iguais a 90 dias.

Os valores em espécie em moeda corrente nacional são apresentados pelo seu valor de face e os em moedas estrangeiras são convertidos pela taxa cambial divulgada pelo BACEN na data de fechamento das demonstrações contábeis consolidadas.

Os equivalentes de caixa caracterizam-se pela alta liquidez, são considerados na gestão dos compromissos de curto prazo, contratados com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

A composição de caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 4.

(d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e deduzido de eventuais provisões para desvalorização, quando aplicável.

Os títulos de renda fixa utilizados para lastrear as operações compromissadas (venda com compromisso de recompra) são destacados em contas específicas do ativo na data da operação pelo valor médio contábil atualizado, por tipo e vencimento do papel. Considera-se como despesa a diferença entre o valor de recompra e o valor de venda e o reconhecimento contábil ocorre conforme regime de competência "pro rata" dia em função da fluência do prazo das operações.

Os financiamentos concedidos por meio de lastro com títulos de renda fixa de terceiros (compra com compromisso de revenda) são registrados pelo valor de liquidação. A renda da operação é representada pela diferença entre os valores de revenda e de compra. Os títulos utilizados para lastrear operações de venda com o compromisso de recompra são registrados em contas destacadas do Ativo, sendo transferidos da posição Bancada para a posição Financiada.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para as operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação, quando da venda definitiva do título, o passivo referente à obrigação de devolução do título é avaliado pelo valor de mercado.

A composição, os prazos e os rendimentos auferidos nas aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentados na Nota 5.

(e) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários adquiridos para compor a própria carteira são registrados pelo valor efetivamente pago e administração classifica inicialmente os instrumentos financeiros de acordo com o propósito e a finalidade da sua aquisição, e suas características. Todos os instrumentos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo.

O registro e a avaliação da carteira de títulos e valores mobiliários estão em conformidade com a Circular BACEN nº 3.068/2001 e são classificados de acordo com a intenção da Administração em três categorias específicas:

- **Títulos para negociação:** são adquiridos com o objetivo de serem ativos e frequentemente negociados, sendo ajustados a valor justo em contrapartida ao resultado do período;
- **Títulos disponíveis para venda:** são instrumentos mantidos por um prazo indefinido e que podem ser vendidos em resposta a necessidade de liquidez ou mudanças de condição do mercado e que não se enquadram como títulos para negociação nem como mantidos até o vencimento. Esses títulos são ajustados a valor justo, líquido dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, denominada "Ajuste de avaliação patrimonial". As valorizações ou desvalorizações são levadas ao resultado, pelo valor líquido dos efeitos tributários, quando das realizações dos respectivos títulos;
- **Títulos mantidos até o vencimento:** adquiridos com a intenção e a capacidade financeira de manter em carteira até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição ou pelo valor de mercado quando reclassificado de outra categoria. Os títulos classificados nessa categoria são acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período, não sendo avaliados pelo valor de mercado.

Os rendimentos dos títulos, independentemente de sua classificação, são apropriados *pro rata die*, observando o regime de competência, com base nas suas cláusulas de remuneração, e registrados em conta de resultado. As perdas com títulos, independentemente de sua classificação, são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

A cada trimestre a CAIXA avalia se há qualquer evidência objetiva de perda nos instrumentos de dívida e nos instrumentos de patrimônio, classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento. Caso haja evidência que não seja considerada temporária, incluindo as mencionadas a seguir, seus efeitos são reconhecidos no resultado do período como perdas realizadas:

- Declínio significativo ou prolongado no valor de mercado dos títulos patrimoniais, abaixo do seu custo;
- Alterações significativas com efeito adverso que tenham ocorrido no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal no qual o emissor opera, e indica que o custo do investimento no instrumento patrimonial pode não ser recuperado;
- Significativa dificuldade financeira do emitente ou do obrigado ou quebra de contrato, tal como o descumprimento ou atraso nos pagamentos de juros ou de capital.

A classificação, composição e segmentação dos títulos e valores mobiliários são apresentadas na Nota 6 (a), (b) e (c).

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) Instrumentos financeiros derivativos

A CAIXA utiliza instrumentos financeiros derivativos, como swaps, futuros de taxa de juros e de câmbio em moeda estrangeira detidos na carteira de negociação com a finalidade de hedge financeiro ou hedge contábil, contabilizados conforme a Circular BACEN nº 3.082/2002.

Os derivativos são contabilizados pelo valor justo e mantidos como ativos quando positivos, e como passivos, quando negativos. São reavaliados subsequentemente também a valor justo, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período, com exceção da parcela eficaz de hedge de fluxo de caixa que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido.

Quando o derivativo é contratado em negociação, associado à operação de captação ou aplicação de recursos, nos termos da Circular BACEN nº 3.150/2002, a reavaliação é efetuada com base nas condições definidas em contrato, sem nenhum ajuste decorrente do valor justo do derivativo.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos provenientes das variações no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros qualificados para hedge contábil são classificados como:

- **Hedge de Risco de Mercado:** Os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, bem como os ativos e passivos financeiros relacionados, são ajustados ao valor de mercado com os ganhos e as perdas, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado;
- **Hedge de Fluxo de Caixa:** Os instrumentos financeiros classificados nesta categoria têm parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registrada, líquida dos efeitos tributários, em conta destacada no patrimônio líquido. A parcela não efetiva do hedge é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

Ao aplicar a metodologia de hedge contábil, a CAIXA documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de hedge (derivativos) e os itens protegidos, os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização do hedge.

A documentação também contempla a natureza dos riscos protegidos, a natureza dos riscos excluídos, a demonstração prospectiva de eficácia da relação de hedge e a forma em que será avaliada a eficácia dos derivativos na compensação de variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos itens protegidos.

A composição dos valores registrados em instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de compensação, é apresentada na Nota 6 (g) e (h).

(g) Determinação do valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo é estabelecido com observância a critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação dos instrumentos financeiros na data de apuração ou, na falta desse, cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Caso esse também não esteja disponível, o valor justo é obtido por cotações com operadores de mercado ou modelos de valorização que podem requerer julgamento pela Administração.

O valor justo de instrumentos financeiros negociados em mercados ativos na data-base do balanço é baseado no preço de mercado sem nenhuma dedução de custo de transação.

O método de valorização consiste na construção dos fluxos de caixa, a partir de dados observáveis, como preços e taxas de outros instrumentos financeiros disponíveis no mercado, tais como contratos futuros, títulos públicos e operações de swap.

Informações adicionais sobre como o valor justo dos instrumentos financeiros é calculado estão disponíveis na Nota 33.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(h) Operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados em nove níveis de risco, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo), de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 e observando a avaliação periódica da Administração, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e aos garantidores.

Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

Período de atraso	Prazo em dobro (1)	Classificação do cliente
de 15 a 30 dias	de 30 a 60 dias	B
de 31 a 60 dias	de 61 a 120 dias	C
de 61 a 90 dias	de 121 a 180 dias	D
de 91 a 120 dias	de 181 a 240 dias	E
de 121 a 150 dias	de 241 a 300 dias	F
de 151 a 180 dias	de 301 a 360 dias	G
superior a 180 dias	superior a 360 dias	H

(1) Para as operações com prazo remanescente superior a 36 meses, a contagem dos períodos de atraso é realizada em dobro, conforme facultado pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

A atualização das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito e, a partir do 60º dia, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível de risco “H” há mais de 6 meses e com atraso superior a 180 dias, são baixadas contra a provisão e controladas, por, no mínimo cinco anos, em contas de compensação.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas a prejuízo e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como de risco nível “H”. Os eventuais ganhos oriundos da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando ocorrer amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, ocorrerá a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas, conforme as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações procedidas pela Administração quanto à classificação do risco de crédito.

A partir de janeiro de 2012, conforme as Resoluções CMN nº 3.533/2008 e nº 3.895/2010, todas as cessões de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios passaram a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações. Os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros são registrados no ativo tendo como contrapartida, passivo referente a obrigação assumida.

As modalidades, os valores, os prazos, os níveis de risco, a concentração, a participação dos setores de atividade econômica, as renegociações e as receitas das operações de crédito, assim como a composição das despesas e das contas patrimoniais de provisão para créditos de liquidação duvidosa são apresentados na Nota 8.

(i) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

A constituição dos créditos tributários é baseada na estimativa de sua realização, conforme estudos técnicos e análises realizadas pela Administração, considerando as alíquotas tributárias vigentes no período de realização destes ativos. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, apurados sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias, são registrados como créditos tributários em “Outros Créditos – Diversos”, de acordo com a expectativa de geração de resultados futuros, em consonância aos critérios para constituição, manutenção e baixa estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterada pela Resolução CMN nº 3.355/2006.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os créditos tributários são objeto de realização de acordo com a sua origem. Os originados de diferenças temporárias se realizam pela utilização ou reversão das provisões que serviram de base para sua constituição. Por sua vez, os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social realizam-se quando da geração de lucros tributáveis, por meio de compensação na base de cálculo dos referidos tributos, respeitando o limite de 30% da referida base. A CAIXA reconhece os créditos tributários de IRPJ, CSLL, PASEP e COFINS sobre os ajustes negativos originados da marcação a mercado de títulos e valores mobiliários e de instrumentos financeiros derivativos apropriados no resultado e em conta destacada do Patrimônio Líquido.

A provisão para IRPJ é constituída no passivo à alíquota-base de 15% do lucro tributável e adicional de 10%. Para o banco, a CSLL foi calculada considerando a alíquota de 15%, até agosto de 2015, e no período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019. Para as demais empresas, a contribuição social é calculada considerando a alíquota de 9%.

Em virtude do aumento de alíquota da CSLL a partir de setembro/2015, vigente até dezembro/18, a CAIXA promoveu a constituição de créditos tributários de CSLL complementares, considerando os créditos tributários realizáveis no período de vigência a alíquota majorada, os quais foram estimados de acordo com os estudos técnicos que suportam o registro de tais ativos.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a evidenciação dos cálculos, a origem e a previsão de realização dos créditos tributários são apresentados na Nota 20.

(j) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas representam os pagamentos antecipados cujo benefício ou prestação de serviço ocorrerá em períodos futuros. São registradas no ativo, observado o princípio da competência para o devido reconhecimento em resultado, ocorrendo simultaneamente, quando se correlacionarem às receitas (Nota 10).

(k) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas ou empresas cuja influência seja significativa estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Para o cálculo da equivalência patrimonial dos investimentos em empresas não financeiras, os valores são ajustados para convergência com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN). Os demais investimentos permanentes são avaliados pelo custo de aquisição. Os investimentos, independentemente do método de avaliação, são submetidos a teste de redução ao valor recuperável de ativos em conformidade com as instruções e normas do BACEN. A composição dos investimentos em empresas controladas e coligadas é apresentada na Nota 11.

O ágio constituído é a diferença entre o valor pago e o valor contábil do investimento adquirido, provenientes das expectativas de rentabilidade futura, fundamentados por análise econômica financeira, sendo amortizado e submetido a teste de recuperabilidade.

(l) Imobilizado de uso

O imobilizado de uso é representado pelos direitos que tenham por objeto bens corpóreos de propriedade da CAIXA e destinados à manutenção de suas atividades operacionais, tais como: prédios, terrenos, móveis, equipamentos, hardware de computadores e outros utensílios. Esses ativos são registrados ao custo de aquisição ou formação e depreciados pelo método linear sem valor residual.

A despesa de depreciação do ativo imobilizado é reconhecida na demonstração do resultado e calculada basicamente utilizando-se as seguintes vidas úteis:

Grupo de bens do imobilizado	Prazo
Edificações	25 anos
Sistema de comunicação	10 anos
Móveis e equipamentos	10 anos
Sistema de processamento de dados	05 anos
Sistema de segurança	05 anos

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A CAIXA não tem financiamento de ativos imobilizados nem custos de empréstimos relacionados a estes ativos. A Instituição avalia, na data-base das informações financeiras, se há qualquer indicativo de perda no valor recuperável de um ativo imobilizado. Se esse for o caso, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável e as despesas de depreciação futuras são ajustadas proporcionalmente ao valor contábil revisado e à nova vida útil econômica remanescente, se esta for estimada novamente.

Similarmente, se houver indicação de recuperação do valor de um ativo imobilizado, a CAIXA efetua a reversão de perdas no valor recuperável registradas em períodos anteriores e ajusta, respectivamente, as despesas de depreciação futuras. Em nenhuma circunstância a reversão de uma perda no valor recuperável de um ativo poderá aumentar seu valor contábil acima do valor que teria se nenhuma perda tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

As vidas úteis estimadas de bens do imobilizado de uso próprio são revisadas, no mínimo, ao final do exercício apresentado, com vistas a detectar variações significativas. Se forem detectadas variações, as vidas úteis dos ativos são ajustadas corrigindo-se a despesa de depreciação a ser reconhecida na demonstração consolidada do resultado em exercícios futuros com base nas novas vidas úteis.

A composição dos valores dos custos dos bens e suas depreciações, assim como a mais-valia não registrada para imóveis e os índices de imobilização estão apresentados na Nota 12.

(m) Intangível

O intangível é representado por bens incorpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade. São ativos não monetários identificáveis, separáveis de outros ativos, sem substância física, que resultam de uma operação legal ou que sejam desenvolvidos internamente pelas entidades consolidadas, cujo custo possa ser estimado de forma confiável e a partir dos quais a CAIXA considere provável que benefícios econômicos futuros sejam gerados.

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção e, subsequentemente, deduzida a amortização acumulada, calculada pelo método linear, observados os prazos contratuais e sujeitos a testes de redução ao valor recuperável (*impairment*), conforme estabelecem as Resoluções CMN nº 3.566/2008 e nº 3.642/2008.

Eles podem ter uma vida útil indefinida quando o período ao longo do qual se espera que o ativo tenha capacidade de gerar entradas de caixa, direta ou indiretamente, para as entidades consolidadas for imprevisível, com base em uma análise de todos os fatores relevantes. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém, esses ativos são revisados ao final de cada período contábil, a fim de determinar se suas vidas úteis continuam indefinidas e, se esse não for o caso, tomar as medidas adequadas.

Os ativos intangíveis da CAIXA estão constituídos essencialmente de software e de aquisição de folhas de pagamento. Os intangíveis relacionados à aquisição de folhas de pagamento referem-se a valores pagos de contratos de parceria comercial com setores públicos e privados para assegurar serviços bancários de processamento de crédito de folha de pagamento e crédito consignado, manutenção de carteira de cobrança, serviços de pagamento a fornecedores e outros serviços bancários. *Softwares* desenvolvidos internamente são reconhecidos como um ativo intangível somente se a CAIXA puder identificar a capacidade de usá-los ou vendê-los e se a geração de benefícios econômicos futuros puder ser demonstrada com confiança.

A despesa de amortização de ativos intangíveis é reconhecida na demonstração do resultado sob a rubrica “depreciação e amortização”, em outras despesas administrativas e possuem prazos de amortização de 5 anos para Projetos logiciais – software e de até 5 anos para Aquisição de folha de pagamento.

A composição dos ativos intangíveis e sua movimentação são apresentadas na Nota 13.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(n) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

A CAIXA promove ao final de cada exercício a avaliação de seus ativos não financeiros no intuito de verificar se há evidência objetiva de perda ao seu valor recuperável. Independentemente de haver indicação de desvalorização, no mínimo anualmente, a CAIXA verifica o valor recuperável dos ativos intangíveis ainda não disponíveis para uso, tais como softwares em desenvolvimento, e dos ágios na aquisição de investimentos.

Caso uma perda seja detectada, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável, o qual é apurado pelo potencial valor de venda ou valor de realização deduzido das respectivas despesas, ou pelo valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa.

A CAIXA não apresenta redução ao valor recuperável em ativos classificados como imobilizados de uso.

(o) Depósitos e captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos e obrigações por empréstimos e repasses

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos na base *pro rata die*,

Os depósitos e captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos e obrigações por empréstimos e repasses tem seus prazos e valores contabilizados em contas patrimoniais e de resultado e seus encargos são apropriados mensalmente em razão da fluência de seus prazos, conforme demonstrado nas Notas 14, 15, 16 e 17, respectivamente.

Para as operações de captações de recursos mediante emissão de títulos e valores mobiliários, considerando tratar-se de taxa prefixada, as despesas são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo da operação e apresentadas como redutoras do passivo correspondente.

(p) Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas, e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009:

- **Ativos contingentes:** são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, tornando o ganho praticamente certo, e pela capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passível exigível. Os ativos contingentes, cuja possibilidade de êxito é provável, são divulgados em notas explicativas;
- **Passivos contingentes:** são reconhecidos nas demonstrações contábeis consolidadas quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa com uma provável saída de recursos para a liquidação da obrigação e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As causas administrativas ou judiciais classificadas como perdas possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo apenas divulgadas nas notas explicativas quando individualmente relevante, e as classificadas como perdas remotas não são provisionadas e nem divulgadas;
- **Provisões:** são constituídas levando em consideração a opinião de assessores jurídicos e da Administração, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- **Obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** envolvem processos judiciais em andamento, cujo objeto de contestação é a legalidade e constitucionalidade da obrigação, e que, independente da probabilidade de sucesso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis consolidadas.

O detalhamento dos ativos e passivos contingentes e das provisões, além de suas movimentações, é apresentado na Nota 30.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(q) Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade da CAIXA e relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica são reconhecidos de acordo com os critérios definidos na Deliberação CVM nº 695/2012.

No plano de aposentadoria do tipo benefício definido (BD), no qual são feitas contribuições a um fundo administrado de forma independente, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem parcial ou integralmente sobre a entidade patrocinadora.

O reconhecimento dos custos requer a mensuração das obrigações e despesas do plano, diante da possibilidade de ocorrer ganhos ou perdas atuariais, e podendo gerar um registro de passivo quando o montante das obrigações atuariais supera o valor dos ativos do plano de benefícios.

O valor presente das obrigações deste benefício bem como o custo do serviço corrente e, quando aplicável, o custo do serviço passado é determinado utilizando-se o Método de Crédito Unitário Projetado, atribuindo-se benefício aos períodos em que surge a obrigação de proporcionar benefícios pós-emprego.

Caso o serviço do empregado em anos posteriores conduza a um nível materialmente mais elevado de benefício do que o verificado anteriormente, atribui-se o benefício de maneira linear até a data em que o serviço adicional do empregado conduza a uma quantia imaterial de benefícios adicionais.

No plano de aposentadoria do tipo contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são assumidos pelos participantes. O reconhecimento dos custos é determinado pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação da CAIXA e não há necessidade de nenhum cálculo atuarial para a mensuração da obrigação ou despesa, uma vez que não existe ganho ou perda atuarial.

No plano de aposentadoria do tipo contribuição variável, durante a fase de contribuição não há garantia em relação ao valor do benefício a ser recebido no momento da aposentadoria, sendo, portanto, considerado como plano do tipo contribuição definida.

Porém, a partir do momento da concessão da aposentadoria, o valor do benefício passa a ser fixo e há o enquadramento em plano do tipo benefício definido, devendo ser aplicados os procedimentos relacionados aos cálculos atuariais.

Outro benefício concedido é o programa de assistência à saúde – Saúde CAIXA, destinado aos empregados, aposentados e respectivos dependentes. Na apuração dos passivos e custos deste plano de saúde, foram adotadas hipóteses e premissas atuariais homologadas pela CAIXA, bem como o método atuarial Crédito Unitário Projetado.

A CAIXA fornece também aos empregados e dirigentes o auxílio-alimentação e a cesta-alimentação, na forma da legislação vigente e do Acordo Coletivo de Trabalho, com caráter indenizatório, não sendo considerados como verba salarial e nem incidindo encargos para a CAIXA ou seus empregados e dirigentes.

A participação dos empregados no resultado (PLR) é apropriada mensalmente com o cálculo sobre o resultado anual realizado. Após o fechamento do Acordo Coletivo de Trabalho, esse valor é ajustado considerando as regras aprovadas.

A Deliberação CVM nº 695/2012 aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados e estabeleceu para os planos de benefício definido alterações na contabilização e divulgação dos benefícios pós-emprego, como a remoção do mecanismo do corredor no registro da obrigação dos planos, bem como alterações no critério de reconhecimento dos juros remuneratórios dos ativos dos planos.

A adoção do Pronunciamento ocorreu a partir de 1 de janeiro de 2013 e implicou o reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida da conta “outros ajustes de avaliação patrimonial” no patrimônio líquido.

Destaca-se que o Pronunciamento CPC 33 (R1) estipula para a empresa patrocinadora os parâmetros específicos para mensuração dos ativos, obrigações e, por consequência, do superávit e déficit de planos de aposentadoria. Todavia, devido às disposições legais presentes no Brasil, as demonstrações contábeis dos respectivos planos devem ser elaboradas com a observância das disposições instituídas pelo órgão competente nacional, o que conduz a apurações de superávit e déficit distintas.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Tendo-se em vista que a CAIXA já constitui provisão atuarial, atendendo às disposições do Pronunciamento CPC 33 (R1), apenas existe prerrogativa de complemento dessa provisão na hipótese de o déficit, objeto de plano de equacionamento, apurado em conformidade à legislação local apresentar montante superior ao provisionado pelo Pronunciamento CPC 33 (R1).

Nessa hipótese, a complementação dá-se em contrapartida ao Patrimônio Líquido, conforme consta da Interpretação Técnica ICPC 20 – Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Custeio (Funding) Mínimo e sua Interação.

O detalhamento dos benefícios a empregados e sua movimentação são apresentados na Nota 32.

(r) Outros ativos e passivos

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos em base pro rata die e provisão para perda, quando julgada necessária. Os demais passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata die*.

(s) Eventos subsequentes

Os eventos subsequentes correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por eventos que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis e originam ajustes. Eventos que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis não originam ajustes.

(t) Reapresentação de Saldos Comparativos**(i) Mudança de prática contábil – Segregação dos passivos contingentes em circulante e não circulante**

Até 31/12/2015, diante da impossibilidade de apuração da estimativa de realização dos valores provisionados como passivos contingentes, com razoável segurança, a CAIXA alocou estes valores como passivo circulante, em convergência ao princípio da prudência contábil.

A partir de 01/01/2016, os processos que apuram a estimativa de ações cíveis e trabalhistas com risco de perda classificadas como prováveis permitiram uma apuração da estimativa de realização destes passivos e possibilitaram a sua segregação em passivos circulantes e não circulantes.

Os efeitos no Balanço Patrimonial Consolidado decorrentes da segregação dos passivos contingentes, em circulante e não circulante estão demonstrados a seguir:

Descrição	30/06/2015		
	Conforme apresentado anteriormente	Ajustes	Valor ajustado
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Circulante	646.014.134	(4.281.252)	641.732.882
Outras obrigações	52.937.862	(4.281.252)	48.656.610
Diversas	36.020.479	(4.281.252)	31.739.227
Não Circulante	410.624.553	4.281.252	414.905.805
Outras obrigações	35.989.142	4.281.252	40.270.394
Diversas	15.926.726	4.281.252	20.207.978
Patrimônio Líquido	62.523.486	-	62.523.486
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	1.119.162.173	-	1.119.162.173

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	31/12/2015		
	Conforme apresentado anteriormente	Ajustes	Valor ajustado
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Circulante	715.340.420	(4.904.517)	710.435.903
Outras obrigações	58.999.929	(4.904.517)	54.095.412
Diversas	38.032.537	(4.904.517)	33.128.020
Não Circulante	425.236.977	4.904.517	430.141.494
Outras obrigações	39.050.749	4.904.517	43.955.266
Diversas	15.249.868	4.904.517	20.154.385
Patrimônio Líquido	62.703.443	-	62.703.443
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	1.203.280.840	-	1.203.280.840

(ii) Mudança de prática contábil – Reclassificação de despesas de títulos e valores mobiliários no exterior

Considerando a autorização do Banco Central do Brasil para utilização de rubrica específica para o registro de despesas de obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior, a CAIXA procedeu a reclassificação dos montantes reconhecidos em suas demonstrações contábeis consolidadas. Esta mudança de prática contábil produziu efeitos apenas na Demonstração Consolidada de Resultado do Exercício e na Demonstração Consolidada do Valor Adicionado.

Os efeitos nas demonstrações de resultado consolidadas decorrentes das reclassificações das despesas de títulos e valores mobiliários no exterior estão demonstrados a seguir:

Descrição	2º trimestre de 2015		
	Conforme apresentado	Ajustes	Valor ajustado
RESULTADO			
Receitas da intermediação financeira	32.127.820	(215.719)	31.912.101
Resultado de câmbio(1)	215.719	(215.719)	-
Despesas da intermediação financeira	(27.146.217)	499.515	(26.646.702)
Operações de captação no mercado	(17.503.922)	289.641	(17.214.281)
Operações de empréstimos, cessões e repasses	(3.716.014)	750.827	(2.965.187)
Resultado de câmbio(1)	-	(540.953)	(540.953)
Resultado bruto da intermediação financeira	4.981.603	283.796	5.265.399
Outras receitas/despesas operacionais	(4.350.961)	(283.796)	(4.634.757)
Outras receitas operacionais	3.014.197	(542.464)	2.471.733
Outras despesas operacionais	(4.056.578)	258.668	(3.797.910)
Resultado operacional	630.642	-	630.642
Resultado antes da tributação sobre o lucro	500.275	-	500.275
Imposto de renda e contribuição social	1.678.994	-	1.678.994
Participações dos empregados no lucro	(244.305)	-	(244.305)
Lucro líquido do período	1.934.964	-	1.934.964

(1) O resultado de câmbio ajustado apresentado, reclassificado de "Receitas da intermediação financeira" para "Despesas da intermediação financeira", em função de ter apresentado resultado negativo após as reclassificações em epígrafe, somou o montante de (540.953) em decorrência da reclassificação do montante de receitas de 756.672 (548.309 reclassificado para Operações de captação no mercado + 208.363 reclassificado para Operações de empréstimos, cessões e repasses).

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	1º semestre de 2015		
	Conforme apresentado	Ajustes	Valor ajustado
RESULTADO			
Receitas da intermediação financeira	65.334.042	935.860	66.269.902
Resultado de câmbio(1)	-	935.860	935.860
Despesas da intermediação financeira	(54.985.959)	(670.868)	(55.656.827)
Operações de captação no mercado	(34.352.908)	(2.469.857)	(36.822.765)
Operações de empréstimos, cessões e repasses	(7.575.090)	(158.639)	(7.733.729)
Resultado de câmbio(1)	(1.957.628)	1.957.628	-
Resultado bruto da intermediação financeira	10.348.083	264.992	10.613.075
Outras receitas/despesas operacionais	(8.911.870)	(264.992)	(9.176.862)
Outras receitas operacionais	5.489.315	(543.534)	4.945.781
Outras despesas operacionais	(7.674.721)	278.542	(7.396.179)
Resultado operacional	1.436.213	-	1.436.213
Resultado antes da tributação sobre o lucro	1.183.509	-	1.183.509
Imposto de renda e contribuição social	2.734.688	-	2.734.688
Participações dos empregados no lucro	(434.971)	-	(434.971)
Lucro líquido do período	3.483.226	-	3.483.226

(1) O resultado de câmbio ajustado apresentado, reclassificado de “Despesas da intermediação financeira” para “Receitas da intermediação financeira”, em função de ter apresentado resultado positivo após as reclassificações em epígrafe, somou o montante de 935.860 em decorrência da reclassificação do montante de despesas de 2.893.488 (2.191.315 reclassificado para Operações de captação no mercado + 702.173 reclassificado para Operações de empréstimos, cessões e repasses).

Os efeitos na Demonstração Consolidada do Valor Adicionado decorrentes das reclassificações das despesas de títulos e valores mobiliários no exterior estão demonstrados a seguir:

Descrição	2º trimestre de 2015		
	Conforme apresentado anteriormente	Ajustes	Valor ajustado
1. RECEITAS	35.498.712	(1.299.135)	34.199.577
Intermediação financeira	32.127.820	(756.672)	31.371.148
Outras	2.883.829	(542.464)	2.341.365
2. DESPESAS DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	22.590.745	(1.040.468)	21.550.277
3. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	6.183.308	(258.668)	5.924.640
4. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	6.724.659	-	6.724.659
5. RETENÇÕES	423.683	-	423.683
6. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (4-5)	6.300.976	-	6.300.976
7. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	145.765	-	145.765
8. VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)	6.446.741	-	6.446.741
9. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	6.446.741	-	6.446.741

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	1º semestre de 2015		
	Conforme apresentado anteriormente	Ajustes	Valor ajustado
1. RECEITAS	70.916.372	392.326	71.308.698
Intermediação financeira	65.334.042	935.860	66.269.902
Outras	5.236.611	(543.534)	4.693.077
2. DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	45.403.032	670.868	46.073.900
3. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	11.769.642	(278.542)	11.491.100
4. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	13.743.698	-	13.743.698
5. RETENÇÕES	802.751	-	802.751
6. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (4-5)	12.940.947	-	12.940.947
7. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	310.648	-	310.648
8. VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)	13.251.595	-	13.251.595
9. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	13.251.595	-	13.251.595

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 4 – Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015
Total de disponibilidades (caixa)	9.650.474	11.510.594	12.848.524
Disponibilidade em moeda nacional	7.291.034	8.792.280	7.691.841
Disponibilidade em moeda estrangeira	2.359.440	2.718.314	5.156.683
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	136.570.035	141.386.927	117.549.929
Total	146.220.509	152.897.521	130.398.453

(1) Operações com vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aquisição e com risco insignificante de mudança no valor justo.

Nota 5 – Aplicações interfinanceiras de liquidez

Descrição	1 a 90 dias	91 a 180 dias	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015
Aplicações no mercado aberto - posição bancada	27.804.638	1.025.517	28.830.155	43.518.292	45.463.206
Letras financeiras do tesouro	8.297	-	8.297	99.997	202.992
Letras do tesouro nacional	9.029.472	1.025.517	10.054.989	9.937.518	33.554.284
Notas do tesouro nacional	18.766.869	-	18.766.869	33.480.777	11.705.930
Aplicações no mercado aberto - posição financiada	109.294.869	-	109.294.869	99.593.650	72.086.723
Letras do tesouro nacional	2.671.529	-	2.671.529	30.911.806	6.270.687
Notas do tesouro nacional	106.623.340	-	106.623.340	68.681.844	65.816.036
Aplicações em depósitos interfinanceiros	11.489.000	5.011	11.494.011	10.376.648	8.163.593
Depósitos interfinanceiros	11.246.503	5.011	11.251.514	9.691.077	5.663.547
Depósitos interfinanceiros - crédito rural	242.563	-	242.563	685.791	2.500.147
Provisão para perdas em depósitos interfinanceiros	(66)	-	(66)	(220)	(101)
Total - ativo circulante	148.588.507	1.030.528	149.619.035	153.488.590	125.713.522

(a) Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez

Compõe “Resultado de operações com títulos e valores mobiliários” na Demonstração do Resultado

Descrição	2016		2015	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Rendas de aplicações no mercado aberto	6.849.929	13.073.246	3.423.795	7.783.884
Posição bancada	1.638.913	2.988.631	911.189	1.911.885
Posição financiada	5.211.016	10.084.615	2.512.606	5.871.999
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	377.743	721.951	207.847	382.708
Total	7.227.672	13.795.197	3.631.642	8.166.592

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 6 – Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

(a) Composição

Descrição	Carteira Própria – Livre	Vinculados				Instrumentos Financeiros Derivativos	Total
		Compromisso de Recompra	Prestação de Garantias	Carteira de Livre Movimentação	Banco Central		
Títulos públicos – Brasil	84.003.963	71.305.101	4.625.749	4.458.939	675	-	164.394.427
Letras financeiras do tesouro	2.518.728	10.040.749	-	-	-	-	12.559.477
Letras do tesouro nacional	69.647.162	28.773.915	4.622.731	4.458.939	675	-	107.503.422
Notas do tesouro nacional	11.546.042	32.490.437	3.018	-	-	-	44.039.497
Tesouro nacional/ securitização	292.031	-	-	-	-	-	292.031
Títulos – empresas	9.121.497	6.599.556	-	-	-	-	15.721.053
Debêntures (1)	633.646	6.158.905	-	-	-	-	6.792.551
Nota promissória	519.911	-	-	-	-	-	519.911
Letras de crédito imobiliário	88.518	-	-	-	-	-	88.518
Letras financeiras	152.431	-	-	-	-	-	152.431
Cotas de fundos	241.207	-	-	-	-	-	241.207
Certificado de recebíveis imobiliários	902.792	440.651	-	-	-	-	1.343.443
Ações	6.582.992	-	-	-	-	-	6.582.992
Outros	-	-	-	-	-	1.106.738	1.106.738
Total em 30/06/2016	93.125.460	77.904.657	4.625.749	4.458.939	675	1.106.738	181.222.218
Total em 31/12/2015	68.404.031	98.152.414	11.279.474	-	820	4.141.121	181.977.860
Total em 30/06/2015	54.689.980	105.366.722	8.818.951	-	1.100	2.062.377	170.939.130

(1) Inclui baixa de debênture de empresa de Telecomunicações com a reclassificação deste valor para "Outros créditos sem característica de concessão de crédito

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Classificação da carteira por prazo

Posição em 30/06/2016	Custo	Ajuste Resultado (1)	Ajuste Patr. líquido (2)	Valor Contábil	Valor de Mercado	Sem vencimento	01 – 90 dias	91 – 180 dias	181 – 360 dias	Acima de 360 dias
Descrição										
Títulos públicos	163.975.606	473.525	(54.704)	164.394.427	164.574.238	-	19.643.935	8.130.971	26.478.778	110.140.743
Letras financeiras do tesouro	12.566.383	(6.906)	-	12.559.477	12.559.660	-	-	-	-	12.559.477
Letras do tesouro nacional	107.000.360	503.062	-	107.503.422	107.488.895	-	19.643.935	8.130.971	8.998.153	70.730.363
Notas do tesouro nacional	44.060.105	(22.631)	2.023	44.039.497	44.233.652	-	-	-	17.480.625	26.558.872
Tesouro nacional/securitização	348.758	-	(56.727)	292.031	292.031	-	-	-	-	292.031
Títulos – empresas	17.588.890	23.609	(1.891.446)	15.721.053	15.712.167	6.824.199	8.609	708.801	124.472	8.054.972
Debêntures	6.716.670	23.597	52.284	6.792.551	6.792.551	-	8.609	-	72.413	6.711.529
Nota promissória	519.288	-	623	519.911	519.911	-	-	519.911	-	-
Letras de crédito imobiliário	88.460	-	58	88.518	88.518	-	-	88.518	-	-
Letras financeiras	152.342	-	89	152.431	152.431	-	-	100.372	52.059	-
Cotas de fundos	241.207	-	-	241.207	241.207	241.207	-	-	-	-
Certificado de recebíveis imobiliários	1.395.357	12	(51.926)	1.343.443	1.334.557	-	-	-	-	1.343.443
Ações	8.475.566	-	(1.892.574)	6.582.992	6.582.992	6.582.992	-	-	-	-
Total – TVM	181.564.496	497.134	(1.946.150)	180.115.480	180.286.405	6.824.199	19.652.544	8.839.772	26.603.250	118.195.715
Para negociação (3)	112.702.393	497.134	-	113.199.527	113.199.527	12.022	16.863.995	5.237.829	16.479.034	74.606.647
Disponíveis para venda	17.163.280	-	(1.946.150)	15.217.130	15.217.130	6.812.177	8.609	708.801	124.472	7.563.071
Mantidos até o vencimento (4)	51.698.823	-	-	51.698.823	51.869.748	-	2.779.940	2.893.142	9.999.744	36.025.997
Instrumentos financeiros derivativos	1.106.738	-	-	1.106.738	1.106.738	-	1.056	68.795	39.230	997.657
Total – TVM e derivativos	182.671.234	497.134	(1.946.150)	181.222.218	181.393.143	6.824.199	19.653.600	8.908.567	26.642.480	119.193.372

(1) Ajuste a Valor de Mercado no resultado;

(2) Ajuste a Valor de Mercado no Patrimônio Líquido. Inclui o ajuste a valor de mercado de TVM da controlada. O efeito da marcação a mercado registrada no Patrimônio Líquido é de (635.874) - (31/12/2015 – (1.133.284) e 30/06/2015 – 543.021); líquido dos efeitos tributários.

(3) Os títulos da categoria Para Negociação são classificados no ativo circulante, conforme Circular BACEN nº 3.068/2001.

(4) Os títulos da categoria Mantidos até o Vencimento foram marcados a mercado exclusivamente para fins de divulgação e análise, não produzindo efeitos no resultado ou no Patrimônio Líquido.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Resumo da classificação dos títulos e valores mobiliários por prazo

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários baseia-se em cotação de preços na data do balanço. Se não houver cotação de preço de mercado, os valores são estimados a partir de modelo de marcação a mercado baseado na construção dos fluxos de caixa dos ativos e das curvas de juros de mercado.

Os fluxos de caixa são construídos a partir das características dos títulos e valores mobiliários e as curvas a partir das informações/dados dos preços/taxas de mercado dos instrumentos financeiros disponíveis, tais como: contratos futuros, títulos públicos ou operações de *swap*.

Os papéis que compõem a carteira de TVM da CAIXA não foram reclassificados entre as categorias I, II e III, nos períodos apresentados.

(c.1) Categoria I - Títulos para negociação

Descrição	30/06/2016								31/12/2015			30/06/2015		
	Sem venc.	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Ajuste Resultado	Valor de Mercado	Custo	Ajuste Resultado	Valor de Mercado	Custo	Ajuste Resultado	Valor de Mercado
Títulos públicos	-	16.863.995	5.237.829	16.479.034	73.767.291	111.874.624	473.525	112.348.149	101.345.780	(3.688.457)	97.657.323	103.235.358	(1.481.880)	101.753.478
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	-	7.116.161	7.123.067	(6.906)	7.116.161	3.472.622	3.028	3.475.650	2.754.107	2.691	2.756.798
Letras do tesouro nacional	-	16.863.995	5.237.829	8.764.641	66.238.381	96.601.784	503.062	97.104.846	89.281.974	(3.376.552)	85.905.422	92.835.645	(1.441.335)	91.394.310
Notas do tesouro nacional	-	-	-	7.714.393	412.749	8.149.773	(22.631)	8.127.142	8.591.184	(314.933)	8.276.251	7.645.606	(43.236)	7.602.370
Títulos - empresas	12.022	-	-	-	839.356	827.769	23.609	851.378	898.214	(75.227)	822.987	969.088	(22.688)	946.400
Debêntures	-	-	-	-	838.629	815.032	23.597	838.629	881.980	(75.224)	806.756	949.792	(22.695)	927.097
Cotas de fundos	12.022	-	-	-	-	12.022	-	12.022	15.128	-	15.128	17.965	-	17.965
Certif. recebíveis imobiliários	-	-	-	-	727	715	12	727	1.106	(3)	1.103	1.331	7	1.338
Total	12.022	16.863.995	5.237.829	16.479.034	74.606.647	112.702.393	497.134	113.199.527	102.243.994	(3.763.684)	98.480.310	104.204.446	(1.504.568)	102.699.878

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c.2) Categoria II - Títulos disponíveis para venda

Descrição	30/06/2016								31/12/2015			30/06/2015		
	Sem vencim.	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Ajuste Patrimônio (1)	Valor de Mercado	Custo	Ajuste Patrimônio (1)	Valor de Mercado	Custo	Ajuste Patrimônio (1)	Valor de Mercado
Títulos públicos	-	-	-	-	415.793	470.497	(54.704)	415.793	446.563	(78.263)	368.300	15.171	(484)	14.687
Nota tesouro nacional	-	-	-	-	123.762	121.739	2.023	123.762	84.311	1.953	86.264	5.095	2.428	7.523
Tesouro nacional/ securitizados	-	-	-	-	292.031	348.758	(56.727)	292.031	362.252	(80.216)	282.036	10.076	(2.912)	7.164
Títulos – empresas	6.812.177	8.609	708.801	124.472	7.147.278	16.692.783	(1.891.446)	14.801.337	17.454.799	(2.678.876)	14.775.923	17.642.943	995.978	18.638.921
Debêntures	-	8.609	-	72.413	5.872.900	5.901.638	52.284	5.953.922	6.816.024	(46.712)	6.769.312	6.865.721	(6.897)	6.858.824
Nota promissória	-	-	519.911	-	-	519.288	623	519.911	800.112	12.681	812.793	296.784	2.678	299.462
Letras de crédito imobiliário	-	-	88.518	-	-	88.460	58	88.518	82.755	118	82.873	77.280	47	77.327
Letras financeiras	-	-	100.372	52.059	-	152.342	89	152.431	142.286	230	142.516	221.180	74	221.254
Cotas de fundos	229.185	-	-	-	-	229.185	-	229.185	172.676	-	172.676	158.505	-	158.505
Certif. recebíveis imobiliários	-	-	-	-	1.274.378	1.326.304	(51.926)	1.274.378	930.417	(89.645)	840.772	771.938	38.413	810.351
Ações (2)	6.582.992	-	-	-	-	8.475.566	(1.892.574)	6.582.992	8.510.529	(2.555.548)	5.954.981	9.251.535	961.663	10.213.198
Total	6.812.177	8.609	708.801	124.472	7.563.071	17.163.280	(1.946.150)	15.217.130	17.901.362	(2.757.139)	15.144.223	17.658.114	995.494	18.653.608

(1) Ajuste a Valor de Mercado. Inclui o ajuste a valor de mercado de TVM da controlada. O efeito da marcação a mercado registrada no Patrimônio Líquido é de (635.874) em 30/06/2016 (31/12/2015 – (1.133.284) e 30/06/2015 – 543.021); líquido dos efeitos tributários.

(2) As participações acionárias, classificadas na Categoria II, são passíveis de aplicação de testes de impairment periódicos, conforme estabelece a Circular BACEN nº 3.068/2001, em 2016, foi apurada e reconhecida uma perda no valor recuperável em ações no montante de R\$ 34.963.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c.3) Categoria III - Títulos mantidos até o vencimento

A CAIXA apresenta capacidade financeira para manter estes títulos até seus respectivos vencimentos em convergência com a intenção da Administração.

Descrição	30/06/2016				Custo	Valor de mercado	31/12/2015		30/06/2015	
	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias			Custo	Valor de mercado	Custo	Valor de mercado
Títulos públicos	2.779.940	2.893.142	9.999.744	35.957.659	51.630.485	51.810.296	64.140.525	60.311.350	47.434.829	47.237.222
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	5.443.316	5.443.316	5.443.499	-	-	-	-
Letras do tesouro nacional	2.779.940	2.893.142	233.512	4.491.982	10.398.576	10.384.049	29.688.560	29.339.432	14.829.118	14.650.768
Notas do tesouro nacional	-	-	9.766.232	26.022.361	35.788.593	35.982.748	34.451.965	30.971.918	32.605.711	32.586.454
Títulos - empresas	-	-	-	68.338	68.338	59.452	71.681	57.460	88.438	78.137
Certificado de recebíveis imobiliários	-	-	-	68.338	68.338	59.452	71.681	57.460	88.438	78.137
Total	2.779.940	2.893.142	9.999.744	36.025.997	51.698.823	51.869.748	64.212.206	60.368.810	47.523.267	47.315.359

(d) Resultado com títulos e valores mobiliários

Descrição	2016		2015	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Ativos financeiros mantidos para negociação	3.996.943	9.961.850	2.573.541	4.810.536
Ativos financeiros disponíveis para venda	436.676	761.797	434.902	777.987
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	1.544.178	3.774.125	1.741.585	3.621.581
Outros	777	(2.795)	10	(169)
Total	5.978.574	14.494.977	4.750.038	9.209.935

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Instrumentos financeiros derivativos

A CAIXA se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (IFD), registrados em contas patrimoniais e contas de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias para administrar a sua exposição a risco (hedge). Essas operações envolvem contratos futuros de DI, dólar, cupom cambial e contratos de swaps.

Os instrumentos financeiros derivativos, quando utilizados como instrumentos de hedge, destinam-se à proteção contra variações cambiais e variações nas taxas de juros de ativos e passivos.

Os derivativos geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores ou comprar ou vender outros instrumentos financeiros nos termos e datas especificadas nos contratos. Os contratos de swap são registrados com ou sem garantia na BM&FBovespa ou na Cetip.

No caso do registro com garantia, há uma clearing que fica responsável pelo cálculo dos ajustes diários e da margem de garantia a ser depositada para o pagamento em caso de default de alguma das partes. Assim, é a clearing que se torna contraparte dos contratos. Neste tipo de registro, portanto, não há risco de crédito.

No caso de registro sem garantia, não há uma clearing que calcula os ajustes diários e garante os pagamentos e os valores são calculados entre as partes. Nestes casos, porém, há a possibilidade de assinatura de contratos (Contrato Global de Derivativos – CGD e Cessão Fiduciária) onde são estabelecidas cláusulas que garantem o pagamento entre as partes. Inclusive, nesta modalidade, há um limite de crédito definido que, quando ultrapassado, requer a necessidade de depósito de ativos em conta de garantia, que é administrado pelas partes. Neste caso há risco de crédito até o limite estabelecido em contrato.

As posições dos contratos futuros têm os seus valores referenciais registrados em contas de compensação e os ajustes em contas patrimoniais.

(f) Hedge Contábil

A CAIXA estabeleceu estruturas de hedge de valor justo para proteger a exposição à variação no risco de mercado no pagamento de juros e principal das emissões externas, das emissões em letras financeiras indexadas ao IPCA e a partir de setembro de 2015 dos contratos de empréstimos baseados na Lei nº 4.131/62.

O hedge contábil das emissões externas e dos empréstimos baseados na Lei nº 4.131/62 tem como objetivo a proteção da variação do dólar e do cupom de dólar no pagamento do principal, dos juros e do imposto de 15% sobre o pagamento dos juros, objeto do hedge.

A estrutura é construída para os saldos internalizados e a proteção ocorre por meio de contratos de swap, conforme descrito:

- Ponta Ativa Swap: variação do Dólar + cupom;
- Ponta Passiva Swap: % da variação do DI.

O hedge contábil estruturado para as letras financeiras indexadas ao IPCA tem como objetivo a proteção da variação do IPCA e do cupom de IPCA, objeto do hedge, e a proteção ocorre por meio de contratos de swap, conforme descrito:

- Ponta Ativa Swap: variação do IPCA + cupom;
- Ponta Passiva Swap: % da variação do DI.

Pelo fato de haver o casamento dos fluxos futuros do objeto do hedge e da ponta ativa do swap, a efetividade das operações se mantém próxima de 100%, dentro do intervalo de 80% e 125% estabelecido na Circular BACEN nº 3.082/2002.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

HEDGE CONTÁBIL									
Estruturas	30/06/2016			31/12/2015			30/06/2015		
	Instrumentos de Hedge		Objeto de Hedge	Instrumentos de Hedge		Objeto de Hedge	Instrumentos de Hedge		Objeto de Hedge
	Valor Nominal	Ajuste a Valor de Mercado (1)	Valor Contábil	Valor Nominal	Ajuste a Valor de Mercado (1)	Valor Contábil	Valor Nominal	Ajuste a Valor de Mercado (1)	Valor Contábil
Emissões Externas	8.251.681	271.313	11.236.729	8.461.493	3.131.123	13.523.638	5.169.942	1.545.993	7.878.741
Empréstimos 4.131	1.975.679	(76.637)	2.263.343	8.051.087	943.617	9.421.628	-	-	-
Letras Financeiras	1.010.660	19.824	1.420.366	1.010.660	(91.401)	1.311.694	930.660	(5.145)	1.142.758
Total	11.238.020	214.500	14.920.438	17.523.240	3.983.339	24.256.960	6.100.602	1.540.848	9.021.499

(1) Ajuste acumulado dos contratos de swap

ESTRUTURA TEMPORAL								
Vencimento	30/06/2016			31/12/2015			30/06/2015	
	Emissões Externas	Empréstimos 4.131	Letras Financeiras	Emissões Externas	Empréstimos 4.131	Letras Financeiras	Emissões Externas	Letras Financeiras
2015	-	-	-	-	-	-	111.125	-
2016	203.419	503.917	-	413.232	2.063.749	-	213.509	-
2017	2.161.629	1.471.761	175.000	2.161.629	3.075.832	175.000	1.975.238	95.000
2018	958.578	-	16.500	958.578	2.911.506	16.500	145.126	16.500
2019	4.147.737	-	10.150	4.147.736	-	10.150	1.944.625	10.150
2020	30.805	-	11.360	30.805	-	11.360	30.805	11.360
2021	29.717	-	25.000	29.717	-	25.000	29.717	25.000
2022	719.797	-	-	719.797	-	-	719.797	-
2023	-	-	562.000	-	-	562.000	-	562.000
2024	-	-	203.450	-	-	203.450	-	203.450
2025	-	-	7.200	-	-	7.200	-	7.200
Total	8.251.682	1.975.678	1.010.660	8.461.494	8.051.087	1.010.660	5.169.942	930.660

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(g) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por indexador, demonstrada pelo seu valor referencial e patrimonial:

Descrição	Conta de Compensação / Valor Referencial			Valor Patrimonial a Receber (Recebido)/ A Pagar (Pago)	Ajustes ao Valor de Mercado (Res.)	Valor Patrimonial		
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2016	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015
Contratos de futuros								
Compromissos de venda	102.438.687	70.294.595	91.889.130	-	-	-	-	-
Mercado interfinanceiro	102.438.687	70.292.013	91.795.047	-	-	-	-	-
Moeda estrangeira	-	2.582	94.083	-	-	-	-	-
Contratos de Swaps								
Posição ativa	11.238.020	17.523.240	11.378.741	1.458.688	(351.950)	1.106.738	4.141.121	2.062.377
Índices	1.010.660	1.010.660	930.695	68.824	(43.198)	25.626	2.481	10.978
Moeda estrangeira	10.227.360	16.512.580	10.448.046	1.389.864	(308.752)	1.081.112	4.138.640	2.051.399
Posição passiva	11.238.020	17.523.240	11.378.741	729.281	162.957	892.238	157.782	73.939
Índices	1.010.660	1.010.660	930.695	-	5.802	5.802	93.882	16.244
Moeda estrangeira	10.227.360	16.512.580	10.448.046	729.281	157.155	886.436	63.900	57.695

(h) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por contraparte e prazo de vencimento, demonstrada pelo seu valor patrimonial:

Descrição	30/06/2016							31/12/2015	30/06/2015
	Valor Patrimonial a Receber (Recebido)/ A Pagar (Pago)	Ajuste ao Valor de Mercado (Result./ Patrimônio Líquido)	Valor Patrim.	01 – 90 dias	91 - 180 dias	181 - 360 dias	Acima de 360 dias	Valor Patrimonial	Valor Patrimonial
Posição Ativa:									
Contratos de Swaps - Ajuste a Receber	1.458.688	(351.950)	1.106.738	1.056	68.795	39.230	997.657	4.141.121	2.062.377
BM&FBOVESPA	68.824	(43.198)	25.626	-	-	3.000	22.626	2.481	10.978
Inst. Financeiras	1.389.864	(308.752)	1.081.112	1.056	68.795	36.230	975.031	4.138.640	2.051.399
Posição Passiva:									
Contratos de Swaps - Ajuste a Pagar	729.281	162.957	892.238	11.080	14.775	113.296	753.087	157.782	73.939
BM&FBOVESPA	-	5.802	5.802	-	-	-	5.802	93.882	16.122
Empresas	-	-	-	-	-	-	-	-	122
Inst. Financeiras	729.281	157.155	886.436	11.080	14.775	113.296	747.285	63.900	57.695

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por tipo de instrumento, prazo de vencimento, demonstrada pelo seu valor referencial:

Descrição	30/06/2016				Valor de Mercado	31/12/2015	30/06/2015
	01 - 90 dias	91 - 180 dias	181 - 360 dias	Acima de 360 dias		Valor de Mercado	Valor de Mercado
Contas de Compensação/ Valor Referencial							
Contratos futuros	15.311.968	5.246.522	17.269.228	64.610.969	102.438.687	70.294.595	91.889.130
Contratos de Swaps	75.234	632.103	1.449.412	9.081.271	11.238.020	17.523.240	11.378.741

(j) Resultado realizado e não realizado na carteira de instrumentos financeiros derivativos:

Descrição	2016		2015	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Swap	(1.877.475)	(3.836.080)	(589.889)	1.391.143
Futuro	(961.569)	(3.926.871)	218.428	627.486
Total realizado	(2.839.044)	(7.762.951)	(371.461)	2.018.629

(k) Títulos e valores mobiliários vinculados ao BACEN e à prestação de garantias

A margem de garantia é o depósito requerido de todos que detenham posições de risco, visando assegurar o cumprimento dos contratos em aberto. A margem de garantia de operações com instrumentos financeiros é a seguinte:

Descrição	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015
Títulos públicos	4.626.424	11.280.294	8.820.051
Notas do tesouro nacional	3.018	2.578	2.627
Letras do tesouro nacional	4.623.406	11.277.716	8.817.424

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 7 – Relações interfinanceiras

(a) Os depósitos no BACEN são compostos, substancialmente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, exceto aqueles decorrentes de depósitos à vista, e não estão disponíveis para financiar as operações de rotina da CAIXA, portanto, não são considerados equivalentes de caixa.

Descrição	Remuneração	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015
Compulsório sobre depósito à vista	Não remunerado	4.557.655	4.970.101	3.960.386
Compulsório sobre depósito de poupança (1)	TR + 6,17% a.a.	49.271.143	53.926.379	56.536.023
Compulsório sobre depósitos a prazo	Taxa SELIC	27.166.427	22.343.773	11.774.385
Compulsório adicional (2)	Taxa SELIC	26.290.840	24.876.297	23.497.704
Total		107.286.065	106.116.550	95.768.498

(1) Para os depósitos realizados a partir de 04/05/2012, quando a taxa SELIC for menor ou igual a 8,5% a.a., a remuneração do compulsório sobre depósito de poupança será a TR + 70% da taxa SELIC anual.

(2) Variação decorrente das alterações trazidas pela Circular BACEN 3.755 de 28/05/2015, com efeitos a partir de JUN/15.

(b) A rubrica "SFH - Sistema Financeiro da Habitação" inclui valores a ressarcir junto ao FGTS e os valores residuais de contratos encerrados a serem ressarcidos pelo FCVS que estão em processo de novação com aquele Fundo.

Descrição	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015
FGTS a ressarcir	96.567	91.941	90.116
FCVS a receber	30.157.637	28.867.828	28.870.978
Não habilitados (1)	1.563.583	1.686.271	1.903.472
Habilitados e não homologados (2)	10.158.131	9.707.114	9.572.767
Habilitados e homologados (3)	18.435.923	17.474.443	17.394.739
Provisão FCVS a receber	(2.939.588)	(2.797.741)	(2.640.988)
Total (líquido de provisão)	27.314.616	26.162.028	26.320.106

(1) Representam contratos ainda não submetidos à homologação do FCVS porque estão em processo de habilitação na CAIXA.

(2) Representam contratos já habilitados pela CAIXA em fase de análise por parte do FCVS para homologação final.

(3) Os créditos habilitados e homologados representam contratos já avaliados e aceitos pelo FCVS e dependem de processo de securitização para a sua realização, conforme previsto na Lei nº 10.150/2000.

Os contratos a serem ressarcidos pelo FCVS rendem juros de até 6,17% ao ano e são atualizados monetariamente de acordo com a variação da Taxa Referencial de Juros (TR). A efetiva realização desses créditos depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS.

A Administração da CAIXA implementou processo de análise e conferência das condições e dos dados desses contratos para enquadramento a tais normas e procedimentos, o que fundamentou o estabelecimento de critérios para estimar as provisões para prováveis perdas decorrentes de contratos que não venham a atender às normas e aos procedimentos definidos pelo FCVS. A provisão para créditos do FCVS é efetuada com base em estudos estatísticos semestrais, levando-se em conta o histórico de perda por negativa de cobertura atribuída pelo referido Fundo.

(c) Resultado das aplicações compulsórias

Descrição	2016		2015	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Créditos vinculados ao BACEN	2.739.835	5.344.611	2.139.079	4.109.439
Créditos vinculados ao SFH	579.038	1.181.697	568.081	1.031.273
Total	3.318.873	6.526.308	2.707.160	5.140.712

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 8 – Carteira de crédito
(a) Composição da carteira de crédito por modalidades e níveis de risco

Operações de crédito	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015
Operações de crédito	327.898.904	97.287.145	111.663.889	73.142.980	31.901.820	9.073.192	4.649.880	3.781.318	20.243.559	679.642.687	667.349.336	637.354.089
Empréstimos e títulos descontados	23.436.249	33.318.371	44.282.868	30.141.546	9.366.624	4.112.105	2.691.660	2.181.649	12.092.383	161.623.455	163.744.084	151.424.851
Financiamentos	13.504.765	10.445.566	3.120.484	3.134.372	1.572.340	505.242	349.063	293.025	1.650.878	34.575.735	35.920.873	44.860.724
Financiamentos rurais e agroindustriais	930.873	1.511.482	2.018.175	1.139.737	239.208	27.063	33.177	26.218	228.807	6.154.740	7.488.834	6.410.167
Financiamentos imobiliários	240.746.578	34.648.446	56.792.624	33.042.640	18.756.278	2.188.356	1.393.741	1.042.191	4.641.354	393.252.208	384.175.883	366.642.407
Financiamentos de infraestrutura	48.209.176	10.570.942	5.207.143	5.557.311	1.923.534	2.220.289	170.316	231.200	1.612.393	75.702.304	70.658.301	63.040.013
Cessão de créditos	1.071.263	6.792.338	242.595	127.374	43.836	20.137	11.923	7.035	17.744	8.334.245	5.361.361	4.975.927
Outros créditos c/ característica de concessão de crédito	3.241.647	5.896.468	1.066.828	966.860	278.306	156.633	42.792	26.554	259.351	11.935.439	12.137.251	10.739.058
Cartão de crédito	909.114	4.282.420	454.910	295.969	161.397	37.292	25.621	17.218	126.783	6.310.724	7.028.676	6.344.167
Adiantamento de contratos de câmbio (1)	2.325.129	902.762	519.867	617.374	45.431	19.552	10.218	7.569	111.399	4.559.301	4.517.270	3.539.850
Créditos adquiridos (2)	-	705.796	87.740	46.518	55.727	93.075	-	-	-	988.856	530.573	791.661
Diversos	7.404	5.490	4.311	6.999	15.751	6.714	6.953	1.767	21.169	76.558	60.732	63.380
Total	331.140.551	103.183.613	112.730.717	74.109.840	32.180.126	9.229.825	4.692.672	3.807.872	20.502.910	691.578.126	679.486.587	648.093.147
Provisão p/ crédito de liquidação duvidosa	(53.440)	(544.675)	(1.339.294)	(2.603.448)	(3.718.473)	(2.994.624)	(2.346.339)	(2.665.512)	(20.502.910)	(36.768.715)	(33.880.851)	(29.413.978)
Total liq. de provisões	331.087.111	102.638.938	111.391.423	71.506.392	28.461.653	6.235.201	2.346.333	1.142.360	-	654.809.411	645.605.736	618.679.169

(1) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão registrados como redutores de "Outras Obrigações".

(2) Créditos adquiridos com coobrigação dos Bancos: PAN, Cruzeiro do Sul, BMG, Bonsucesso, BMB e Daycoval.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Composição da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Operações de crédito	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015
Provisão regulamentar	-	(515.918)	(1.127.307)	(2.223.294)	(3.218.013)	(2.768.950)	(2.346.339)	(2.665.512)	(20.502.910)	(35.368.243)	(32.886.033)	(29.166.503)
Operações de crédito	-	(486.437)	(1.116.639)	(2.194.288)	(3.190.182)	(2.721.959)	(2.324.942)	(2.646.924)	(20.243.559)	(34.924.930)	(32.499.349)	(28.812.504)
Empréstimos e títulos descontados	-	(166.592)	(442.829)	(904.246)	(936.662)	(1.233.632)	(1.345.830)	(1.527.154)	(12.092.383)	(18.649.328)	(17.638.759)	(10.362.785)
Financiamentos	-	(52.228)	(31.205)	(94.031)	(157.234)	(151.573)	(174.532)	(205.118)	(1.650.878)	(2.516.799)	(2.446.700)	(6.218.976)
Financiamentos rurais e agroindustriais	-	(7.557)	(20.182)	(34.192)	(23.921)	(8.119)	(16.589)	(18.353)	(228.807)	(357.720)	(377.704)	(270.832)
Financiamentos imobiliários	-	(173.242)	(567.926)	(991.279)	(1.875.628)	(656.507)	(696.871)	(729.534)	(4.641.354)	(10.332.341)	(10.124.950)	(10.944.506)
Financiamentos de infraestrutura	-	(52.855)	(52.071)	(166.719)	(192.353)	(666.087)	(85.158)	(161.840)	(1.612.393)	(2.989.476)	(1.856.743)	(969.223)
Cessão de créditos	-	(33.963)	(2.426)	(3.821)	(4.384)	(6.041)	(5.962)	(4.925)	(17.744)	(79.266)	(54.493)	(46.182)
Outros créditos c/ característica de concessão de crédito	-	(29.481)	(10.668)	(29.006)	(27.831)	(46.991)	(21.397)	(18.588)	(259.351)	(443.313)	(386.684)	(353.999)
Cartão de crédito	-	(21.411)	(4.549)	(8.879)	(16.140)	(11.188)	(12.811)	(12.053)	(126.783)	(213.814)	(235.185)	(204.499)
Adiantamento de contratos de câmbio	-	(4.514)	(5.199)	(18.521)	(4.543)	(5.866)	(5.109)	(5.298)	(125.582)	(174.632)	(98.670)	(36.774)
Créditos adquiridos	-	(3.529)	(877)	(1.396)	(5.573)	(27.923)	-	-	-	(39.298)	(40.443)	(77.918)
Diversos	-	(27)	(43)	(210)	(1.575)	(2.014)	(3.477)	(1.237)	(6.986)	(15.569)	(12.386)	(34.808)
Provisão complementar (1)	(53.440)	(28.757)	(211.987)	(380.154)	(500.460)	(225.674)	-	-	-	(1.400.472)	(994.818)	(247.475)
Operações de crédito	(49.170)	(27.428)	(205.747)	(368.632)	(487.168)	(223.346)	-	-	-	(1.361.491)	(977.531)	(244.871)
Empréstimos e títulos descontados	(27.676)	(13.715)	(102.900)	(255.855)	(327.788)	(155.363)	-	-	-	(883.297)	(699.890)	(202.935)
Financiamentos	(11.193)	(3.880)	(22.657)	(57.278)	(102.921)	(67.983)	-	-	-	(265.912)	(199.170)	(38.511)
Financiamentos rurais e agroindustriais	(1.789)	(1.194)	(7.488)	(17.534)	(23.402)	-	-	-	-	(51.407)	(20.955)	(2.163)
Financiamentos imobiliários	(5.335)	(8.352)	(69.066)	(37.965)	(33.057)	-	-	-	-	(153.775)	(57.516)	(1.262)
Financiamentos de infraestrutura	(3.177)	(287)	(3.636)	-	-	-	-	-	-	(7.100)	-	-
Outros créditos c/ característica de concessão de crédito	(4.270)	(1.329)	(6.240)	(11.522)	(13.292)	(2.328)	-	-	-	(38.981)	(17.287)	(2.604)
Cartão de crédito	(318)	(106)	(869)	(2.850)	(2.370)	(2.203)	-	-	-	(8.716)	(9.851)	(1.875)
Adiantamento de contratos de câmbio	(644)	(122)	(2.201)	(4.292)	(1.274)	(125)	-	-	-	(8.658)	(6.479)	(706)
Diversos	(3.308)	(1.101)	(3.170)	(4.380)	(9.648)	-	-	-	-	(21.607)	(957)	(23)
Total Provisão	(53.440)	(544.675)	(1.339.294)	(2.603.448)	(3.718.473)	(2.994.624)	(2.346.339)	(2.665.512)	(20.502.910)	(36.768.715)	(33.880.851)	(29.413.978)

(1) Refere-se à provisão complementar aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução n 2.682 de 21/12/1999, do CMN, utilizando-se da metodologia de perda esperada, adotada na gestão de risco de crédito da instituição.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Composição por faixas de vencimento e níveis de risco
(c.1) Operações de crédito em Curso normal

Descrição	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015
Parcelas vincendas	330.967.343	102.674.427	100.840.779	61.181.089	20.504.013	5.064.258	1.297.763	766.120	5.788.040	629.083.832	619.065.105	595.070.212
01 a 30 dias	8.227.476	7.656.432	3.760.376	2.719.144	1.092.887	238.596	136.192	88.261	557.668	24.477.032	23.603.731	21.458.766
31 a 60 dias	3.813.347	3.976.566	2.580.641	1.692.743	582.640	127.724	52.873	33.072	211.752	13.071.358	13.514.034	13.573.855
61 a 90 dias	3.588.144	3.342.930	2.764.283	1.819.215	531.802	116.556	46.032	29.161	267.998	12.506.121	12.405.708	12.470.560
91 a 180 dias	14.663.064	9.201.257	7.154.267	4.435.431	1.585.824	430.499	120.252	79.606	533.205	38.203.405	36.959.435	35.821.519
181 a 360 dias	20.938.280	11.183.462	12.242.742	8.154.413	2.098.970	521.988	167.288	102.222	804.271	56.213.636	60.308.995	54.144.380
Acima de 360 dias	279.737.032	67.313.780	72.338.470	42.360.143	14.611.890	3.628.895	775.126	433.798	3.413.146	484.612.280	472.273.202	457.601.132
Parcelas vencidas	173.208	509.186	266.458	310.744	195.624	47.252	28.575	16.636	96.159	1.643.842	1.497.222	1.592.220
01 a 14 dias	112.975	471.576	218.454	212.515	162.131	36.201	22.882	15.235	86.302	1.338.271	1.233.339	1.592.220
15 a 30 dias	60.233	37.610	48.004	98.229	33.493	11.051	5.693	1.401	9.857	305.571	263.883	-
Total	331.140.551	103.183.613	101.107.237	61.491.833	20.699.637	5.111.510	1.326.338	782.756	5.884.199	630.727.674	620.562.327	596.662.432

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c.2) Operações de crédito em Curso Anormal

Descrição	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015
Parcelas vencidas	-	-	761.799	1.468.134	2.185.279	1.799.611	2.047.934	1.859.650	11.673.042	21.795.449	20.260.607	17.550.009
01 a 30 dias	-	-	619.733	283.771	256.721	74.376	63.066	32.687	142.341	1.472.695	1.074.802	1.678.063
31 a 60 dias	-	-	142.066	688.406	306.226	122.345	73.717	44.916	1.776.183	3.153.859	1.441.634	1.550.827
61 a 90 dias	-	-	-	339.474	1.071.249	343.085	167.689	112.731	516.712	2.550.940	2.856.063	3.332.481
91 a 180 dias	-	-	-	156.483	550.988	860.827	1.243.566	1.104.395	1.565.556	5.481.815	6.431.632	5.683.473
181 a 360 dias	-	-	-	-	95	398.978	499.896	564.921	6.472.982	7.936.872	7.614.252	5.029.241
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	1.199.268	1.199.268	842.224	275.924
Parcelas vincendas	-	-	10.861.681	11.149.873	9.295.210	2.318.704	1.318.400	1.165.466	2.945.669	39.055.003	38.663.653	33.880.706
01 a 30 dias	-	-	192.562	271.440	166.522	63.975	46.033	23.087	80.792	844.411	789.011	748.143
31 a 60 dias	-	-	170.601	191.703	135.907	54.610	44.448	21.913	74.424	693.606	708.886	636.839
61 a 90 dias	-	-	166.956	187.184	133.996	50.479	43.516	21.478	72.341	675.950	696.699	624.748
91 a 180 dias	-	-	473.140	532.178	385.390	145.525	118.037	61.403	208.935	1.924.608	1.979.434	1.773.346
181 a 360 dias	-	-	852.635	952.632	708.955	264.358	123.318	111.637	370.562	3.384.097	3.590.324	3.144.468
Acima de 360 dias	-	-	9.005.787	9.014.736	7.764.440	1.739.757	943.048	925.948	2.138.615	31.532.331	30.899.299	26.953.162
Total	-	-	11.623.480	12.618.007	11.480.489	4.118.315	3.366.334	3.025.116	14.618.711	60.850.452	58.924.260	51.430.715

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Composição da carteira de crédito por setor de atividade

Descrição	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015
SETOR PÚBLICO	56.587.309	53.154.586	50.283.499
Administração direta	29.879.522	28.015.215	26.390.211
Administração indireta – petroquímico	11.310.632	11.308.664	11.286.643
Administração indireta – saneamento e infraestrutura	4.259.558	4.169.113	3.939.207
Administração indireta – outros	11.137.597	9.661.594	8.667.438
SETOR PRIVADO	634.990.817	626.332.001	597.809.648
PESSOA JURÍDICA	136.500.420	139.077.776	131.310.839
Comércio varejista	21.995.443	24.428.543	25.434.019
Construção civil	16.599.037	17.291.122	16.147.632
Siderurgia e metalurgia	9.643.382	9.630.222	9.678.523
Energia elétrica	15.677.240	12.167.623	10.950.261
Serviços financeiros	7.462.523	8.457.686	6.241.552
Outras indústrias	7.383.270	7.726.781	8.447.360
Transporte	10.248.628	10.192.010	9.470.022
Agronegócio e extrativismo	4.172.352	5.330.556	5.212.164
Comércio atacadista	7.013.417	7.105.384	7.214.753
Saúde	3.997.954	4.026.272	3.823.247
Saneamento e infraestrutura	6.144.954	5.684.020	4.741.023
Petroquímico	1.846.210	2.497.286	2.294.274
Têxtil	2.092.811	2.047.543	2.283.760
Comunicação	1.483.904	1.538.300	1.558.530
Alimentação	2.204.703	2.321.937	1.943.396
Serviços pessoais	318.969	346.073	370.061
Outros serviços	18.215.623	18.286.418	15.500.262
PESSOA FÍSICA	498.490.397	487.254.225	466.498.809
Total	691.578.126	679.486.587	648.093.147

(e) Receitas de operação de crédito

Descrição	2016		2015	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Empréstimos, títulos descontados e financiamentos	12.137.713	23.829.952	11.324.507	21.615.568
Financiamentos rurais e agroindustriais	109.506	227.955	76.818	164.764
Financiamentos imobiliários	9.373.996	18.424.694	8.345.474	15.883.419
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	1.706.887	3.337.957	1.425.476	3.092.004
Outros créditos	3.022	5.948	1.820	3.442
Total	23.331.124	45.826.506	21.174.095	40.759.197

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) Operações de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros

A CAIXA realiza operações de aquisição, venda ou transferência de ativos financeiros como estratégia de negócio em suas operações.

A cessão de crédito está alinhada a estratégia operacional da instituição resultando no reconhecimento das receitas e despesas destas operações no resultado da intermediação financeira.

(f.1) Carteiras cedidas

No primeiro semestre de 2016 foram realizadas cessões onerosas de crédito conforme quadro abaixo:

Descrição	Créditos ativos	Créditos baixados prejuízo	Valor total da cessão	Valor recebido
RCB Planejamento Financeiro LTDA	1.033.898	238.500	1.272.397	65.797
Omni Financeira	980.277	425.838	1.406.115	72.690
Total	2.014.175	664.338	2.678.512	138.487

Resultado com cessão de carteiras				
Descrição	2016		2015	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Receitas com vendas ou transferência de carteiras	212.310	2.394.962	1.543.226	1.755.297
Valor recuperado prejuízo (1)	-	34.372	178.847	241.858
Ativos S.A	-	-	29.009	29.009
EMGEA	-	-	-	-
Omni S/A	-	22.058	-	-
RCB Planejamento Financeiro LTDA	-	12.314	-	-
Renova Companhia Securitizadora S.A	-	-	149.838	212.849
Reversão de provisão (1)	-	2.014.038	1.240.391	1.267.969
Ativos S.A	-	-	338.066	338.066
EMGEA	-	-	-	-
Omni S/A	-	980.140	-	-
RCB Planejamento Financeiro LTDA	-	1.033.898	-	-
Renova Companhia Securitizadora S.A	-	-	902.325	929.903
Receitas vinculadas a cessões (2)	212.310	346.552	123.988	245.470
CIBRASEC e RB Capital Securitizadora	212.310	346.552	123.988	245.470
Despesas com vendas ou transferências de carteiras	(215.639)	(2.259.543)	(1.370.809)	(1.517.406)
Despesas vinculadas a cessões (2)	(215.639)	(349.382)	(123.779)	(244.116)
CIBRASEC e RB Capital Securitizadora	(215.639)	(349.382)	(123.779)	(244.116)
Prejuízos de obrigações p/ operações vinc. à cessão (1)	-	(1.910.161)	(1.247.030)	(1.273.290)
Ativos S.A	-	-	(340.771)	(340.771)
EMGEA	-	-	-	-
Omni S/A	-	(929.508)	-	-
RCB Planejamento Financeiro LTDA	-	(980.653)	-	-
Renova Companhia Securitizadora S.A	-	-	(906.259)	(932.519)
Despesas provisão carteiras cedidas com coobrigação (2)	(23.206)	(28.143)	(3.882)	(35.307)
CIBRASEC e RB Capital Securitizadora	(23.206)	(28.143)	(3.882)	(35.307)
Resultado	(26.535)	107.276	168.535	202.584

(1) Cessão de créditos sem coobrigação.

(2) Cessão de créditos com coobrigação.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2012, a Resolução CMN nº 3.533/2008 estabelece procedimentos para a classificação, registro contábil e divulgação das operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

A classificação como retenção substancial dos riscos e benefícios, nas operações de cessões de crédito, configura-se pela coobrigação nas cessões de crédito. Na referida classificação, as operações cedidas permanecem registradas no ativo da instituição cedente e os recursos recebidos são registrados no ativo com a contrapartida no passivo, em função da obrigação assumida. As receitas e despesas referentes às cessões de crédito realizadas são reconhecidas no resultado, conforme prazo remanescente das operações.

(f.2) Carteiras adquiridas

Resultado com carteiras adquiridas				
Descrição	2016		2015	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Modalidade com coobrigação (1)	20.430	36.078	21.827	41.416
Rendas de créditos vinculados a operações adquiridas em cessão	20.430	36.078	22.561	43.793
Despesas de obrigações por operações vinculadas à cessão	-	-	(734)	(2.377)
Modalidade sem coobrigação (2)	937.784	1.806.461	654.968	1.211.837
Rendas de créditos vinculados a operações adquiridas em cessão	937.790	1.806.477	655.415	1.211.915
Despesas de obrigações por operações vinculadas à cessão	(6)	(16)	(447)	(78)
Resultado	958.214	1.842.539	676.795	1.253.253

(1) Carteiras adquiridas dos Bancos: Cruzeiro do Sul, BMG, Bonsucesso, BMB, Banco PAN e Daycoval.

(2) Carteiras adquiridas do Banco PAN.

(g) Concentração dos principais devedores

Descrição	30/06/2016	%	31/12/2015	%	30/06/2015	%
Principal devedor	11.310.632	1,64	11.308.664	1,66	11.286.643	1,74
10 maiores devedores	48.483.126	7,01	47.803.402	7,04	44.947.581	6,94
20 maiores devedores	68.182.526	9,86	66.334.889	9,76	60.195.808	9,29
50 maiores devedores	93.585.800	13,53	89.689.691	13,20	81.893.182	12,64
100 maiores devedores	108.720.796	15,72	104.434.440	15,37	95.450.917	14,73

(h) Movimentação da carteira de renegociação

Descrição	2016		2015	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Operações renegociadas	3.820.720	7.876.937	2.906.256	5.611.756
Operações comerciais	3.584.357	7.199.115	2.806.526	5.349.089
Operações habitacionais	236.363	677.822	99.730	262.667
Operações recuperadas	445.495	1.220.722	744.442	1.052.477
Operações comerciais	282.041	885.537	498.808	789.581
Operações habitacionais	163.454	335.185	245.634	262.896

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

Descrição	2016		2015	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Saldo inicial	(34.703.598)	(33.880.851)	(28.396.626)	(26.806.599)
Constituição de provisão no período	(9.752.720)	(15.594.983)	(12.278.544)	(17.354.560)
Reversão de provisão no período (1)	3.493.954	5.527.625	7.723.072	7.771.633
Transferência para prejuízo	4.193.649	7.179.494	3.538.120	6.975.548
Saldo final	(36.768.715)	(36.768.715)	(29.413.978)	(29.413.978)

Nota 9 – Outros créditos**(a) Composição**

Descrição	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015
Créditos por avais e fianças honrados	35.029	30.749	32.817
Carteira de câmbio – nota 9 (c)	5.518.696	5.473.711	4.183.607
Rendas a receber	2.954.648	2.833.916	3.984.602
Dividendos e JCP a receber	41.907	217.944	518.363
Convênios setor privado	86.242	106.535	116.193
Convênios setor público	501.582	499.310	763.953
Administração de fundos de investimento	73.859	61.192	49.534
Administração de fundos e programas sociais	2.210.568	1.901.374	2.523.319
Outras rendas a receber	40.490	47.561	13.240
Negociação e intermediação de valores	37.210	48.313	55.104
Créditos específicos	855.599	836.716	781.382
Diversos – nota 9 (b)	68.149.470	65.706.242	54.663.588
Provisão para outros créditos (1)	(482.294)	(403.971)	(356.603)
Total	77.068.358	74.525.676	63.344.497
Ativo circulante	33.085.558	42.751.379	38.304.807
Ativo não circulante	43.982.800	31.774.297	25.039.690

(1) Provisão para carteira de cartão de crédito com característica de concessão de crédito (Nota 8 (a)).

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Outros créditos – diversos

Descrição	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015
Créditos tributários – (Nota 20 (d))	37.900.318	35.903.427	29.096.898
Devedores por depósitos em garantia – (Nota 30 (c))	14.495.993	13.711.179	13.017.473
Adiantamentos e antecipações salariais	563.473	208.821	507.991
Antecipação de dividendos e de juros sobre capital próprio	-	2.414.154	-
Impostos e contribuições a compensar	1.123.346	1.136.939	705.010
Cartão de crédito (1)	6.500.136	7.240.589	6.458.121
Prêmio em aquisição de carteiras	1.639.642	1.512.617	1.411.733
Seguros a receber	350.762	195.466	127.176
Créditos adquiridos	988.856	530.574	791.661
Valores a receber – adm. de fundos e programas sociais	95.118	138.843	177.643
Valores a receber – royalties	601.458	277.384	100.457
Valores a receber – FND	489.528	451.485	434.708
Valores a receber - correspondentes bancários	101.024	107.097	131.324
Valores a receber - resgate de bônus	110.145	105.906	101.617
Valores a receber - convênios de arrecadação e pagamentos	6.962	8.372	37.798
Valores a receber - créditos administrados	19.493	25.243	26.098
Valores a receber - planos de saúde autogestão	96.686	13.805	12.847
Valores a receber – cessão de créditos	32.503	30.896	-
Valores a receber – avais e fianças honrados	187.304	181.918	103.577
Valores a apropriar (2)	1.803.956	2.280.882	2.116.430
Outros devedores (3)	2.453.854	641.732	716.113
Desconto em outros ativos financeiros	(1.411.087)	(1.411.087)	(1.411.087)
Total	68.149.470	65.706.242	54.663.588
Ativo circulante	24.139.445	33.912.228	29.579.536
Ativo não circulante	44.010.025	31.794.014	25.084.052

(1) Inclui R\$ 6.310.724 (31/12/2015 – R\$ 7.028.676, 30/06/2015 - R\$ 6.344.167) de créditos com característica de concessão de crédito (Nota 8 (a)) e anuidades de cartões de crédito, que não possuem característica de concessão de crédito.

(2) Ativos classificados em contas transitórias, principalmente, liberações de crédito imobiliário e resgates de aplicações financeiras.

(3) Em 30/06/2016, o saldo desta rubrica inclui R\$ 1.745.677, líquido de imparidade de R\$ 131.395, decorrente de reclassificação do grupo de "títulos e valores mobiliários" para "outros créditos" do saldo líquido de debêntures vencidas de emissão de empresa do setor de telecomunicações, que tiveram vencimento antecipado para 28 de junho de 2016 em função de solicitação de recuperação judicial. A Administração da CAIXA não tem evidência de imparidade superior ao já reconhecido em decorrência do processo de renegociação do endividamento da emissora das debêntures.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Carteira de câmbio

Descrição	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015
Ativo - outros créditos			
Câmbio comprado a liquidar – moeda estrangeira	34.589	26.236	48.205
Direitos sobre vendas de câmbio – moeda nacional	5.429.919	5.368.387	4.100.532
Rendas a receber de adiantamentos concedidos - ACC/ACE	59.047	80.092	41.230
(-) Adiantamentos recebidos – moeda nacional	(4.859)	(1.004)	(6.360)
Ativo circulante	5.518.696	5.473.711	4.183.607
Passivo - outras obrigações			
Câmbio vendido a liquidar – moeda estrangeira	848.165	52.011	145.693
Obrigações por compras de câmbio – moeda nacional	5.122.918	4.489.402	3.617.911
(-) Adiantamentos sobre contratos de câmbio - ACC/ACE	(4.500.254)	(4.437.178)	(3.498.620)
Passivo circulante (Nota 18 (a))	1.470.829	104.235	264.984

(c.1) Resultado de operações de câmbio

Descrição	2016		2015	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre (Nota 3 (t))	1º semestre (Nota 3 (t))
Receitas	220.894	203.100	6.588.168	13.405.218
Disponibilidade em moeda estrangeira	172.676	115.000	6.561.645	13.354.308
Outras	48.218	88.100	26.523	50.910
Despesas	(899.543)	(1.617.716)	(7.129.121)	(12.469.358)
Despesas de variações e diferenças de taxas	(899.357)	(1.617.231)	(7.129.031)	(12.469.079)
Outras	(186)	(485)	(90)	(279)
Resultado de câmbio	(678.649)	(1.414.616)	(540.953)	935.860

Nota 10 – Outros valores e bens

Compostos por:

- Bens não de uso próprio (imóveis adjudicados, imóveis recebidos em dação de pagamento de empréstimos e imóveis que não são mais usados nas operações da CAIXA), submetidos a teste de redução ao valor recuperável;
- Despesas antecipadas relativas, essencialmente, à antecipação do décimo terceiro salário dos empregados (30/06/2016 e 30/06/2015);
- Estoque de material de consumo.

Descrição	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015
Bens não de uso próprio	3.864.270	2.654.566	1.924.459
Imóveis patrimoniais não de uso	634.336	403.467	269.660
Imóveis adjudicados/arrematados	3.229.934	2.251.099	1.654.799
Despesas antecipadas	91.312	21.267	102.990
Material de consumo	37.599	34.845	32.633
Provisões p/ perdas com desvalorização de imóveis (Nota 10 (a))	(163.896)	(133.958)	(94.693)
Total	3.829.285	2.576.720	1.965.389

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Provisão para perdas com desvalorização de imóveis

Descrição	2016		2015	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Saldo inicial	(137.858)	(133.958)	(93.048)	(90.591)
Constituição	(40.437)	(61.405)	(3.700)	(12.493)
Baixas	14.399	31.467	2.055	8.391
Saldo final	(163.896)	(163.896)	(94.693)	(94.693)

Nota 11 – Participações em controladas e coligadas**a) Participações societárias incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas:**

A carteira de investimento consolidada é composta por empresas coligadas e com controle conjunto, sobre as quais a CAIXAPAR e a CAIXA Seguridade exercem influência significativa ou possuem controle compartilhado, sendo avaliadas pelo método da equivalência patrimonial.

Carteira de participações societárias da CAIXAPAR	Quantidade de ações		Participação %	
	O.N.	P.N.	Cap. votante	Cap. social
Banco PAN	262.164.552	112.732.358	49,00	40,35
Branes	40.975.186	-	37,25	37,25
Capgemini	63.764.544	-	23,75	21,69
Cia. Brasileira de Securitização – CIBRASEC	6.000	-	9,09	9,09
Crescer	40.783.190	-	49,00	49,00
Elo Serviços	62.779	837.031.603	0,01	33,33
TECBAN	375.508.013	-	10,00	10,00

Carteira de participações societárias da CAIXA Seguridade	Quantidade de ações		Participação %	
	O.N.	P.N.	Cap. votante	Cap. social
CAIXA Securitária (1)	100.000	-	100,00	100,00
PAN Seguros	166.210.711	51.313	48,99	48,99
PAN Corretora	149.940	-	49,00	49,00
CAIXA Seguros Holding S.A.	2.239.226	-	48,21	48,21

(1) A participação de 100% da CAIXA Seguridade na CAIXA Securitária é eliminada quando da elaboração das demonstrações contábeis consolidadas da CAIXA Seguridade que são utilizadas para a consolidação do Conglomerado CAIXA.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	Investimento			Resultado de Equivalência Patrimonial			
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015	2016		2015	
				2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
CAIXA Seguros Holding	2.727.983	2.635.360	2.399.648	186.718	390.103	186.967	420.002
Banco PAN	1.077.538	1.183.161	890.254	(56.297)	(104.018)	(68.293)	(129.217)
Capgemini	143.167	177.957	211.339	(19.557)	(34.787)	(17.442)	(25.552)
Elo Serviços	22.597	18.542	18.749	2.116	4.056	2.045	3.818
Cia. Bras. de Securitização - CIBRASEC	6.861	6.956	6.832	79	126	103	125
Crescer	-	-	100	(1.904)	(3.076)	(3.686)	(1.279)
Branes	1.853	1.841	1.834	11	12	34	(6)
NEWCO - S/A	280	-	-	-	-	-	-
BIAPE	109	238	200	(133)	(140)	(441)	(450)
FGO – Fundo Garantia de Operações	157.142	76.069	211.957	-	-	-	-
FGHAB – Fundo Garantidor Habitação Popular	265.208	262.766	235.629	-	-	-	-
Fundo de Investimento em Participações	32.127	32.428	32.465	(324)	(505)	(152)	(6.594)
TECBAN	106.755	107.004	106.636	(21)	(249)	45.990	47.660
PAN Corretora	32.109	29.381	26.610	1.467	2.727	640	2.141
PAN Seguros	374.808	353.709	336.528	10.157	21.036	-	-
Outros Investimentos (1)	6.825	4.734	44.108	-	-	-	-
Total	4.955.362	4.890.146	4.522.889	122.312	275.285	145.765	310.648

(1) Investimentos avaliados pelo custo de aquisição.

(b) Movimentação dos ágios na aquisição de investimentos

Descrição	2016		2015	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Saldo anterior	171.685	180.531	214.519	226.159
Amortizações	(8.844)	(17.690)	(11.640)	(23.280)
Saldo atual	162.841	162.841	202.879	202.879

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 12 – Imobilizado de uso

Com o índice de imobilização apurado de 15,39% (31/12/2015 – 14,34%, 30/06/2015 – 15,34%), a CAIXA está enquadrada na forma definida pela Resolução do CMN nº 2.669/1999, a qual estabelece o limite de 50% do Patrimônio de Referência a partir de 31/12/2002.

(a) Composição

Descrição	30/06/2016			31/12/2015			30/06/2015
	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Imóveis de uso	1.843.002	(782.879)	1.060.123	1.590.668	(518.560)	1.072.108	988.844
Edificações	1.781.998	(782.879)	999.119	1.529.447	(518.560)	1.010.887	927.212
Terrenos	61.004	-	61.004	61.221	-	61.221	61.632
Reavaliações de imóveis de uso	710.140	(201.135)	509.005	715.978	(192.466)	523.512	539.310
Edificações	519.239	(201.135)	318.104	524.127	(192.466)	331.661	345.270
Terrenos	190.901	-	190.901	191.851	-	191.851	194.040
Outras imobilizações de uso	7.466.488	(5.338.066)	2.128.422	7.295.520	(5.026.378)	2.269.142	2.320.489
Imobilizações em curso	23.840	-	23.840	23.881	-	23.881	31.159
Inst., móveis e equip. de uso	1.654.530	(892.661)	761.869	1.606.314	(849.561)	756.753	723.565
Sistema de comunicação	91.452	(78.497)	12.955	91.424	(77.158)	14.266	15.777
Sistema de proc.de dados	5.261.376	(4.044.386)	1.216.990	5.154.717	(3.799.290)	1.355.427	1.440.824
Sistema de transporte e segurança	435.290	(322.522)	112.768	419.184	(300.369)	118.815	109.164
Total	10.019.630	(6.322.080)	3.697.550	9.602.166	(5.737.404)	3.864.762	3.848.643

(b) Movimentação

Descrição	31/12/2015	Transferências	Adições	Baixas	Depreciação	30/06/2016	30/06/2015
Imóveis de uso	1.072.108	53	127.721	(390)	(139.369)	1.060.123	988.844
Edificações	1.010.887	53	127.721	(173)	(139.369)	999.119	927.212
Terrenos	61.221	-	-	(217)	-	61.004	61.632
Reaval. de imóveis de uso	523.512	-	-	(3.864)	(10.643)	509.005	539.310
Edificações	331.661	-	-	(2.914)	(10.643)	318.104	345.270
Terrenos	191.851	-	-	(950)	-	190.901	194.040
Outras imobilizações de uso	2.269.142	(152)	177.337	(1.463)	(316.442)	2.128.422	2.320.489
Imobilizações em curso	23.881	(151)	110	-	-	23.840	31.159
Inst., móveis e equip. de uso	756.753	(1.556)	51.922	(19)	(45.231)	761.869	723.565
Sistema de comunicação	14.266	4	32	(4)	(1.343)	12.955	15.777
Sistema de proc.de dados	1.355.427	1.501	109.208	(1.440)	(247.706)	1.216.990	1.440.824
Sist. de transp./segurança	118.815	50	16.065	-	(22.162)	112.768	109.164
Total	3.864.762	(99)	305.058	(5.717)	(466.454)	3.697.550	3.848.643

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 13 – Intangível

(a) Composição

Descrição	30/06/2016				31/12/2015				30/06/2015
	Custo	Amort. Acumulada	Redução ao valor recuperável	Líquido	Custo	Amort. Acumulada	Redução ao valor recuperável	Líquido	Líquido
Aquisição de folha de pagamento	3.024.435	(1.186.152)	(1.441)	1.836.842	2.905.765	(992.807)	(6.804)	1.906.154	1.863.509
Outros ativos intangíveis	366.655	(65.372)	-	301.283	366.655	(57.614)	-	309.041	316.799
Projetos logiciais - Software	1.471.175	(401.840)	-	1.069.335	1.384.938	(352.593)	-	1.032.345	908.901
Total	4.862.265	(1.653.364)	(1.441)	3.207.460	4.657.358	(1.403.014)	(6.804)	3.247.540	3.089.209

(b) Movimentação

Descrição	31/12/2015	30/06/2016			30/06/2015	
	Líquido	Movimentação			Líquido	Líquido
		Adições	Baixas	Amortizações		
Aquisição de folha de pagamento	1.906.154	282.728	(31.721)	(320.319)	1.836.842	1.863.509
Outros ativos intangíveis	309.041	-	-	(7.758)	301.283	316.799
Projetos logiciais - Software	1.032.345	125.440	-	(88.450)	1.069.335	908.901
Total	3.247.540	408.168	(31.721)	(416.527)	3.207.460	3.089.209

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 14 – Depósitos

(a) Composição

Descrição	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015
Depósitos à vista – sem remuneração	26.577.289	27.414.590	27.879.676
Pessoas físicas	12.058.886	12.800.437	12.037.318
Pessoas jurídicas	10.635.641	10.703.860	12.128.760
Vinculados	2.190.669	2.071.944	2.038.283
Governo	931.256	1.343.474	971.399
Moedas estrangeiras	73.798	54.540	98.298
Instituições do sistema financeiro	19.838	36.620	60.888
Entidades públicas	445.904	215.008	468.868
Contas encerradas	21.545	18.195	-
Outros	199.752	170.512	75.862
Depósitos de poupança – remuneração pós fixada	238.702.276	241.362.624	232.117.335
Pessoas físicas	235.393.816	237.999.158	229.912.439
Pessoas jurídicas	2.390.235	2.482.363	2.202.492
Vinculados	2.241	2.323	2.404
Contas encerradas	915.984	878.780	-
Depósitos interfinanceiros	834.221	2.426.627	2.423.723
Depósitos a prazo	185.386.089	168.918.281	154.341.324
Remuneração prefixada	88.414.732	80.156.145	73.968.446
Depósitos a prazo em moeda nacional	88.414.732	80.156.145	73.968.446
Remuneração pós-fixada	96.971.357	88.762.136	80.372.878
Depósitos a prazo em moeda nacional	30.381.807	26.730.337	23.038.633
Depósitos judiciais com remuneração	66.589.550	62.031.799	57.334.245
Depósitos especiais e de fundos e programas (Nota 14 (c))	10.878.942	14.540.011	9.125.621
Sem remuneração	255.538	271.022	279.354
Remuneração prefixada	590.071	557.968	525.978
Remuneração pós-fixada	10.033.333	13.711.021	8.320.289
Outros	59	-	-
Total	462.378.876	454.662.133	425.887.679
Passivo circulante	362.802.878	367.127.623	344.596.723
Passivo não circulante	99.575.998	87.534.510	81.290.956

(b) Depósitos por prazo de exigibilidade

Depósitos	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima de 360 dias	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015
Depósitos à vista	26.577.289	-	-	-	26.577.289	27.414.590	27.879.676
Depósitos de poupança	238.702.276	-	-	-	238.702.276	241.362.624	232.117.335
Depósitos interfinanceiros	-	314.572	169.365	350.284	834.221	2.426.627	2.423.723
Depósitos a prazo	66.600.986	4.175.812	15.383.578	99.225.713	185.386.089	168.918.281	154.341.324
CDB	11.436	4.175.812	15.383.578	99.225.713	118.796.539	106.872.896	96.992.064
Depósitos judiciais	66.589.550	-	-	-	66.589.550	62.031.799	57.334.245
Outros	-	-	-	-	-	13.586	15.015
Depósitos especiais e de fundos e programas	10.878.942	-	-	-	10.878.942	14.540.011	9.125.621
Outros	59	-	-	-	59	-	-
Total	342.759.552	4.490.384	15.552.943	99.575.997	462.378.876	454.662.133	425.887.679

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Despesas de captações com depósitos

Descrição	2016		2015	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Depósitos de poupança	(4.545.392)	(9.042.566)	(4.223.089)	(8.171.658)
Depósitos interfinanceiros	(27.954)	(82.264)	(65.920)	(132.368)
Depósitos a prazo CDB/RDB	(3.808.164)	(7.400.120)	(2.819.922)	(5.364.780)
Depósitos judiciais	(1.085.433)	(2.118.481)	(878.679)	(1.640.293)
Depósitos especiais e de fundos e programas (d.1)	(440.571)	(895.809)	(331.075)	(646.988)
Outras captações	(183.987)	(369.062)	(170.824)	(339.282)
Total	(10.091.501)	(19.908.302)	(8.489.509)	(16.295.369)

(d) Obrigações por depósitos especiais e de fundos e programas

Descrição	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS	4.780.630	8.569.202	3.431.982
Depósitos - Especiais com remuneração	2.149.877	2.064.505	1.931.795
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT (d.2)	1.412.588	1.553.768	1.494.339
Depósitos – FISANE	10.103	9.722	9.336
Depósitos – PRODEC	58.319	56.088	53.883
Programa de Integração Social – PIS	22.031	150.246	106.441
Fundo Garantia Safra – FGS	220.020	22.768	54.162
Fundo de Arrendamento Residencial – FAR	60.026	104.815	51.827
Fundo de Desenvolvimento Social – FDS	476.565	426.318	389.289
Depósitos - Pró-frota Pesqueira	8.515	8.107	8.170
Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social – FAS	6.544	8.050	7.311
Depósitos – PREVHAB	745.625	701.267	658.159
Saúde CAIXA	255.538	271.022	279.354
Outros	672.561	594.133	649.573
Total	10.878.942	14.540.011	9.125.621

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d.1) Despesas com depósitos especiais e de fundos e programas

Descrição	Taxa de Remuneração	2016		2015	
		2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Depósitos - FGTS	Selic	(226.115)	(468.283)	(182.922)	(366.461)
Depósitos - FAT	Selic e TJLP	(27.761)	(57.322)	(23.892)	(51.310)
Depósitos - FISANE	TR	(195)	(381)	(172)	(326)
Depósitos - PRODEC	TR + Juros 0,4868% a.m.	(1.141)	(2.231)	(974)	(1.836)
Depósitos - PIS	Extra mercado	(44.167)	(85.873)	(24.156)	(41.008)
Depósitos - FGS	Selic fator dia/ Extra mercado	(5.166)	(5.869)	(956)	(1.405)
Depósitos - FAR	Selic	(9.299)	(31.391)	2.124	(1.797)
Depósitos - FDS	Selic fator dia	(16.512)	(30.838)	(12.509)	(23.393)
Depósitos - Tesouro Nacional	Selic	(13.002)	(25.172)	(10.174)	(19.322)
Depósitos - FAS	TR	(36)	(71)	(20)	(45)
Depósitos - PREVHAB	Selic	(24.285)	(47.091)	(19.401)	(37.004)
Depósitos - Caução	TR	(3.999)	(7.576)	(3.007)	(5.076)
Depósitos - FCA	Extra - mercado	(16.085)	(30.308)	(11.759)	(23.267)
Depósitos – Fundo Paulista de Habitação	CDI	(10.880)	(22.890)	(13.700)	(28.183)
Outros		(41.928)	(80.513)	(29.557)	(46.555)
Total		(440.571)	(895.809)	(331.075)	(646.988)

(d.2) Obrigações por depósitos especiais e de fundos e programas – FAT

O FAT é um fundo especial de natureza contábil e financeira, instituído pela Lei nº 7.998/1990, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego e gerido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT.

As principais ações financiadas com recursos do FAT para a promoção do emprego estão estruturadas em torno dos programas de geração de emprego e renda, cujos recursos são alocados por meio dos depósitos especiais, criados pela Lei nº 8.352/1991, nas instituições financeiras oficiais federais conforme programas e linhas de créditos identificados no quadro anterior.

Os depósitos especiais do FAT enquanto disponíveis são remunerados, “pro-rata” dia, pela Taxa Média Selic (TMS) e, à medida que são aplicados nos financiamentos, passam a ser remunerados pela Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP durante o período de vigência do financiamento.

As remunerações sobre os depósitos são recolhidas ao FAT mensalmente, conforme estipulado pelas Resoluções CODEFAT nº 439/2005 e nº 489/2006.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	Res/ TADE	Devolução de Recursos do FAT		30/06/2016			31/12/2015			30/06/2015		
		Forma	Data	Disponível	Aplicado	Total	Disponível	Aplicado	Total	Disponível	Aplicado	Total
Programas				135.390	1.202.447	1.337.837	159.585	1.319.488	1.479.073	118.453	1.301.309	1.419.762
Proger urbano				72.888	950.101	1.022.989	96.290	1.021.184	1.117.474	54.324	961.377	1.015.701
Investimento	ago/05	RA	10/10/2005	72.888	950.101	1.022.989	96.290	1.021.184	1.117.474	54.324	961.377	1.015.701
FAT infraestrutura				62.194	247.988	310.182	62.920	293.584	356.504	63.743	336.665	400.408
Infraestrutura econômica	13/2006	RA	08/08/2008	62.194	247.988	310.182	62.920	293.584	356.504	63.743	336.665	400.408
FAT – PNMPO				308	4.358	4.666	375	4.720	5.095	386	3.267	3.653
FAT – microcrédito	15/2006	RA	10/05/2007	308	4.358	4.666	375	4.720	5.095	386	3.267	3.653
Linhas de crédito especiais				460	74.291	74.751	417	74.278	74.695	370	74.207	74.577
FAT - vila panamericana	jan/05	SD	09/12/2005	460	74.291	74.751	417	74.278	74.695	370	74.207	74.577
Total				135.850	1.276.738	1.412.588	160.002	1.393.766	1.553.768	118.823	1.375.516	1.494.339

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 15 – Captações no mercado aberto

(a) Composição

Descrição	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015
Carteira própria (1)	76.452.461	94.785.099	104.125.034
Letras financeiras do tesouro	10.012.195	42.991	40.227
Letras do tesouro nacional	28.003.071	64.294.891	73.206.834
Notas do tesouro nacional	31.749.118	22.689.765	23.107.088
Debêntures	6.233.244	7.285.266	7.368.736
Certificados de recebíveis imobiliários	454.833	472.186	402.149
Carteira de terceiros	108.773.801	99.476.122	72.058.870
Letras do tesouro nacional	2.671.529	30.798.362	6.259.077
Notas do tesouro nacional	106.102.272	68.677.760	65.799.793
Livre movimentação	3.813.055	-	-
Letras do tesouro nacional	3.813.055	-	-
Total	189.039.317	194.261.221	176.183.904
Passivo circulante	171.306.429	186.597.458	174.301.247
Passivo não circulante	17.732.888	7.663.763	1.882.657

(1) Valores calculados considerando o PU de lastro (PU de Garantia) do papel vinculado.

(b) Despesas de captações no mercado aberto

Descrição	2016		2015	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Carteira própria	(2.646.302)	(5.512.009)	(2.467.032)	(4.704.234)
Carteira de terceiros	(5.113.013)	(9.711.615)	(2.359.551)	(5.584.688)
Carteira de livre movimentação	(114.768)	(115.388)	(19.091)	(19.740)
Total	(7.874.083)	(15.339.012)	(4.845.674)	(10.308.662)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 16 – Recursos de aceites e emissões de títulos

(a) Recursos de letras

Depósitos	Indexador	Vencimento				30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015
		01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias			
Letra hipotecária	IGP-M	-	-	-	690.835	690.835	687.723	615.874
Letra hipotecária	INPC	-	-	-	14.989	14.989	15.029	13.680
Letra hipotecária	TR	-	-	-	-	-	-	165
Letra imobiliária	IGP-M	-	-	10.541	-	10.541	9.962	9.401
Letra imobiliária	CDI	16.824.129	18.950.217	25.853.448	47.355.053	108.982.847	111.221.734	105.109.961
Letra financeira	CDI	15.765.918	5.221.308	3.931.526	14.650.826	39.569.578	39.670.266	40.952.453
Letra financeira	IPCA	-	-	127.547	1.011.694	1.139.241	1.052.891	902.242
Letra de crédito do agronegócio	CDI	71.275	196.032	270.146	133.109	670.562	1.029.810	2.025.161
Total		32.661.322	24.367.557	30.193.208	63.856.506	151.078.593	153.687.415	149.628.937
Passivo circulante						87.222.086	91.498.789	62.760.287
Passivo não circulante						63.856.507	62.188.626	86.868.650

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Despesas com recursos de letras

Descrição	2016		2015	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Letras imobiliárias	(3.227.950)	(6.449.368)	(2.742.417)	(5.087.176)
Letras hipotecárias	(37.477)	(76.113)	(30.732)	(59.714)
Letras financeiras	(1.384.500)	(2.767.761)	(1.338.451)	(2.498.136)
Letras de crédito do agronegócio	(26.200)	(56.153)	(57.139)	(103.851)
Total	(4.676.127)	(9.349.395)	(4.168.739)	(7.748.877)

(c) Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior

A CAIXA realiza emissão de títulos no exterior com o objetivo de construir uma fonte alternativa de captar recursos de longo prazo para financiamento de suas operações ativas. Foram realizadas cinco emissões internacionais, sendo 4 tranches seniores, cujas características são apresentadas a seguir e 1 subordinada, apresenta na Nota 18 (d1).

Título	Moeda	Valor emitido (1)	Remuner. a.a.	Data Captação	Vencim.	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015
1ª série	US\$	1.000.000.000	2,38%	nov/12	nov/17	3.191.415	3.865.055	3.118.305
2ª série	US\$	500.000.000	3,50%	nov/12	nov/22	1.489.682	1.812.940	1.560.570
3ª série	US\$	1.250.000.000	4,50%	out/13	out/18	4.079.078	4.947.455	3.917.126
4ª série	US\$	1.300.000.000	4,25%	mai/14	mai/19	4.143.977	5.077.494	4.058.803
Total						12.904.152	15.702.944	12.654.804

(1) Valores em US\$.

(d) Resultado com obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior

Descrição	2016		2015 Nota 3 (t)	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Despesa de TVM no exterior - sem subordinação	1.392.820	2.485.935	256.883	(2.174.239)
Despesa de TVM no exterior - com subordinação	184.052	327.954	32.758	(295.618)
Total	1.576.872	2.813.889	289.641	(2.469.857)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 17 – Obrigações por empréstimos e repasses

Descrição	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015
Repases no país	224.247.278	207.682.167	190.733.182
FGTS	189.359.062	172.210.084	156.491.749
BNDES	31.586.149	32.377.811	31.367.136
Tesouro Nacional – PIS	866.644	678.164	710.376
Fundo Marinha Mercante	2.178.131	2.228.930	2.088.838
Outras instituições	257.292	187.178	75.083
Repases no exterior	53.420	59.184	-
Empréstimos no exterior	5.797.235	14.337.557	9.697.669
Tomados junto a instituições financeiras no exterior	3.616.509	4.726.401	3.505.252
Demais linhas de crédito	2.180.726	9.611.156	6.192.417
Total de obrigações por empréstimos e repases	230.097.933	222.078.908	200.430.851
Passivo circulante	7.008.388	8.783.700	8.334.616
Passivo não circulante	223.089.545	213.295.208	192.096.235

(a) Repases no país

Compostos por recursos repassados pelo FGTS para aplicação em operações de infraestrutura, desenvolvimento urbano e crédito imobiliário. Tais repases estão sujeitos à atualização monetária de acordo com a variação da Taxa Referencial (TR), taxa média de juros de 5,09 % a.a. (habitação 4,97 % a.a., infraestrutura 5,67 % a.a. e saneamento 6,29 % a.a.) e prazo médio de retorno de 232 meses (habitação 240 meses, infraestrutura 198 meses e saneamento 160 meses).

(b) Repases no exterior

O saldo de repases no exterior, referente contrato firmado entre a CAIXA e o Banco Mundial – BIRD, para aplicação no Programa de Financiamento para Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos e Mecanismo de Desenvolvimento Limpo estão sujeitos à variação cambial do dólar americano (US\$), taxa de juros de 0,8% a.a., acrescido de LIBOR. O prazo de vencimento da operação varia entre 12 e 15 anos.

(c) Empréstimos no exterior

O saldo dos empréstimos no exterior é composto substancialmente por linhas de crédito captadas no exterior para financiamento de exportações de clientes, sujeitas a taxa de juros de até 2,99% ao ano, substancialmente atreladas ao dólar dos Estados Unidos, com vencimentos até 2017. Os demais recursos tomados no exterior referem-se a empréstimos tomados junto a instituições financeiras no exterior sujeitos a juros de até 2,38% ao ano e à variação cambial do dólar dos Estados Unidos, com vencimentos até 2017.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Despesas com obrigações por empréstimos/repases

Descrição	2016		2015 (Nota 3 (t))	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Repases no país	(4.176.357)	(8.240.139)	(3.518.192)	(6.875.103)
FGTS	(3.643.136)	(7.121.995)	(2.922.086)	(5.554.626)
BNDES	(544.153)	(1.107.733)	(449.060)	(880.942)
Tesouro Nacional – PIS	(12.092)	(24.453)	(12.681)	(25.356)
Fundo Marinha Mercante	46.119	57.780	(119.142)	(380.895)
Outras instituições	(23.095)	(43.738)	(15.223)	(33.284)
Repases no exterior	5.665	12.432	-	-
Empréstimos no exterior	610.688	1.804.212	553.005	(858.626)
Total	(3.560.004)	(6.423.495)	(2.965.187)	(7.733.729)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 18 – Outras obrigações

(a) Composição

Descrição	30/06/2016	31/12/2015 (Nota 3 (t))	30/06/2015 (Nota 3 (t))
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	1.080.750	353.726	1.480.557
Carteira de câmbio (Nota 9 (c))	1.470.829	104.235	264.984
Sociais e estatutárias	1.546.995	2.933.544	1.652.623
Fiscais e previdenciárias (Nota 18 (b))	1.873.062	3.232.649	2.366.459
Negociação e intermediação de valores	10.443	3.073	117.016
Recursos para destinação específica (Nota 18 (c))	11.322.694	12.222.859	9.554.544
Instrumentos híbridos de capital e dívida (Notas 18 (d))	923.041	1.799.266	988.282
Dívida Subordinada	11.138.061	-	-
Instrumentos de dívida elegíveis a capital (Nota 18 (d))	12.854.959	24.118.921	20.555.334
Diversas (Nota 18 (e))	59.696.428	53.282.405	51.947.205
Total	101.917.262	98.050.678	88.927.004
Passivo circulante	53.191.357	54.095.412	48.656.610
Passivo não circulante	48.725.905	43.955.266	40.270.394

(b) Fiscais e previdenciárias

Descrição	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015
Tributos sobre salários a recolher	440.315	438.803	407.846
Tributos sobre serviços a recolher	316.417	415.575	280.620
Tributos sobre lucros a recolher	286.399	184.376	403.448
Imposto de renda	15.777	14.413	27.291
Contribuição social	6.358	3.647	9.811
COFINS	227.569	146.571	330.866
PASEP	36.695	19.745	35.480
Tributos diferidos	683.086	2.026.544	1.119.101
Reavaliação – edificações	121.815	127.238	136.665
Ajustes ao valor mercado - títulos para negociação	236.420	-	-
Ajustes ao valor mercado - títulos disponíveis p/ venda	324.851	264.045	438.388
Contratos futuros	-	1.635.261	521.445
Tarifas a receber da União	-	-	22.603
Prov. riscos fiscais (Nota 30)	146.845	167.351	155.444
Total	1.873.062	3.232.649	2.366.459
Passivo circulante	1.751.247	3.105.411	2.229.793
Passivo não circulante	121.815	127.238	136.666

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Recursos para destinação específica

Referem-se às obrigações decorrentes de recursos de operações relacionadas com loterias, obrigações decorrentes de recursos de fundos e programas sociais geridos pela CAIXA e recursos de fundos ou programas especiais alimentados com recursos do Governo ou entidades públicas, administrados pela CAIXA.

Descrição	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015
Fundos e programas sociais	8.297.918	9.305.546	7.638.044
FGTS	3.419.139	4.777.286	3.641.168
Minha Casa Minha Vida	4.265.322	3.919.855	3.456.762
Programa de Subsídio à Habitação (PSH)	298.207	295.477	291.534
Programas de transferência de renda	199.022	195.751	140.929
Outros fundos e programas	116.228	117.177	107.651
Fundos financeiros e de desenvolvimento	2.372.149	1.509.771	1.025.140
PIS	1.373.541	1.258.833	842.089
FAT	997.151	249.494	181.624
FINSOCIAL	1.457	1.444	1.427
Operações com loterias	652.627	1.407.542	891.360
Total	11.322.694	12.222.859	9.554.544

(d) Instrumentos de Dívida elegíveis a capital**(d.1) Instrumentos Financeiros Subordinados – Nível II**

A CAIXA possui 19 Instrumentos Financeiros Subordinados – IFS autorizados a compor o Nível II do Patrimônio de Referência – PR, sendo 06 Instrumentos de Dívida Subordinada – IDS, 12 Letras Financeiras Subordinadas – LFS e 01 Nota Subordinada – NS no Exterior, conforme detalhamento nos itens subsequentes.

O valor total captado por meio destes IFS compõe o capital da instituição, refletindo positivamente no Patrimônio de Referência – PR, na Margem Operacional, no Índice de Basileia, além de outros indicadores como, por exemplo, o de imobilização e endividamento do setor público.

Instrumento de Dívida Subordinada – IDS

A CAIXA possui 06 instrumentos de dívida subordinada autorizados pelo Banco Central do Brasil na composição do Nível II do PR, em acordo com o disposto na Resolução CMN nº 4.192/13, contratados com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS nos anos de 2005, 2011, 2012, 2014 e 2015.

Sobre o valor total das dívidas incide atualização monetária, mediante a aplicação de coeficiente de atualização idêntico ao utilizado para a remuneração das contas vinculadas do FGTS e juros capitalizados mensalmente.

Letras Financeiras Subordinadas – LFS

A CAIXA possui 12 Letras Financeiras Subordinadas captadas no mercado local, no valor de face total de R\$ 234.900, todas consideradas elegíveis ao Nível II do PR pelo BACEN.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota Subordinada – NS

A CAIXA captou com sucesso US\$ 500.000 (quinhentos milhões de dólares) no mercado internacional, no dia 16/07/2014, por meio da emissão de bônus subordinados elegíveis a compor o capital de Nível II sob as regras de Basileia III. Os títulos emitidos possuem prazo de 10 anos, com possibilidade de resgate (*call*) no 5º ano e uma taxa de retorno de 7,25% ao ano.

Esta transação foi a primeira emissão de capital Nível II de acordo com as regras de Basileia III realizada por um banco brasileiro e a quinta transação da CAIXA no mercado de capitais internacional. As Notas possuem *reset* de cupom após o 5º ano e cláusula de “absorção de perdas” com eventual *write off* de principal e juros. Ou seja, as notas podem ser baixadas permanentemente em um montante pelo menos igual ao montante contabilizado como capital Nível II nas seguintes hipóteses: (i) Capital Principal inferior a 4,5%, (ii) Execução de um compromisso de fazer um aporte de capital emergencial na Emissora, (iii) Determinação pelo Banco Central do Brasil de não viabilidade do banco.

Em outubro de 2014 o BACEN considerou a NS elegível. Assim, a partir de outubro de 2014 o instrumento passou a compor o Nível II do Patrimônio de Referência da CAIXA.

Vencim.	Rem. a.a.	Data captação	Valor emitido	Atualização monetária e juros	Amort.	Impacto Hedge Contábil Risco de Mercado	Saldo devedor 30/06/2016	Saldo devedor 31/12/2015	Saldo devedor 30/06/2015
Obrigações de Empréstimos - Recursos do FGTS									
fev/20	6,30%	out/05	3.439.717	2.608.717	(2.840.712)	-	3.207.722	3.611.408	4.003.980
abr/26	6,00%	ago/11	3.000.000	1.152.351	-	-	4.152.351	3.995.860	3.842.073
jul/32	5,08%	jun/12	3.000.000	795.359	-	-	3.795.359	3.668.116	3.542.304
dez/33	5,15%	out/14	3.000.000	360.218	-	-	3.360.218	3.246.532	3.134.178
fev/38	4,80%	dez/14	4.000.000	413.720	-	-	4.413.720	4.271.464	4.130.529
dez/40	4,75%	set/15	3.000.000	157.950	-	-	3.157.950	3.056.866	-
Letra Financeira elegível – Nível II									
jun/20	110%CDI	jun/14	10.000	3.176	-	-	13.176	12.265	11.398
jul/19	110%CDI	jul/14	17.400	5.321	-	-	22.721	21.153	19.655
dez/21	110%CDI	dez/14	1.500	363	-	-	1.863	1.735	1.612
jun/24	100%IPCA	jun/14	200.000	73.667	-	(10.995)	262.672	251.919	234.111
fev/25	100% IPCA + 6,74%	fev/15	1.200	293	-	(13)	1.480	1.379	1.281
fev/25	100% IPCA + 6,65%	fev/15	1.200	288	-	(29)	1.459	1.374	1.277
fev/25	100% IPCA + 6,58%	fev/15	2.400	594	-	(107)	2.887	2.762	2.571
mar/25	100% IPCA + 6,45%	mar/15	1.200	284	-	(62)	1.422	1.369	1.275
TVM no exterior elegível – Nível II									
jul/24	7,25%	jul/14	1.106.450	576.926	-	(85.356)	1.598.020	1.974.719	1.629.090
Total			20.781.067	6.149.227	(2.840.712)	(96.562)	23.993.020	24.118.921	20.555.334

Informações adicionais sobre os Instrumentos Financeiros Subordinados estão disponíveis no Relatório de Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3, em: www.caixa.gov.br, menu “Sobre a Caixa”.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d.2) Instrumentos híbridos de capital e dívida

O Nível I do Patrimônio de Referência é dividido em Capital Principal e Capital Complementar. A CAIXA possui 06 Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida – IHCD autorizados a compor o seu Capital Principal e não tem instrumentos subordinados contratados com características de Capital Complementar.

A União foi autorizada, por meio da Medida Provisória nº 347, de 22 de janeiro de 2007, a conceder crédito à CAIXA no valor de R\$ 5.200.000 em condições financeiras e contratuais que permitissem o enquadramento da operação como IHCD. A concessão foi formalizada em 24/05/2007, por meio de contrato particular nº 348 celebrado entre a União e a CAIXA.

Em 13/10/2009, por meio da Medida Provisória nº 470, uma nova contratação de crédito entre a CAIXA e a União foi autorizada no montante de até R\$ 6.000.000. Dessa forma, em outubro de 2009 a CAIXA firmou o contrato IHCD nº 504, com a liberação dos valores em duas tranches: R\$ 2.000.400 em outubro de 2009 e R\$ 3.999.600 em janeiro de 2010.

Em 20/09/2012, por meio da Medida Provisória nº 581, uma nova contratação de crédito entre a CAIXA e a União foi autorizada no montante de até R\$ 13.000.000, em condições financeiras e contratuais que permitissem o enquadramento da operação como capital. Nesse sentido a CAIXA assinou os contratos IHCD nº 752 e nº 754 em setembro de 2012 nos valores de R\$ 6.800.000 e R\$ 6.200.000, respectivamente.

Os IHCD nº 348, 504, 752 e 754 foram contratados durante a vigência da Resolução CMN nº. 3.444/07, com cláusulas aderentes à qualificação como Capital a ser utilizado no Nível I e Nível II do Patrimônio de Referência, observados os limitadores existentes à época.

Em observação às Medidas Provisórias nºs 600/12 e 620/13 e em atenção aos requisitos estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional por meio da Resolução CMN nº 4.192/13, em junho de 2013, a CAIXA e a União assinaram dois Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida – IHCD no valor total de R\$ 8.000.000 (Contratos nº 868 de R\$ 3.000.000 e nº 869 de R\$ 5.000.000). Em agosto de 2013, o BACEN considerou estes contratos elegíveis ao Nível I – Capital Principal do Patrimônio de Referência.

Haja vista a implementação das regras de Basileia III a partir de outubro de 2013, a CAIXA assinou em novembro de 2013 aditivos aos contratos nº 348, 504, 752 e 754 para adequação à Resolução CMN nº 4.192/13, sendo realizada nova solicitação ao Banco Central do Brasil – BACEN para elegibilidade da dívida como Nível I – Capital Principal.

Enquanto aguardava-se a autorização do BACEN para a classificação destes instrumentos híbridos como Nível I – Capital Principal, a partir de outubro de 2013 os contratos passaram a ser considerados como Nível I – Capital Complementar e tiveram o percentual de 10% a.a. aplicados como redutor, conforme previsto na Resolução CMN nº 4.192/13.

Em julho de 2014 o BACEN considerou os contratos nºs 348, 504, 752 e 754 elegíveis ao Nível I – Capital Principal do PR da CAIXA. Assim, o valor integral dos contratos passou a constar no Capital Principal da instituição e o redutor de 10% a.a. aplicado até junho de 2014 deixou de ser considerado.

A Resolução CMN nº 4.192/13 determina, para fins de divulgação das demonstrações financeiras, a reclassificação para o patrimônio líquido dos instrumentos que atendam às características de Capital Principal.

Assim, informações adicionais sobre os instrumentos financeiros subordinados elegíveis a capital principal podem ser verificadas na Nota 19 (b).

Os contratos possuem cláusulas de remuneração integralmente variáveis, a atualização monetária é incorporada anualmente, após o pagamento dos juros atinentes ao exercício anterior.

Os juros remuneratórios a pagar e a atualização monetária não incorporada compõem os Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida, classificados em Outras Obrigações – Instrumentos de dívida elegíveis a capital, perfazendo um montante de R\$ 923.041 em 30/06/2016 (31/12/2015 – R\$ 1.799.266; 30/06/2015 – R\$ 988.282).

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Diversas

Descrição	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015
Passivos atuariais - Benefícios pós-emprego (Nota 32 (a))	20.062.102	15.744.858	16.397.054
Saúde CAIXA	14.696.873	12.068.398	12.097.849
Auxílio e cesta alimentação	1.236.705	1.097.455	1.055.997
Planos de benefícios - Previdência privada	4.128.524	2.579.005	3.243.208
Provisões para pagamentos a efetuar	5.018.867	4.429.195	4.597.054
Credores diversos - País (Nota 18 (f))	12.721.384	14.655.218	13.814.308
Provisões para causas judiciais - demandas trabalhistas (Nota 30)	4.309.962	3.860.506	3.314.772
Provisões para causas judiciais - demandas cíveis (Nota 30)	3.045.299	3.030.517	2.638.349
Financiamentos imobiliários a liberar	3.402.778	3.777.476	4.657.126
Recursos vinculados a operações de crédito (1)	862	1.306	1.263
Recursos vinculados a cessão de crédito (2)	8.380.352	5.392.832	5.000.297
Obrigações por convênios	639.573	710.351	618.988
Obrigações por contribuições ao SFH	28.680	28.211	70.228
Recursos do FGTS para amortizações	876.293	682.954	587.388
Valores a pagar a sociedades ligadas	1.208.416	965.690	236.471
Credores diversos exterior	1.860	3.291	13.907
Total	59.696.428	53.282.405	51.947.205

(1) Recursos apropriados nas contas vinculadas a operações de crédito em nome de clientes, não movimentadas por estes e remunerados com os mesmos encargos incidentes nas respectivas operações.

(2) Operações de Crédito de Habitação securitizadas com retenção de riscos – Resolução CMN nº 3533/2008

(f) Credores diversos – País

Descrição	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015
Cartões de crédito	6.283.228	7.126.843	6.658.538
Empresa Gestora de Ativos (EMGEA) (1)	45.529	40.909	34.168
Fornecedores	878.558	952.810	894.817
Aquisição de folhas de pagamento - valores a liberar	472.595	477.028	505.490
Crédito comercial – repasses	110.212	187.549	125.165
Crédito imobiliário – repasses	666.708	863.872	688.240
Obrigações com a União – repasses	48.031	45.777	43.518
Outros credores – poupança simplificada	500.118	500.121	500.178
Contas a pagar	121.473	141.894	206.678
Fundo Garantidor de Créditos – FGC	61.156	59.673	57.068
Valores a restituir – penhor	90.927	91.445	96.279
Valores a apropriar (2)	2.905.190	3.953.131	3.731.644
Outros credores diversos	537.659	214.166	272.525
Total	12.721.384	14.655.218	13.814.308

(1) EMGEA: referem-se aos valores financeiros de prestação de contas das arrecadações e contratos recebidos.

(2) Passivos classificados em contas transitórias, principalmente, arrecadações de empréstimos comerciais e financiamentos habitacionais.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 19 – Patrimônio líquido**(a) Capital social**

O Decreto nº 7.973 da Presidência da República, de 28/03/2013, aprovou o Estatuto da CAIXA. Em seu artigo 7º instituiu o Capital Social no montante de R\$ 22.054.802, exclusivamente integralizado pela União Federal.

(b) Instrumentos de dívidas elegíveis a capital principal

O artigo 16 da Resolução CMN nº 4.192/13 autoriza instituições financeiras públicas federais a comporem seu Nível I – Capital Principal com elementos patrimoniais, instrumentos financeiros subordinados e instrumentos híbridos de capital e dívida, desde que atendam requisitos elencados na norma como, por exemplo, possuir remuneração integralmente variável, características de perpetuidade e de absorção de perdas durante o funcionamento das atividades (going-concern).

Essa norma determina, ainda, que os instrumentos que atendam às características de Capital Principal devem ser reclassificados como patrimônio líquido para fins de divulgação das demonstrações contábeis consolidadas.

Dessa forma, nas demonstrações contábeis individuais, os Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida elegíveis a compor o Capital Principal são registrados no passivo e seus encargos financeiros reconhecidos como despesas operacionais, enquanto nas demonstrações contábeis consolidadas são reclassificados para o patrimônio líquido, com base no entendimento e nas orientações do Banco Central do Brasil, com o objetivo de melhorar a qualidade dessas demonstrações contábeis consolidadas.

Assim, todos os Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida da CAIXA são classificados como Capital Principal e, portanto, compõem o Patrimônio Líquido da CAIXA para fins de evidenciação. A tabela a seguir apresenta a posição dos contratos.

Discriminação	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015
Contrato 348	7.593.569	7.411.895	7.411.895
Contrato 504	7.749.478	7.564.073	7.564.073
Contrato 752	6.800.000	6.800.000	6.800.000
Contrato 754	6.310.598	6.310.598	6.310.598
Contratos 868 e 869	8.000.000	8.000.000	8.000.000
Total	36.453.645	36.086.566	36.086.566

Para fins de composição do Patrimônio de Referência, considera-se apenas o valor de face dos contratos somado à atualização monetária incorporada de exercícios anteriores. Tendo em vista que os contratos possuem cláusulas de remuneração integralmente variáveis, a atualização monetária é incorporada anualmente, após o pagamento dos juros atinentes ao exercício anterior.

Em abril de 2016 houve pagamento dos juros dos IHCD e incorporação da atualização monetária referentes ao exercício de 2015.

(c) Enquadramento nos níveis exigidos pela Resolução CMN nº 2.099/1994 (Acordo de Basileia)

Conforme determinações da Resolução CMN nº 2.099/1994 e regulamentações posteriores, que estabelecem os níveis mínimos de patrimônio de referência para as instituições financeiras, com base nos volumes de suas operações, a CAIXA apresenta índice de 12,78% (Nota 33), acima do mínimo regulamentar exigido no Brasil.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Reservas de reavaliação e de lucros

As reservas de lucros são constituídas por reserva legal, calculada à base de 5% sobre o lucro líquido, reserva de loterias e reserva de margem operacional.

As reservas de loterias são constituídas por 100% do resultado da administração das loterias federais que couberem à CAIXA como executora destes serviços públicos para incorporação ao seu patrimônio líquido, depois de deduzida a parcela apropriada ao Fundo para Desenvolvimento de Loterias. O Fundo para Desenvolvimento de Loterias tem por objeto fazer face a investimentos necessários à modernização das loterias e a dispêndios com sua divulgação e publicidade, nos termos da legislação específica, vedada sua aplicação no custeio de despesas correntes.

A reserva de margem operacional destinada à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da CAIXA é constituída mediante justificativa do percentual considerado de até 100% do saldo do lucro líquido deduzido da destinação para reserva legal, para reservas de lucros a realizar, para reservas para contingências, para reserva de incentivos fiscais e para pagamento mínimo (25% do lucro líquido ajustado) de dividendos e juros sobre capital próprio, até o limite de oitenta por cento do capital social.

Descrição	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015
Reservas de reavaliação	389.873	400.384	400.031
Reservas de lucros	9.535.917	9.269.290	6.221.877
Reserva legal	2.717.002	2.617.409	2.465.156
Reserva estatutária – loterias	3.004.699	2.782.368	2.411.955
Reservas margem operacional	3.814.216	3.869.513	1.344.766

(e) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Em 2015, a CAIXA formalizou seus princípios e diretrizes para distribuição de resultado e aprovou a Política de Gerenciamento de Capital e de Distribuição de Resultado, que apresenta limites prudenciais de capital para o Capital Principal, Nível I e Basileia de 1,5 p.p. acima do mínimo regulatório estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

De acordo com a Política de Gerenciamento de Capital e de Distribuição de Resultado, a distribuição de resultado do exercício é de 50% (cinquenta por cento) do Lucro Líquido Ajustado (LLA). Pode, excepcionalmente, a) ultrapassar 50% (cinquenta por cento) do LLA, desde que sejam respeitados os limites prudenciais e suas respectivas projeções para os próximos 24 meses; ou b) ser inferior a 50% (cinquenta por cento) do LLA, observada a distribuição mínima legal de 25%, quando a projeção para os próximos 12 meses indicar desenquadramento dos limites prudenciais estabelecidos.

Assim, são assegurados dividendos sobre o LLA de no mínimo 25%, após apuração de resultado do período.

Para efeito do cálculo da obrigação com dividendos são computados os juros sobre o capital próprio, calculado pela remuneração da TJLP do período sobre o patrimônio líquido ajustado, limitado a 50% do lucro líquido do período. O total dos juros sobre o capital próprio perfaz um montante de R\$ 1.173.751 (30/06/2015 – R\$ 816.147) e proporcionou uma redução na despesa com encargos tributários de IR e CSLL no montante de R\$ 528.188 no 1º semestre de 2016 (R\$ 326.459 no 1º semestre de 2015).

Em atendimento à Política de Gerenciamento de Capital e de Distribuição de Resultado da CAIXA e considerando a aprovação pelos Conselhos Diretor e de Administração, com opinamento favorável do Conselho Fiscal, a CAIXA realizou no 1º semestre de 2016 o pagamento de dividendos remanescentes da competência 2015 no valor de R\$ 55.296.

O valor foi atualizado pela SELIC de 31/12/2015 até 31/03/2016 - data do efetivo pagamento - em conformidade com o Decreto nº. 2.673/98, correspondendo à transferência em espécie do montante de R\$ 57.097.

Assim, o pagamento realizado complementa as antecipações de dividendos e JCP realizadas ao longo do exercício de 2015, no montante de R\$ 2.414.154, para atingimento de 50% do Lucro Líquido Ajustado do período, sendo R\$ 2.469.450 o volume total passível de distribuição para a competência de 2015.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 20 – Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)**(a) Demonstração da despesa de IRPJ e CSLL**

Descrição	2016		2015	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Tributos Correntes	349.612	(125.734)	(163.586)	(693.272)
Tributos Diferidos	1.171.078	2.301.140	1.842.580	3.427.960
Passivo Fiscal Diferido	(124.284)	1.262.067	97.838	94.787
Ativo Fiscal Diferido	1.295.362	1.039.073	1.744.742	3.333.173
Diferenças Temporárias - constituição / realização	1.131.921	1.069.403	1.808.099	3.627.459
Prejuízo Fiscal / Base Negativa (1)	86.963	(16.876)	(38.083)	(182.380)
CSLL - MP 2.158-35/01	76.478	(13.454)	(25.274)	(111.906)
Imposto de Renda e Contribuição Social do Período	1.520.690	2.175.406	1.678.994	2.734.688

(1) O saldo de Base Negativa de CSLL foi realizado, na sua totalidade, em 2014.

(b) Demonstração do cálculo dos encargos com IRPJ e CSLL

Descrição	2016		2015	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Resultado antes dos tributos e participações	338.655	660.953	500.275	1.183.509
Encargo IRPJ e CSLL	(152.390)	(297.417)	(200.109)	(473.397)
Efeitos tributários adições e exclusões	312.160	(554.286)	(320.815)	(1.101.697)
Juros sobre o capital próprio	263.886	528.188	167.352	326.459
Participação em coligadas e controladas	87.315	140.680	72.602	148.202
Outros	(161.359)	57.101	117.384	407.161
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	349.612	(125.734)	(163.586)	(693.272)

(c) Passivo fiscal diferido

Obrigações Fiscais Diferidas - IRPJ/CSLL			
Descrição	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015
Despesa diferida/marcação a mercado	463.230	1.678.516	812.234
Outros	121.815	127.238	136.978
Imposto de Renda e Contribuição Social do Período	585.045	1.805.754	949.212

Obrigações Fiscais Diferidas - PASEP/COFINS			
Descrição	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015
Despesa diferida/marcação a mercado	98.041	220.791	169.796
Outros	1.011	-	94
PASEP e COFINS do Período	99.052	220.791	169.890

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Ativo fiscal diferido

Composição dos Créditos Tributários - IRPJ/CSLL					
Descrição	31/12/2015	Constituição	Reversão	30/06/2016	30/06/2015
Diferenças temporárias:	30.137.155	16.499.882	(15.430.481)	31.206.556	24.640.107
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	18.891.975	7.581.328	(6.387.644)	20.085.659	15.422.168
Passivos atuariais	3.816.802	1.035.835	(686.364)	4.166.273	3.218.232
Provisões trabalhistas	1.737.228	2.074.229	(1.940.215)	1.871.242	1.325.909
Provisões cíveis	1.379.550	1.579.746	(1.588.135)	1.371.161	1.154.950
Provisões fiscais	57.078	56.986	(67.410)	46.654	46.895
Ajuste a valor de mercado de tít. para negociação	1.634.479	300.122	(1.622.037)	312.564	750.266
Provisão para desvalorização bens não de uso	34.106	64.761	(51.288)	47.579	14.611
Outros	2.585.937	3.806.875	(3.087.388)	3.305.424	2.707.076
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL:	1.614.526	-	(30.330)	1.584.196	1.385.746
Prejuízo fiscal a realizar	1.514.904	-	(16.876)	1.498.028	1.373.710
CSLL - MP 2.158-35/01 (1)	99.622	-	(13.454)	86.168	12.036
Total dos créditos com impacto no resultado	31.751.681	16.499.882	(15.460.811)	32.790.752	26.025.853
Ajuste a valor de mercado - títulos disponíveis p/ venda	1.465.081	-	(282.919)	1.182.162	-
Perdas atuariais CPC 33	2.352.880	1.370.963	-	3.723.843	2.936.521
Total dos créditos com impacto no PL	3.817.961	1.370.963	(282.919)	4.906.005	2.936.521
Total dos créditos tributários	35.569.642	17.870.845	(15.743.730)	37.696.757	28.962.374
Total dos créditos não constituídos	1.011.134	135.119	-	1.146.253	939.779

(1) Inclui o montante de R\$ 2.374.879 mil, relativo a majoração de alíquota da contribuição social sobre as adições temporárias e base negativa previstos de realização até dezembro de 2018, baseados em estudos técnicos e análises realizadas pela Administração, conforme Lei nº. 13.169/15.

Composição dos Créditos Tributários - PASEP/COFINS					
Descrição	31/12/2015	Constituição	Reversão	30/06/2016	30/06/2015
Total dos créditos com impacto no resultado	175.011	42.921	(142.485)	75.447	134.524
Ajuste a mercado	175.011	-	(142.485)	32.526	88.569
Despesas de Captação não Incorridas - IHCD	-	42.921	-	42.921	45.955
Total dos créditos com impacto no PL	158.774	-	(30.660)	128.114	-
Ajuste a valor de mercado – tít. disp. para venda	158.774	-	(30.660)	128.114	-
Total	333.785	42.921	(173.145)	203.561	134.524

(e) Expectativa de realização

A CAIXA realiza semestralmente estudo técnico quanto à expectativa de realização de créditos tributários em 10 anos. Os valores apurados no estudo de 30/06/2016, estão representados a seguir:

VALOR CONTÁBIL			
Ano de Realização	Prejuízo Fiscal / CSLL 18%	Diferença Temporal	TOTAL
2016	1.584.196	6.396.123	7.980.319
2017	-	9.701.526	9.701.526
2018	-	8.626.787	8.626.787
2019	-	1.259.717	1.259.717
2020	-	2.243.770	2.243.770
2021	-	686.851	686.851
2022 a 2025	-	7.401.348	7.401.348
Total	1.584.196	36.316.122	37.900.318
Valor Presente	1.567.099	29.429.106	30.996.205

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 21 – Receitas da intermediação financeira

Descrição	2016		2015 (Nota 3 (t))	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Resultado de operação de crédito	23.331.124	45.826.506	21.174.095	40.759.197
Operações compromissadas	6.849.929	13.073.246	3.423.795	7.783.884
Ativos financeiros mantidos para negociação	3.996.943	9.961.850	2.573.541	4.810.536
Ativos financeiros disponíveis para venda	436.676	761.797	434.902	777.987
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	1.544.178	3.774.125	1.741.585	3.621.581
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	(2.839.044)	(7.762.951)	(371.461)	2.018.629
Depósitos compulsórios junto ao Banco Central	2.739.835	5.344.611	2.139.079	4.109.439
Créditos vinculados ao SFH	579.038	1.181.697	568.081	1.031.273
Resultado de operações de câmbio	-	-	-	935.860
Outras	398.260	753.843	228.484	421.516
Total	37.036.939	72.914.724	31.912.101	66.269.902

Nota 22 – Despesas da intermediação financeira

Descrição	2016		2015 (Nota 3 (t))	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Operações com clientes	(14.299.103)	(28.279.624)	(12.261.253)	(23.264.890)
Operações com instituições financeiras	(27.954)	(82.264)	(65.920)	(132.368)
Operações compromissadas	(7.874.083)	(15.339.012)	(4.845.673)	(10.308.662)
TVM no exterior	1.576.872	2.813.889	289.641	(2.469.857)
Empréstimos, cessões e repasses	(3.560.004)	(6.423.495)	(2.965.187)	(7.733.729)
Resultado de operações de câmbio	(678.649)	(1.414.616)	(540.953)	-
Depósitos especiais e fundos e programas	(440.571)	(895.809)	(331.075)	(646.988)
Provisões p/ créditos de liquidação duvidosa	(6.258.766)	(10.067.358)	(4.555.473)	(9.582.927)
Operações de venda ou de transf. de ativos financeiros	(215.639)	(2.263.810)	(1.370.809)	(1.517.406)
Total	(31.777.897)	(61.952.099)	(26.646.702)	(55.656.827)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 23 – Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias

a) Receitas de prestação de serviços

Descrição	2016		2015	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Tesouro Nacional e administração de fundos sociais	1.741.363	3.423.217	1.631.529	3.193.974
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)	1.205.389	2.385.025	1.085.410	2.143.666
Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS)	35.156	71.979	32.397	63.949
Programa de Integração Social (PIS)	18.380	65.467	12.159	22.410
Loterias Federais	310.051	573.567	326.779	594.386
Financiamento Estudantil - (FIES)	126.483	242.484	95.497	208.792
Fundo de Arrendamento Residencial (FAR)	15.351	31.225	16.548	33.599
Repasse Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	17.372	27.747	48.325	96.082
Seguro-desemprego	11.645	23.822	13.704	29.662
Outros	1.536	1.901	710	1.428
Rendas de cartões	372.687	788.820	382.869	762.740
Operações de crédito e garantias prestadas	497.193	944.276	485.552	980.594
Cobrança	233.960	417.548	171.293	334.615
Arrecadações	699.777	1.327.543	592.937	1.184.867
Fundos de investimentos e carteiras administradas	393.800	770.885	358.874	704.669
Conta corrente	102.256	210.695	64.209	128.419
Programa de Transferência de Renda	100.805	204.663	85.035	170.045
Prestados a ligadas - Fundos de Investimentos	9.881	19.249	8.948	17.984
Prestados a ligadas	122.248	205.196	151.591	291.135
Outros serviços	90.728	187.497	83.717	179.549
Total	4.364.698	8.499.589	4.016.554	7.948.591

b) Rendas de Tarifas Bancárias

Descrição	2016		2015	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Rendas de cartões	154.634	307.429	152.545	306.404
Operações de crédito e cadastro	287.044	557.999	263.364	503.772
Pacote de serviços	516.594	1.030.382	449.028	852.042
Contas de depósito	147.881	283.661	105.195	209.564
Transferência de recursos	60.695	117.245	49.810	97.602
Outras	46.118	74.063	6.039	10.671
Total	1.212.966	2.370.779	1.025.981	1.980.055

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 24 – Despesas com pessoal

Descrição	2016		2015	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Proventos	(3.218.145)	(6.502.284)	(2.951.080)	(6.102.425)
Salários e proventos	(2.843.133)	(5.879.868)	(2.672.599)	(5.597.329)
Indenizações trabalhistas	(375.012)	(622.416)	(278.481)	(505.096)
Benefícios	(580.855)	(1.105.218)	(601.594)	(1.194.645)
Encargos sociais:	(1.202.349)	(2.379.245)	(1.086.021)	(2.247.487)
FGTS	(223.307)	(448.420)	(205.662)	(419.242)
Previdência social	(677.585)	(1.349.046)	(637.096)	(1.297.260)
Previdência complementar	(238.995)	(454.267)	(181.198)	(404.906)
Outros encargos	(62.462)	(127.512)	(62.065)	(126.079)
Outros	(39.081)	(73.852)	(42.495)	(80.084)
Total	(5.040.430)	(10.060.599)	(4.681.190)	(9.624.641)

Nota 25 – Outras despesas administrativas

Descrição	2016		2015	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Comunicações	(145.012)	(295.170)	(183.792)	(314.697)
Manutenção e conservação de bens	(225.929)	(441.140)	(233.741)	(439.741)
Água e energia	(137.668)	(270.803)	(117.116)	(223.484)
Aluguéis e arrendamento de bens	(379.663)	(759.100)	(361.176)	(732.787)
Despesas de material	(32.941)	(68.190)	(46.508)	(104.058)
Processamento de dados	(383.424)	(801.013)	(373.176)	(697.630)
Promoções e relações públicas	(83.464)	(177.056)	(92.722)	(182.386)
Propaganda e publicidade	(110.214)	(163.719)	(78.875)	(141.386)
Serviços do sistema financeiro	(136.669)	(272.488)	(128.687)	(248.864)
Serviços de terceiros	(438.149)	(871.058)	(412.378)	(832.237)
Serviços especializados	(139.285)	(265.343)	(171.757)	(332.319)
Serviços de vigilância e segurança	(225.571)	(406.045)	(192.076)	(390.529)
Amortização	(210.791)	(416.527)	(183.584)	(333.653)
Depreciação	(228.589)	(466.454)	(240.098)	(469.098)
Outras administrativas	(108.182)	(190.465)	(95.903)	(187.590)
Total	(2.985.551)	(5.864.571)	(2.911.589)	(5.630.459)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 26 – Outras receitas operacionais

Descrição	2016		2015 (Nota 3 (t))	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Comissões e taxas s/ operações (1) (2)	75.150	165.705	173.415	192.865
Comissões e taxas s/ operações - agente financ. FGTS	929.306	1.653.782	978.936	1.868.092
Recuperação de despesas	394.906	747.453	349.741	667.031
Reversão de outras provisões operacionais	156.393	512.923	448.716	934.671
Atualização de depósitos em garantia	241.101	477.958	208.178	407.298
Rendas de créditos específicos	25.855	50.183	21.104	39.732
Receita de deságio na aquisição de royalties	24.817	33.027	2.198	3.045
Recuperação de despesas - PASEP/COFINS (3)	-	58	15.010	109.137
Atualização monetária sobre operações diversas (2)	72.401	123.317	99.580	352.477
Outras receitas operacionais	133.741	295.789	174.855	371.433
Total	2.053.670	4.060.195	2.471.733	4.945.781

- (1) Em 2015, reclassificação de R\$ 542.464 no 1º trimestre e de R\$ 543.534 no 1º semestre para a Nota de Despesas de intermediação financeira, item "Empréstimos, cessões e repasses" (Nota 3 (t));
- (2) Em 2015, reclassificação de R\$ 98.746 no 1º trimestre e de R\$ 228.929 no 1º semestre do item "Comissões e taxas s/ operações" para o item "Atualização monetária sobre operações diversas";
- (3) Recuperação de despesas com PASEP/COFINS decorrente da inclusão das despesas de juros com IHCD na base de cálculo, Lei nº 12.973/2014.

Nota 27 – Outras despesas operacionais

Descrição	2016		2015 (Nota 3 (t))	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
FCVS a receber - provisão/perdas	(115.320)	(265.839)	(57.583)	(107.493)
Obrigações com fundos e programas	(300.590)	(556.066)	(303.042)	(547.455)
Inst. híbrido de capital e dívida – AM	(284.116)	(436.734)	74.415	(122.712)
Despesas com cartão	(149.758)	(492.024)	(330.765)	(669.165)
Despesas com loterias	(59.757)	(110.669)	(56.650)	(112.898)
Despesas com lotéricos e parceiros comerciais	(534.107)	(1.039.278)	(565.080)	(1.147.926)
FGTS - Arrecadação/pagamento	(122.555)	(239.441)	(125.028)	(253.049)
Serviços automatizados	(117.999)	(207.088)	(84.708)	(160.302)
Alavancagem de negócios	(192.770)	(340.559)	(130.040)	(247.307)
Operações de Financiamentos Imobiliários	(129.548)	(238.519)	(160.164)	(329.211)
Ágio na aquisição de carteiras comerciais	(106.845)	(211.503)	(99.782)	(182.533)
Descontos de operações de crédito	(65.619)	(122.858)	(328.998)	(460.083)
Desp. c/ operações de fomento – atualização monetária	(3.070)	(5.602)	(218.442)	(225.158)
Desp. Provisões operacionais	(206.466)	(423.304)	(307.887)	(537.785)
Provisão para causas judiciais	(268.853)	(779.405)	(344.019)	(837.072)
Condenações judiciais	(25.218)	(59.845)	(23.366)	(31.528)
Benefícios sociais	(49.060)	(102.895)	(37.142)	(66.984)
Benefício pós-emprego	(545.510)	(1.091.021)	(369.318)	(738.636)
Ajustes operacionais em operações de crédito	(152.578)	(488.035)	(1.800)	(1.595)
Outras	(256.680)	(414.110)	(328.511)	(617.287)
Total	(3.686.419)	(7.624.795)	(3.797.910)	(7.396.179)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 28 – Resultado não operacional

Descrição	2016		2015	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Receitas não operacionais	154.018	290.421	75.443	122.946
Lucro na alienação de valores e bens	23.769	45.111	22.879	36.359
Alienação de bens imóveis	13.474	28.679	5.688	13.590
Sobras de caixa não reclamadas	14.238	27.412	13.645	26.042
Multas e penalidades	10.387	16.117	4.770	11.052
Ganhos de capital c/ ajuste de valores pendentes	685	961	22.869	22.997
Recuperação de perdas com fraudes	4.401	6.820	3.250	7.612
Reversão de impairment sobre investimentos permanentes (1)	84.482	159.725	5	10
Outras rendas não operacionais	2.582	5.596	2.337	5.284
Despesas não operacionais	(205.203)	(404.569)	(205.810)	(375.650)
Desvalorização de outros valores e bens	(36.713)	(52.091)	(5.765)	(13.364)
Indenizações por perdas e danos	(83.071)	(143.962)	(69.014)	(111.165)
Perdas em imóveis	(16.195)	(29.835)	(18.343)	(29.825)
Prejuízo com saque eletrônico fraudulento	(29.633)	(59.431)	(53.253)	(108.059)
Prejuízos na alienação de valores e bens	(4.235)	(8.888)	(7.555)	(15.414)
Perdas em cartões de crédito	-	(4.398)	(24.288)	(51.767)
Perdas em investimentos permanentes avaliados p/ custo (1)	(22.744)	(78.655)	(17.390)	(29.989)
Outras despesas não operacionais	(12.612)	(27.309)	(10.202)	(16.067)
Total	(51.185)	(114.148)	(130.367)	(252.704)

(1) Constituição e reversão de impairment de investimentos avaliados pelo custo

Nota 29 – Despesas tributárias

Descrição	2016		2015	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Contribuição COFINS	(625.744)	(1.241.064)	(616.856)	(1.136.441)
PIS/PASEP	(103.579)	(206.721)	(100.517)	(185.028)
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	(160.423)	(307.654)	(168.709)	(311.672)
Despesas com IPTU	(7.738)	(65.181)	(10.250)	(56.587)
Outras	(12.964)	(22.787)	(7.769)	(20.930)
Total	(910.448)	(1.843.407)	(904.101)	(1.710.658)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 30 – Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias

Ativos contingentes

A CAIXA não possui ativos contingentes cuja entrada de benefícios econômicos seja classificada como provável.

Provisões e passivos contingentes

A CAIXA é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de seus negócios. Com base em pareceres dos assessores jurídicos e levando em consideração que os procedimentos adotados pela CAIXA guardam conformidade com as previsões legais e regulamentares, a Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para contingenciar os riscos de eventuais decisões desfavoráveis nesses processos.

Considerando o elevado número de processos administrativos e judiciais, a CAIXA utiliza a seguinte metodologia para calcular o valor em risco:

a) para ações relevantes, a análise é feita individualmente, na qual se estima o valor provável da condenação (valor provisionado); este cálculo parte da repercussão econômica dos pedidos feitos pelo autor e é ponderado com a situação do processo e a jurisprudência predominante em causas similares; tais ações são classificadas como provável, possível ou remota;

b) para as demais ações (não relevantes), o valor provisionado corresponde ao valor médio histórico de condenação pago em processos similares nos últimos 36 meses e são classificadas como prováveis.

As ações são agrupadas em demandas fiscais, cíveis e trabalhistas considerando a matéria tratada e a relevância econômica do grupo.

(a) Risco Provável:

Descrição	31/12/2015	Movimentação em 2016					30/06/2016	30/06/2015
		Novas provisões	Atualização monetária	Adições de provisões existentes	Reversões de provisões existentes	Baixas por pagamento		
Fiscais (Nota 18 (b))	167.351	6.379	3.944	1.524	(12.645)	(19.708)	146.845	155.444
INSS	11.843	-	154	-	-	-	11.997	11.684
IPTU	30.153	425	823	62	-	(8.172)	23.291	27.901
ISS	97.665	5.372	1.986	349	(11.933)	(5.619)	87.820	89.461
Outros	27.690	582	981	1.113	(712)	(5.917)	23.737	26.398
Demandas cíveis (Nota 18 (e))	3.030.517	450.324	53.606	203.631	(194.766)	(498.013)	3.045.299	2.638.349
Feitos diversos	762.321	224.474	15.406	12.940	(13.851)	(270.874)	730.416	744.568
Poupança - Planos econômicos	1.276.722	14.174	2.747	174.978	(108.986)	(130.543)	1.229.092	1.001.416
Habitacional	105.272	127.757	2.768	15.713	-	(42.842)	208.668	105.423
Contingenciamento do FGTS	886.202	83.919	32.685	-	(71.929)	(53.754)	877.123	786.942
Demandas trabalhistas (Nota 18 (e))	3.860.506	311.076	93.807	1.044.582	(336.853)	(663.156)	4.309.962	3.314.772
Total	7.058.374	767.779	151.357	1.249.737	(544.264)	(1.180.877)	7.502.106	6.108.565

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Ações fiscais

A CAIXA, como instituição cumpridora regular das obrigações fiscais e tributárias que repercutem sobre suas atividades, operações e serviços, discute em sede judicial a legitimidade dos parâmetros de cobrança levados a efeito por órgãos fazendários dos diversos entes da Federação, de acordo com a especificidade ínsita a cada caso.

As provisões constituídas sob avaliação de risco provável com base em pareceres dos assessores jurídicos se referem a ações sobre tributos e contribuições. A CAIXA acompanha regularmente o ciclo das ações judiciais em andamento, as quais, a médio e longo prazo, poderão apresentar desdobramentos favoráveis à instituição com a reversão das respectivas provisões.

Destacam-se, neste tomo, as autuações do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para o recolhimento de contribuições previdenciárias sobre pagamentos a empregados da CAIXA, em que se discute o caráter indenizatório e não remuneratório de algumas verbas, tais como auxílio alimentação, APIP e licença prêmio, cujos valores, reposicionados para 30/06/2016, correspondem ao total de R\$ 1.518.335 (31/12/2015 – R\$ 1.496.712; 30/06/2015 – R\$ 1.480.811), para as quais a provisão constituída com base no histórico de êxito e do cenário jurisprudencial, considerados em recente análise técnica e jurídica acerca da matéria, é de R\$ 11.997 (31/12/2015 – R\$ 11.843; 30/06/2015 – R\$ 11.684).

Em relação ao ISSQN, a CAIXA aplica as diretrizes da Lei Complementar Federal nº 116, de 31 de julho de 2003, em adequação de seus sistemas e procedimentos para apuração da base de cálculo e recolhimento do tributo sobre serviços prestados.

Não obstante, as fiscalizações tributárias de municípios diversos da federação autuaram a instituição sob a alegação de falta de recolhimento ou recolhimento a menor, instaurando discussão a partir de interpretação distinta de aspectos como materialidade, alíquotas aplicáveis e local de incidência do tributo, cujo valor total, em 30/06/2016, corresponde ao montante de R\$ 634.380 (31/12/2015 – R\$ 506.743; 30/06/2015 – R\$ 506.808).

Em face do histórico de êxito e do cenário jurisprudencial, avaliados em análise técnica e jurídica acerca da matéria, na posição de 30/06/2016, o valor da provisão constituída é de R\$ 87.820 (31/12/2015 – R\$ 97.665; 30/06/2015 – R\$ 89.461).

Ainda, como destaque, a CAIXA vem discutindo a materialidade de débitos decorrentes de lançamentos de ofício por insuficiência de recolhimentos correspondentes a compensações não homologadas que, em 30/06/2016, totalizam R\$ 8.120 (31/12/2015 – 7.795; 30/06/2015 – R\$ 7.632), em referência a questões procedimentais, no que, com base nos pronunciamentos jurisdicionais sobre a matéria, a análise dos consultores foi pela constituição da provisão integral do valor.

(ii) Ações trabalhistas

A CAIXA é parte passiva em ações ajuizadas por empregados, ex-empregados próprios ou de prestadoras de serviços e sindicatos, relacionadas com a atividade laboral, planos de cargos, acordos coletivos, indenizações, benefícios, aposentadorias, subsidiariedade, entre outros.

Em 30/06/2016, constavam 58.662 processos trabalhistas provisionados, sendo aproximadamente 55.416 “não relevantes” e 3.246 “relevantes”.

Visando reduzir o litígio judicial e diminuir os valores despendidos nos processos, a CAIXA continua executando sua política de conciliação judicial e extrajudicial, realiza o cumprimento espontâneo de certas decisões judiciais e faz a análise das perdas incorridas a fim de mitigar novos litígios de causas semelhantes. Em virtude disto, as ações relevantes não são individualmente divulgadas para não inviabilizar a realização de acordos.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Ações cíveis

A CAIXA é parte passiva em ações cíveis de natureza indenizatória/contratual relativas a seus produtos, serviços e atendimento. Em 30/06/2016, constavam 338.199 processos cíveis provisionados, sendo aproximadamente 336.929 “não relevantes” e 1.270 “relevantes”.

Destacam-se demandas que contestam o expurgo de indexadores de planos econômicos, como parte da política econômica do governo federal no combate aos índices inflacionários no passado, quando da correção de saldos em depósitos em cadernetas de poupança.

A CAIXA cumpriu a ordem legal vigente à época, entretanto, considerando as ações efetivamente notificadas e a análise da jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça – STJ, em 30/06/2016, foi provisionado R\$ 1.229.092 para estes processos (31/12/2015 – R\$ 1.276.722; 30/06/2015 – R\$ 1.001.416).

Cabe ressaltar que o direito a novas postulações encontra-se prescrito, caracterizando a inexistência de passivo potencial representativo. O Supremo Tribunal Federal – STF suspendeu a análise de todos os recursos interpostos até que seja proferida, por essa Corte, decisão vinculativa a todos os casos relacionados que discutam esta matéria.

Também são significativos os processos que visam reparação de danos envolvendo repasses de recursos do FGTS. O valor provisionado, em 30/06/2016, para estes processos foi de R\$ 877.123 (31/12/2015 – R\$ 886.202; 30/06/2015 – R\$ 786.942).

As ações indenizatórias de perdas e danos se referem a eventuais problemas ocorridos no atendimento bancário, na prestação de serviços ou na aquisição/manutenção de algum produto.

Em 2016, a CAIXA realizou 29.731 acordos processuais (74% referentes a ações indenizatórias e 26% referentes a recuperações de Crédito) reduzindo o montante que seria despendido caso persistisse a condenação judicial e oportunizando ao cliente uma solução rápida para o problema. Além disto, continua executando sua política de conciliação judicial e extrajudicial, realizando o cumprimento espontâneo de certas decisões judiciais e analisando perdas incorridas a fim de mitigar novos litígios de causas semelhantes. Em virtude disto, as ações relevantes não são individualmente divulgadas; do contrário, poderia inviabilizar a realização de acordos.

(b) Risco possível

Com base na Resolução CMN n.º 3.823/2009, as contingências classificadas como de perdas possíveis são dispensadas de constituição de provisão:

Descrição	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015
Demandas fiscais	5.776.733	5.631.847	5.512.011
Demandas cíveis	1.989.820	1.454.784	1.402.959
Total	7.766.553	7.086.631	6.914.970

(i) Ações fiscais

A CAIXA mantém acompanhamento de processos fiscais administrativos e judiciais em que figura como pólo passivo ou ativo e, sob o amparo dos pareceres de suas unidades jurídicas, classificou como risco de perda possível processos que totalizam o valor de R\$ 5.776.733, em 30/06/2016 (31/12/2015 - R\$ 5.631.847; 30/06/2015 – R\$ 5.512.011), dentre os quais se destacam as seguintes demandas em razão dos valores em discussão:

a) O montante de R\$ 86.266, em 30/06/2016 (31/12/2015 – R\$ 82.772; 30/06/2015 - R\$ 79.314), refere-se a uma execução fiscal na qual o FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação alega o não recolhimento, na época própria, da contribuição de natureza tributária, conforme apurado em notificação fiscal de lançamento de débito;

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Autuação de PIS/PASEP, no valor total de R\$ 4.695.766, em 30/06/2016 (31/12/2015 – R\$ 4.621.164; 30/06/2015 – R\$ 4.545.538), pautada em insuficiência no recolhimento relativo ao período de janeiro de 1991 a dezembro de 1995, ao tempo da vigência dos Decretos-Leis nº. 2.445 e 2.449/1988, que alteraram a sistemática de cálculo da contribuição, e suposta compensação indevida de recolhimentos efetuados a maior no período de janeiro de 1992 a maio de 1993;

c) Autuação de PIS/PASEP, no valor total de R\$ 211.018, em 30/06/2016 (31/12/2015 – R\$ 206.921; 30/06/2015 – R\$ 202.767), com base em apuração de diferenças de base de cálculo para recolhimento relativo ao período de janeiro de 1996 a dezembro de 1998, e janeiro a outubro de 1999, decorrente de exclusão ou não inclusão de receitas e cômputo de despesas consideradas indevidas e não dedutíveis sobre a base tributável, respectivamente;

d) CSLL, no valor de R\$ 160.791, em 30/06/2016 (31/12/2015 – R\$ 155.923; 30/06/2015 – R\$ 150.988), relativa a crédito oriundo de pagamento a maior declarado em DIPJ e compensado no exercício de 2003, havendo discussão quanto a questões procedimentais; e

e) Autuação de ICMS (Fazenda do Estado de São Paulo), no valor total de R\$ 240.248, em 30/06/2016 (31/12/2015 – R\$ 233.211; 30/06/2015 – R\$ 224.441), sobre a qual se discute a exigência do imposto diante da não retenção e recolhimento na fonte sobre serviços enquadrados pela fiscalização no conceito de “comunicação” para efeitos fiscais e tributários, e ainda, a determinação de sujeição passiva por responsabilidade tributária mediante convênio do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ).

As matérias relacionadas aos processos contingentes em discussão são monitoradas sob a perspectiva de eventual sedimentação ou modificação do cenário jurisprudencial, possibilitando a manutenção como decorrência de avaliação contínua por parte da CAIXA das respectivas classificações de risco.

(ii) Ações cíveis

A CAIXA, com base na opinião de seus consultores jurídicos, acompanha sistematicamente todos os processos com classificação de risco possível ou remoto.

No montante de R\$ 1.989.820 (31/12/2015 - R\$ 1.454.784; 30/06/2015 – R\$ 1.402.959) merece destaque como probabilidade de perda possível, uma ação popular na qual se alega a prática de ilegalidade por parte da CAIXA na gestão de recursos provenientes do PREVHAB, quando da sucessão do BNH. E uma Ação Civil Pública de Planos Econômicos de Poupança movida pela associação PROJUST na qual a CAIXA moveu ação rescisória questionando a legitimidade da associação. As execuções vinculadas a esta ACP encontram-se suspensas por decisão do STJ.

(c) Composição dos depósitos judiciais:

Os saldos dos depósitos em garantia constituídos para as causas judiciais passivas prováveis, possíveis e/ou remotas:

Descrição	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015
Demandas fiscais	10.391.292	9.997.452	9.598.952
Demandas cíveis	922.238	917.780	742.739
Demandas trabalhistas	3.182.463	2.795.947	2.675.782
Total	14.495.993	13.711.179	13.017.473

Nota 31 – Partes relacionadas**(a) Entidade Controladora**

A CAIXA é uma instituição financeira sob a forma de empresa pública, vinculada ao Ministério da Fazenda, cujo capital social foi exclusivamente integralizado pela União. Dessa forma, encontra-se sob controle direto da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Partes Relacionadas

Considerando a existência de transações com partes relacionadas no período coberto pelas demonstrações contábeis, abaixo é apresentada a natureza do relacionamento da CAIXA com essas entidades:

Partes Relacionadas	
Entidade	Relacionamento
Secretaria do Tesouro Nacional - STN	Controladora Direta
CAIXA Participações S.A. – CAIXAPAR (1)	Controlada Direta
CAIXA Seguridade (1)	
CAIXA Instantânea (1)	
CAIXA Seguros Holding S.A. (2)	
Banco PAN S.A.	Controladas em Conjunto Indiretas (Joint Venture)
Capgemini S.A.	
ELO Serviços S.A.	
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN	
Cia Brasileira de Securitização - CIBRASEC	Coligada Indireta
Fundação dos Economizadores Federais - FUNCEF	Plano de Benefícios Pós-Emprego

- (1) Inclui os fundos e programas sociais e as entidades sob controle comum da União.
- (2) As transações realizadas com essa entidade são eliminações quando da elaboração das demonstrações contábeis consolidadas da CAIXA, visto que essa entidade é integrante do consolidado.
- (3) Entidade constituída com o objetivo de controlar as empresas do Grupo CAIXA Seguros que apresenta a seguinte composição: CAIXA Seguros Participações Societárias Ltda., CAIXA Seguradora S.A., CAIXA Vida e Previdência S.A., CAIXA Capitalização S.A., CAIXA Administradora de Consórcios S.A., CAIXA Seguros Especializada em Saúde S.A., CAIXA Seguros Assessoria e Consultoria Ltda., CAIXA Seguros Participações do Sul Ltda. e Companhia de Seguros Previdência do Sul S.A.

(c) Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são realizadas no curso das atividades operacionais da CAIXA e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

O Código de Conduta dos Empregados e Dirigentes da CAIXA veda aos seus empregados e dirigentes estabelecer relações comerciais ou profissionais, diretamente ou por terceiros, com seus controladores e empresas do mesmo grupo econômico.

A CAIXA mantém transações diversas com a CAIXA Seguros Holding, incluindo suas investidas, mencionadas no rodapé do quadro (b) – Partes Relacionadas. Destaca-se a disponibilização de sua rede de atendimento para comercialização, por partes das referidas investidas, de seguros, títulos de capitalização, planos de previdência e consórcios. Além disso, em contrapartida, a CAIXA presta serviços bancários diversos para essas partes relacionadas, tais como manutenção de contas de depósito, aplicações financeiras e convênios de arrecadação e pagamento.

Com relação às transações realizadas com o Banco PAN, destaca-se, dentre outras, a manutenção de acordo operacional que estabelece um limite reutilizável para aquisição de carteiras de crédito e para aplicações em depósitos interfinanceiros.

A CAIXA mantém com a Capgemini contratos de prestação de serviços em tecnologia da informação, voltados para o desenvolvimento de soluções corporativas para uso próprio. Com a TECBAN, a CAIXA mantém contratos de prestação de serviços voltados para a utilização de caixas eletrônicos. Em junho/2016, o montante dos numerários da CAIXA em poder da TecBan era de R\$ 1.292.776. A ELO presta à CAIXA serviços relacionados a soluções e meios de pagamento. A CAIXA mantém contratos de prestação de serviços bancários e de locação de imóveis de propriedade da FUNCEF.

No curso de suas operações, a CAIXA gera valores a receber de seu Controlador, que, em 31 de março de 2016, totalizavam aproximadamente R\$ 2,8 bilhões. Parte representativa desse montante é constituído por saldos relativos a operações antigas, para os quais a Administração da CAIXA concluiu as tratativas e fechou entendimento com a Secretaria do Tesouro Nacional, cujo processo para o recebimento encontra-se em fase de validação e para os quais existe previsão orçamentária da União para quitação.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O quadro a seguir apresenta os saldos patrimoniais decorrentes de transações com partes relacionadas, considerando a natureza do relacionamento com essas entidades:

Descrição	30/06/2016			31/12/2015			30/06/2015		
	Controladora	Controladas em conjunto	Outras entidades (1)	Controladora	Controladas em conjunto	Outras entidades (1)	Controladora	Controladas em conjunto	Outras entidades (1)
ATIVO:	2.997.005	28.016.301	-	2.697.966	25.190.678	-	4.524.925	18.576.086	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	11.105.714	-	-	9.691.758	-	-	5.663.446	-
Rendas a receber (2)	2.081.141	19.090	-	1.830.660	25.299	-	2.797.296	5.636	-
Operações de crédito - Setor Público	25.107	-	-	26.732	-	-	935.712	-	-
Operações de crédito - Setor Privado	-	16.873.923	-	-	15.473.621	-	-	12.907.004	-
Outros créditos	890.757	-	-	840.574	-	-	791.917	-	-
Outros valores e bens	-	17.574	-	-	-	-	-	-	-
PASSIVO:	37.655.504	1.661.881	3.354.443	37.204.591	1.158.220	1.630	35.791.853	976.165	-
Depósitos	475.125	44.294	1.805	244.556	718	1.630	490.831	21.891	-
Captações no mercado aberto	-	320.167	-	-	-	-	-	700.354	-
Repasses do país - instituições oficiais (3)	34.632.904	-	-	35.286.937	-	-	34.168.435	-	-
Obrigações por fundos e programas sociais (4)	127.651	-	-	118.650	-	-	64.911	-	-
Obrigações por fundos financeiros e de desenvolvimento (4)	2.372.149	-	-	1.509.771	-	-	1.025.140	-	-
Obrigações diversas	47.675	1.297.420	3.352.638	44.677	1.157.502	-	42.536	253.920	-

(1) Compõem o grupo de outras entidades: FUNCEF e CIBRASEC.

(2) Valor do grupo Controladora alterado em decorrência da atualização da especificação. O valor divulgado em 30/06/2015 foi de R\$ 3.845.890.

(3) Foi acrescentado em 30/06/2015 no grupo Controladora o valor de R\$ 34.165.697, referente ao Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), Programa de Integração Social (PIS), Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) e Fundo Marinha Mercante (FMM). O valor divulgado em 2015 de R\$ 2.738 referia-se apenas a União.

(4) Valores do grupo Controladora não apresentados em 30/06/2015.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O quadro a seguir apresenta os saldos que compõem o resultado decorrentes de transações com partes relacionadas, demonstrados considerando a natureza do relacionamento com essas entidades:

Descrição	2º trimestre - 2016			1º semestre - 2016			2º trimestre - 2015			1º semestre - 2015		
	Controladora	Controladas em conjunto	Outras entidades (1)	Controladora	Controladas em conjunto	Outras entidades (1)	Controladora	Controladas em conjunto	Outras entidades (1)	Controladora	Controladas em conjunto	Outras entidades (1)
RECEITAS:	43.390	654.191	-	78.251	1.080.814	-	69.637	368.231	-	136.246	690.022	-
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	-	377.131	-	-	721.063	-	-	207.692	-	-	380.903	-
Rendas prestação serviços	17.534	121.987	-	28.068	204.678	-	48.533	160.539	-	96.514	309.119	-
Outras receitas operacionais	25.856	155.073	-	50.183	155.073	-	21.104	-	-	39.732	-	-
DESPESAS:	(1.194)	(301.813)	(336.249)	(2.350)	(597.281)	(568.161)	(1.365)	(152.135)	(197.319)	(2.031)	(246.757)	(437.157)
Operações de captação no mercado	-	(933)	-	-	(1.192)	-	-	-	-	-	-	-
Pessoal (2)	-	-	(238.995)	-	-	(454.267)	-	-	(181.198)	-	-	(404.906)
Administrativas	-	-	(16.838)	-	-	(33.478)	-	-	(16.121)	-	-	(32.251)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	-	-	(80.416)	-	-	(80.416)	-	-	-	-	-	-
Outras despesas operacionais	(1.194)	(300.880)	-	(2.350)	(596.089)	-	(1.365)	(152.135)	-	(2.031)	(246.757)	-

(1) Compõem o grupo de outras entidades: FUNCEF e CIBRASEC.

(2) Valor do grupo Outras Entidades não apresentado em 30/06/2015.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da administração (Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Conselho Diretor e Comitê de Auditoria) são apresentados como segue:

Descrição	2016		2015	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Benefícios de curto prazo	12.927	20.216	12.950	20.248
Proventos	9.721	15.068	9.723	15.069
Encargos Sociais	3.206	5.148	3.227	5.179

Descrição	30/06/2016 (valores em R\$)		31/12/2015 (valores em R\$)		30/06/2015 (valores em R\$)	
	Administrador	Empregado	Administrador	Empregado	Administrador	Empregado
Maior salário	53.266,87	36.886,00	53.266,87	36.901,00	50.973,08	33.532,00
Salário médio	42.982,42	8.218,57	42.982,42	8.101,39	41.131,48	7.244,59
Menor salário	39.685,01	2.429,00	39.685,01	2.429,00	37.976,06	2.208,00
Benefícios	5.500,35	2.796,05	4.747,86	2.404,27	4.131,00	2.376,00

A CAIXA não possui remuneração variável baseada em ações e outros benefícios de longo prazo e não oferece benefícios pós-emprego aos seus administradores. Os benefícios pós-emprego estão restritos aos funcionários do quadro da CAIXA.

Nota 32 – Benefícios a empregados**(a) Composição da provisão para benefícios a empregados**

As provisões para benefícios a empregados contemplam as expectativas de despesas no curto prazo e no período pós-emprego. As provisões de curto prazo são direcionadas a liquidação de despesas de natureza salarial e de participação dos empregados nos lucros. Quanto às provisões para benefícios pós-emprego, referem-se às expectativas (cálculos atuariais) de despesas com os planos de aposentadoria, pensão, assistência à saúde e auxílio/cesta alimentação sob responsabilidade da CAIXA.

A tabela abaixo apresenta a composição dessas provisões:

Descrição	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015
Benefícios de curto prazo	3.440.420	3.020.078	3.180.327
Natureza salarial	3.067.175	2.500.687	2.753.917
Participação dos empregados no lucro	373.245	519.391	426.410
Benefícios pós-emprego (Nota 18 (e))	20.062.102	15.744.858	16.397.054
Saúde CAIXA (cálculo atuarial (g.1))	14.696.873	12.068.398	12.097.849
Auxílio e cesta alimentação (cálculo atuarial (g.2))	1.236.705	1.097.455	1.055.997
Planos de benefícios – Previdência Privada (cálculo atuarial (g.4))	4.128.524	2.579.005	3.243.208
Total	23.502.522	18.764.936	19.577.381

(b) Benefícios de curto prazo:

As provisões relacionadas com benefícios de curto prazo são compostas predominantemente por salários a pagar, 13º salário, férias, licença prêmio, abono assiduidade e participação dos empregados nos lucros, vencíveis no curso de até doze meses após o período a que se referem as demonstrações contábeis.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Benefícios pós-emprego:

A CAIXA é patrocinadora de planos de aposentadoria, pensão, saúde complementar e auxílio/cesta alimentação. Esses benefícios são disponibilizados a seus empregados, dirigentes, aposentados e pensionistas em decorrência das relações de trabalho ou da sucessão, em direitos e obrigações, de outras entidades (situação do extinto Banco Nacional de Habitação – BNH).

(d) Gestão dos planos, estrutura organizacional e governança corporativa

Em relação aos planos de aposentadoria e pensão patrocinados pela CAIXA, sua administração é realizada pela Fundação dos Economistas Federais – FUNCEF, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira, criada com base na Lei nº 6.435, de 15/07/1977 (revogada pela Lei Complementar nº 109, de 29/05/2001).

A fundação é regida pela legislação específica do setor (<http://www.previdencia.gov.br/a-previdencia/previc/legislacao-da-previdencia-complementar/>), por seu Estatuto, pelos regulamentos dos Planos de Benefícios e por atos de gestão, a exemplo do Código de Conduta Corporativa e do Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa (www.funcef.com.br).

A FUNCEF apresenta na sua estrutura organizacional Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, em conformidade com a Lei Complementar nº 108/2001, sendo os dois primeiros órgãos de administração e o último de controle interno.

Os três órgãos possuem regimento interno e têm suas obrigações, competências, composição e critérios relacionados aos mandatos definidos no Estatuto da FUNCEF.

Resumidamente, o Conselho Deliberativo é órgão máximo da estrutura organizacional da FUNCEF e é responsável pela definição da política geral de administração da entidade e de seus planos de benefícios. O Conselho Fiscal, por sua vez, é o órgão de controle interno da fundação. Como órgão de administração, à Diretoria Executiva cabe gerir os recursos, planos e programas, em estrita observância às normas contidas no Estatuto, nos Regulamentos dos Planos de Benefícios e nas diretrizes e deliberações emanadas do Conselho Deliberativo.

No Estatuto também estão previstos Comitês de Assessoramento Técnico, vinculados ao Conselho Deliberativo, e com seus regimentos internos aprovados por este órgão. Com o objetivo de subsidiar os trabalhos dos três órgãos estatutários, os Comitês de Investimentos, de Benefícios, de Ética e de Qualidade das Informações Contábeis e de Auditoria são compostos por integrantes indicados pelo Conselho Deliberativo, pela Patrocinadora CAIXA e pela Diretoria Executiva.

A Fundação conta ainda com grupos e comissões internos criados com objetivos específicos e instaurados por meio de Portaria da Presidência da FUNCEF (PRESI).

Quanto aos planos de saúde complementar e auxílio/cesta alimentação, são diretamente administrados pela CAIXA.

(e) Riscos atuariais

Dentre outros riscos, a CAIXA está exposta ao risco atuarial, proveniente da condição de patrocinadora dos Planos de Previdência administrados pela FUNCEF (REG/REPLAN, REB e Novo Plano) e dos planos Saúde Caixa, auxílio/cesta alimentação e assistidos PREVHAB, sob gestão direta da própria CAIXA.

O conceito de risco atuarial pode ser caracterizado pela impossibilidade de acumular e/ou manter recursos compatíveis com os compromissos assumidos com os participantes de um Fundo de Pensão, com os beneficiários de planos de saúde e de outros benefícios.

O risco atuarial surge, especialmente, da inadequação de hipóteses e premissas atuariais estabelecidas, que podem trazer volatilidade aos Planos de Benefícios.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Visando mensurar o risco atuarial decorrente do patrocínio da CAIXA aos Planos de Benefícios concedidos a seus empregados, foi desenvolvida uma metodologia específica, de acordo com as melhores práticas de mercado nacional e internacional. O modelo baseia-se na aplicação de choques às hipóteses e premissas atuariais dos Planos de Benefícios, simulando eventos de estresse. Tendo como base os valores gerados pelo modelo, a CAIXA calcula o capital a ser alocado devido a sua exposição ao risco atuarial, caso seja necessário.

(f) Estratégia de confrontação de ativos/passivos

Conforme estabelece a Resolução CMN nº 3.792 de 24/09/2009, para a determinação da meta de alocação dos recursos garantidores dos planos de benefícios por segmento de investimento, a FUNCEF utiliza modelo próprio de gestão integrada de ativos e passivos, do inglês *Asset Liability Management (ALM)*, que utiliza cenários estocásticos para evolução de ativos e passivos, considerando desde cenários pessimistas até cenários otimistas construídos a partir dos cenários aprovados pela Diretoria Executiva com amplo debate em comitês de assessoramento técnico e de investimentos – que conta com representantes de entidades representativas dos participantes, patrocinadora e FUNCEF. Esse modelo busca minimizar o risco dos planos de benefícios com rentabilidade esperada para cinco anos superando a meta atuarial acumulada mais de 1% a.a., considerando as características individuais dos planos, tais como pagamentos de benefícios, recebimentos de contribuições, capital comprometido, fluxo de recebimento de ativos e liquidez necessária.

Com relação a gestão do passivo atuarial, e o gerenciamento de risco a ele associado para fins de projeções futuras destinadas ao ALM, é utilizada metodologia estocástica, em que são gerados 50 fluxos do passivo atuarial com variações simultâneas em todas as premissas previamente estabelecidas, utilizando-se o sistema SAS. Os fluxos estocásticos consideram variações sobre as principais hipóteses atuariais, quais sejam:

- Variáveis econômicas de taxa real de juros e de crescimento real dos salários de participação;
- Variáveis biométricas e demográficas de sobrevivência ou morte do participante válido (ativo ou assistido), sobrevivência ou morte do participante inválido, sobrevivência ou morte do cônjuge, permanência do participante como válido ou entrada deste em invalidez, e rotatividade do participante.

(g) Planos de benefícios

A seguir, são apresentados mais detalhes de cada um dos planos, inclusive os administrados pela FUNCEF:

(g.1) Plano de Saúde – Saúde CAIXA e PAMS

O Saúde CAIXA é o programa de assistência à saúde instituído pela CAIXA, sob a modalidade de autogestão. Tem por finalidade o atendimento médico, hospitalar, laboratorial, radiológico, odontológico, psicológico, fisioterápico, terapêutico ocupacional, serviço social, fonoaudiológico e nutricional aos titulares e seus respectivos dependentes. São titulares deste plano, os empregados da CAIXA e os aposentados vinculados a FUNCEF, PREVHAB, SASSE, Fundo PMPP ou INSS.

O custeio do Plano Saúde CAIXA, de responsabilidade da CAIXA, é realizado através de contribuições equivalentes a 70% das despesas assistenciais. O beneficiário titular, por sua vez, participa financeiramente com 30% das despesas assistenciais, mediante mensalidade de 2% sobre a remuneração base, pelo grupo familiar, mais co-participação de 20% sobre a utilização da assistência, limitado ao teto de co-participação, e mensalidade por dependente indireto inscrito.

O PAMS é um benefício concedido pela CAIXA aos titulares e respectivos dependentes que se encontram sob liminar judicial pendentes de julgamento e ações judiciais. Foi instituído pela CAIXA e é por ela administrado, sob a modalidade de autogestão, oferecendo cobertura médica, hospitalar, odontológica e psicológica, com atendimento por uma rede de credenciados, em âmbito nacional, obedecidas às normas e a Tabela do PAMS.

Os mais recentes estudos atuariais do valor presente da obrigação de benefício definido foram realizados em 31/12/2015 pela Deloitte Touche Tohmatsu, membro do Instituto Brasileiro de Atuários. O valor presente da obrigação de benefício definido, o custo do serviço corrente e custo do serviço passado, foram medidos utilizando o método de crédito unitário projetado.

O montante da provisão atuarial obtido pelo cálculo a valor presente de todos os fluxos de despesas assistenciais relativos aos atuais e futuros aposentados e pensionistas é de R\$ 14.696.873 (31/12/2015 – R\$ 12.068.398 – 30/06/2015 – R\$ 12.097.849).

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(g.2) Auxílio Alimentação e Cesta Alimentação

A CAIXA oferece aos empregados e dirigentes o Auxílio Alimentação/Refeição e Cesta Alimentação na forma da legislação vigente e do Acordo Coletivo de Trabalho. Os resultados atuariais apresentados, relativos ao Auxílio Alimentação e Cesta Alimentação, referem-se somente aos benefícios concedidos aos participantes assistidos que possuem direito na data da avaliação.

Os valores mensais do Auxílio Alimentação/Refeição e Cesta Alimentação são definidos em setembro de cada ano. Para o período de setembro de 2015 a agosto de 2016 o valor do auxílio-alimentação/refeição é de R\$ 652,08 para aquisição de refeições prontas em restaurantes e similares. O auxílio cesta-alimentação referente a setembro de 2015 a agosto de 2016 é de R\$ 491,52 para a aquisição de gêneros alimentícios em supermercados ou em estabelecimento comercial do mesmo gênero. Têm caráter indenizatório, e não são considerados como verba salarial. Portanto, não incidem encargos nem para a parte empregadora nem para a parte empregada.

O Auxílio Alimentação e Cesta Alimentação são benefícios pagos exclusivamente aos aposentados e pensionistas mediante determinação judicial, acordo judicial ou extrajudicial. No primeiro semestre de 2016 foram concedidos 433 novos benefícios e em 2015 foram 1.106.

O montante da provisão atuarial obtido pelo cálculo a valor presente de todos os fluxos de despesas relativos aos atuais e futuros aposentados e pensionistas com auxílio e cesta alimentação é de R\$ 1.236.705 (31/12/2015 – R\$ 1.097.455 – 30/06/2015 – R\$ 1.055.997).

(g.3) Plano de benefícios - Assistidos PREVHAB

Por força do Decreto Nº 2.291, de 21 de novembro de 1986, o Banco Nacional de Habitação –BNH foi extinto e a CAIXA passou a sucedê-lo em todos os direitos e obrigações, inclusive aquelas decorrentes da relação de trabalho dos empregados do referido Banco.

Dentre as obrigações herdadas pela CAIXA em relação aos empregados do BNH, estava a manutenção da Associação de Previdência dos Empregados do BNH – PREVHAB, Fundo de Pensão responsável por complementar os benefícios previdenciários dos empregados do BNH.

Visando a absorção da PREVHAB pela Fundação dos Economizários Federais – FUNCEF ou a transferência dos beneficiários daquela para esta, observadas as normas de direito privado aplicáveis às respectivas situações, foram estudadas e realizadas pela CAIXA/FUNCEF estratégias previdenciais, entretanto, por não concordarem com a proposta da CAIXA ou não reunirem as condições estabelecidas, 65 assistidos permanecem recebendo os proventos da CAIXA.

Dada a característica do Plano, o Ativo Líquido será integralizado pela Patrocinadora no mesmo montante da obrigação.

(g.4) Planos de previdência – Previdência complementar**• REG/REPLAN**

A CAIXA patrocina o Plano de Benefícios REG/REPLAN, administrado pela FUNCEF, estruturado na modalidade Benefício Definido. Este plano foi aprovado por órgão competente em 17 de maio de 1977, tendo seu início operacional em 01 de agosto de 1977. O plano agrega os regulamentos instituídos em 1977 (REG) e 1979 (REPLAN), considerados como um só plano.

O referido plano teve saldamento de benefícios definido por meio de alterações em seu regulamento, sendo esta alteração regulamentar ocorrida em 14 de junho de 2006. Tal procedimento implica que o valor do Benefício Saldado, calculado e reajustado com base no Índice do Plano, com a desvinculação do Salário de Participação e da concessão e manutenção por Órgão Oficial da Previdência, implicando no cancelamento da Contribuição Normal para este Plano e na adesão no caso do Ativo, a outro Plano de Benefícios oferecido pela Patrocinadora.

A exemplo do ocorrido na modificação dos planos anteriores, inclui institutos fixados pela Lei Complementar 109, de 29 de maio de 2001, tais como: a garantia de condições de resgate e portabilidade do saldo da conta individual de participante.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O REG/REPLAN não saldado assegura aos seus participantes e assistidos os benefícios:

- Suplementações de Aposentadoria por Tempo de Contribuição;
- Suplementações de Aposentadoria por Invalidez;
- Suplementações de Aposentadoria por Idade;
- Suplementações de Aposentadoria Especial;
- Suplementação de Pensão por Morte;
- Suplementação de Abono Anual;
- Auxílio-Funeral;
- Institutos de Autoprocínio, Benefício Proporcional Diferido, Portabilidade e Resgate.

Os benefícios saldados previstos para os participantes e assistidos são os seguintes:

- Benefício Programado Pleno;
- Benefício Programado Antecipado;
- Benefício por Invalidez;
- Abono Anual;
- Benefício Único Antecipado;
- Pensão Por Morte;
- Pecúlio Por Morte.

A CAIXA adotou o conceito de Compartilhamento de Riscos ("Risk Sharing"), considerando que o Passivo Atuarial deverá ser custeado 50% pela Patrocinadora e 50% pelos Participantes. Ressaltamos que a adoção do compartilhamento de risco é de responsabilidade da CAIXA, tendo esta efetuado todas as análises necessárias para a sua conceituação técnica.

Em relação ao plano de custeio do REG/REPLAN, definido como o cálculo elaborado pelo atuário responsável pelo plano que define o nível de contribuição necessário à constituição das reservas garantidoras de benefícios, fundos, provisões e à cobertura das demais despesas do plano de benefícios, visando seu equilíbrio atuarial, este definirá os percentuais de contribuição a serem praticados no Plano e será segregado entre optantes e não optantes pelo saldamento, com revisão de periodicidade mínima anual, conforme regulamento do plano (disponível em: www.funcef.com.br).

Devido ao Plano de Previdência REG/REPLAN, patrocinado pela CAIXA, ter registrado em 2014 seu terceiro ano consecutivo de déficit técnico acumulado, foi aprovado pela Administração o plano para equacionamento, que segue a regra aprovada pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc) em 25 de novembro último e efetivada pela Resolução MPS/CNPc nº 22/2015 publicada no Diário Oficial de 3 de dezembro de 2015.

A CAIXA, conforme regulamento do próprio plano e Lei Complementar nº 108 e 109/2001, arca paritariamente com os participantes do referido plano o déficit acumulado objeto do plano de equacionamento.

O montante aportado pela CAIXA, atualizado para a data base de 31/12/2015, resulta em R\$ 1.132.946 sendo que o prazo de amortização totaliza 17,4 anos ou 208 meses.

Especificamente em relação ao plano REG/REPLAN – Modalidade Saldado, em função das disposições do referido Pronunciamento, a CAIXA mantém provisionado o montante de R\$ 2.307.318 (posição 31/12/2015), para fazer face ao déficit atuarial levantado para o referido plano.

Dessa forma, em detrimento do fato de haver perspectiva de elevação de despesas correntes (contribuições extraordinárias a FUNCEF), o montante de provisão atuarial previamente constituído pela CAIXA, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 33, é suficiente para suportar a necessidade de desembolsos futuros relacionados ao plano de equacionamento do déficit técnico levantado pela FUNCEF.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- **REB**

A CAIXA patrocina o Plano de Benefícios REB, administrado pela FUNCEF. O Plano de Benefícios REB foi aprovado por órgão competente em 05 de agosto de 1998, tendo seu início operacional nessa mesma data.

O REB é estruturado na modalidade de Contribuição Variável, sendo a contribuição normal do participante calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o Salário de Participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 2% (dois por cento).

Diante de sua criação, foram interrompidas novas adesões ao REG/REPLAN e este foi oferecido aos empregados da CAIXA admitidos a partir de 1998. Em 04 de fevereiro de 2002, seu regulamento foi alterado para permitir a migração de participantes do REG/REPLAN para o REB, processo contestado por associados. Essa experiência influenciou o processo de elaboração da proposta do REG/REPLAN Saldado e da criação do Plano de Benefícios Novo Plano.

Conforme Ofício N° 160/2008/GENEP, o Plano de Benefícios REB que estava segregado virtualmente em REB 1998 e REB 2002, foi unificado.

O REB assegura aos seus participantes e assistidos os seguintes benefícios:

- Renda Vitalícia por Tempo de Contribuição;
- Renda Vitalícia por Aposentadoria por Invalidez do Participante Licenciado;
- Renda Vitalícia por Aposentadoria por Invalidez;
- Pensão por Morte;
- Pecúlio por Morte;
- Renda Antecipada;
- Abono Anual; e, Institutos de Autopatrocínio, Benefício Proporcional Diferido, Portabilidade e Resgate.

Em relação ao plano de custeio do plano REB, definido como o cálculo que determina o nível das contribuições do patrocinador, dos participantes e dos assistidos, de forma a fixar o custo do plano de benefícios, este será estabelecido com periodicidade mínima anual, de forma a fixar adequadamente o nível das contribuições sociais devidas e dos custos administrativos, constando obrigatoriamente do resultado da avaliação atuarial do plano, conforme definido no regulamento do plano (disponível em: www.funcef.com.br/).

- **Novo Plano**

A CAIXA patrocina o Plano de Benefícios Novo Plano, administrado pela FUNCEF. Aprovado por órgão competente em 16 de junho de 2006, teve seu início operacional em 01 de setembro de 2006.

O Novo Plano é estruturado na modalidade de Contribuição Variável, com contribuição definida na fase de formação de reservas e benefício definido na etapa de recebimento de benefícios, bem como nos casos de benefícios de risco, como invalidez e pensão por morte. Inclui institutos fixados pela Lei Complementar 109, de 29 de maio de 2001 – tais como a garantia de condições de resgate e portabilidade do saldo da conta individual de participante. Adota também nova base de contribuição, aumentando a parcela destinada pela CAIXA ao saldo de conta do associado. A contribuição normal do participante, calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o Salário de Participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 5% (cinco por cento).

O custeio das despesas administrativas será de responsabilidade paritária entre Patrocinador, Participantes e Assistidos, devendo ser aprovado pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo da FUNCEF, observados os limites e critérios estabelecidos pelo órgão regulador.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Novo Plano assegura aos seus participantes e assistidos os seguintes benefícios:

- Benefício Programado Pleno;
- Benefício Programado Antecipado;
- Benefício por Invalidez;
- Abono Anual;
- Benefício Único Antecipado;
- Pensão por Morte;
- Pecúlio por Morte; e,
- Institutos de Autoprocínio, Benefício Proporcional Diferido, Portabilidade e Resgate.

A CAIXA adotou o conceito de Compartilhamento de Riscos (“Risk Sharing”), considerando que o Passivo Atuarial deverá ser custeado 50% pela Patrocinadora e 50% pelos Participantes. Ressaltamos que a adoção do compartilhamento de risco é de responsabilidade da CAIXA, tendo esta efetuado todas as análises necessárias para a sua conceituação técnica.

O plano de custeio do NOVO PLANO estabelecerá o nível de contribuição necessário à constituição das reservas garantidoras de benefícios, institutos, fundos, provisões e à cobertura das demais despesas, sendo aprovado pela Diretoria Executiva, submetido à deliberação do Conselho Deliberativo da FUNCEF e aprovação do patrocinador, em conformidade com critérios fixados pelo órgão regulador e fiscalizador, conforme regulamento do plano (disponível em: www.funcef.com.br/).

O plano de custeio terá periodicidade anual, mas poderá ser revisto a qualquer tempo se houver necessidade devidamente justificada pela FUNCEF e ocorrerá sob responsabilidade do patrocinador e participantes, inclusive assistidos.

A despesa administrativa da FUNCEF será custeada pelo patrocinador e participantes, inclusive assistidos, observado o limite e os critérios estabelecidos pelo órgão regulador e fiscalizador.

(h) Quantidade de participantes – benefícios pós-emprego:

Não houve variação expressiva na quantidade de beneficiários para o período de 30/06/2016, dada a baixa volatilidade de entradas e saídas de participantes.

Descrição	31/12/2015			30/06/2015		
	Ativos	Assistidos	Total	Ativos	Assistidos	Total
Saúde CAIXA (incluindo dependentes)	93.523	60.939	154.462	96.120	56.335	152.455
Auxílio e cesta alimentação (aposentados e pensionistas)	-	15.101	15.101	-	14.501	14.501
Assistidos PREVHAB (aposentados e pensionistas)	-	65	65	-	66	66
REG/REPLAN	25.127	38.513	63.640	28.227	35.129	63.356
REB	7.265	705	7.970	7.420	654	8.074
Novo Plano	88.028	4.865	92.893	90.411	3.907	94.318

(i) Avaliação atuarial dos planos de benefício

A empresa Deloitte Touche Tohmatsu foi contratada para realizar avaliação atuarial dos planos de benefícios patrocinados pela CAIXA. A referida avaliação atuarial contemplou os planos de benefícios Saúde CAIXA, Auxílio e Cesta Alimentação, Assistidos PREVHAB, REG/REPLAN, REB e Novo Plano.

Os cálculos atuariais e levantamentos realizados pela consultoria, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), aprovado pela Deliberação CVM nº 695/2012, respaldam as contabilizações patrimoniais e de resultado realizadas pela CAIXA.

A CAIXA é parcialmente responsável pela cobertura do passivo dos planos REG/REPLAN, REB e Novo Plano, e totalmente responsável pela cobertura dos compromissos mantidos de Auxílio Alimentação, Cesta-Alimentação e aos Assistidos PREVHAB.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i.1) Reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais

A política contábil da CAIXA, no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais contabilizados em seus demonstrativos financeiros, para os planos previdenciários, assistenciais e benefícios pós-emprego estruturados na modalidade de Benefício Definido, conforme determinado no Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), consiste no reconhecimento de todos os ganhos e perdas atuariais no período em que ocorrem em Outros Resultados Abrangentes.

Nos planos em que se observou ativo atuarial líquido, os mesmos são limitados ao valor do benefício econômico que a CAIXA porventura possa usufruir, sendo calculado como o valor presente do fluxo de caixa dos valores revertidos dos planos a CAIXA ou a redução efetiva de contribuições futuras, caso existam. Em 30/06/2016, não foram apurados benefícios econômicos passíveis de reconhecimento pela patrocinadora.

Com relação aos planos previdenciários que possuem benefícios estruturados na modalidade de Contribuição definida, os mesmos não geram ganhos ou perdas atuariais.

(i.2) Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial dos planos:

Conforme determina o pronunciamento técnico CPC 33 (R1), na avaliação atuarial dos planos de benefícios devem ser definidas premissas (financeiras e demográficas) que reflitam as melhores estimativas da entidade sobre as variáveis que determinarão o custo final de prover esses benefícios aos seus empregados

O cálculo da taxa de juros de desconto atuarial anual considera a taxa de remuneração dos títulos públicos federais de primeira linha utilizados como referência, tendo em vista a inexistência de títulos e valores mobiliários com as condições previstas pelo Pronunciamento Técnico CPC 33. Essa alternativa é prevista pelo referido normativo.

Dentre as principais premissas atuarias adotadas no Saúde CAIXA, destacamos a Taxa de Crescimento dos Custos Médicos, com taxas anuais projetadas de 5,50% para 2017, 5,00% para 2018, 4,50% para 2019, 4,00% para 2020, 3,50% para 2021, 3,00% para 2022, 2,50% para 2023, 2,00% para 2024 e 1,50% a partir de 2025 inclusive.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i.3) Premissas financeiras e demográficas consideradas nos cálculos atuariais dos planos de benefícios:

Descrição	Saúde CAIXA (3)			Auxílio e Cesta Alimentação			Assistidos PREVHAB		
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015
Taxa anual de juros (1)	11,8	13,91	11,72	11,66	14,22	11,94	11,68	14,42	12,12
Aumento anual dos salários (projeção)	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Aumento anual dos benef. (projeção)	N/A	N/A	5,43	N/A	N/A	5,43	5,18	6,47	5,43
Taxa de inflação média anual	5,18	6,47	5,43	5,18	6,47	5,43	5,18	6,47	5,43
Expectativa de retorno dos ativos do plano	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	11,68	14,42	12,12
Taxa de rotatividade (2)	1,08	1,08	1,21	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tábua de mortalidade geral	RP 2000	RP 2000	RP 2000	RP 2000	RP 2000	RP 2000	RP 2000	RP 2000	RP 2000
	(-20%)	(-20%)	(-20%)	(-20%)	(-20%)	(-20%)	(-20%)	(-20%)	(-20%)
Tábua de entrada em invalidez	Light Fraca	Light Fraca	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tábua de mortalidade de inválidos	CSO - 58	CSO - 58	N/A	CSO - 58	CSO - 58	N/A	CSO - 58	CSO - 58	N/A
Entrada em aposentadoria	H - 55; M - 52	H - 55; M - 52	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

- (1) O cálculo da taxa de juros de desconto atuarial anual considera, além da inflação levantada para o período (5,18%), a taxa de remuneração dos títulos públicos federais de primeira linha utilizados como referência, tendo em vista a inexistência de títulos e valores mobiliários com as condições previstas pelo Pronunciamento Técnico CPC 33. Essa alternativa é prevista pelo referido normativo.
- (2) As alterações de premissas financeiras e demográficas verificadas, consoante o que determina o Pronunciamento Técnico CPC 33, justificam-se pela necessidade de que sejam consideradas as melhores estimativas da entidade sobre as variáveis que determinarão o custo final de prover benefícios pós-emprego.
- (3) Dentre as principais premissas atuarias adotadas no Saúde CAIXA, destacamos a Taxa de Crescimento dos Custos Médicos, com taxas anuais projetadas de 5,00% para 2017, 4,50% para 2018, 4,00% para 2019, 3,50% para 2020, 3,00% para 2021, 2,50% para 2022, 2,00% para 2023, 1,50% para 2024 e 1,00% a partir de 2025 inclusive.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	REG/REPLAN		REG/REPLAN		REB			NOVO PLANO		
	Saldado	Não saldado								
	30/06/2016	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015
Taxa anual de juros (1)	11,66	11,67	14,27	11,98	11,67	14,37	12,06	11,66	14,27	11,98
Aumento anual dos salários (projeção)	5,18	7,7	N/A	9,03	9,23	10,87	10,2	8,51	9,85	8,14
Aumento anual dos benef. (projeção)	5,18	5,18	6,47	5,43	5,18	6,47	5,43	5,18	6,47	5,43
Taxa de inflação média anual	5,18	5,18	6,47	5,43	5,18	6,47	5,43	5,18	6,47	5,43
Expectativa de retorno dos ativos do plano	11,66	11,67	14,27	11,98	11,67	14,37	12,06	11,66	14,27	11,98
Taxa de rotatividade (2)	N/A	N/A	N/A	N/A	Experiência FUNCEF REB 2013	Experiência FUNCEF REB 2013	Experiência FUNCEF REB 2013	Experiência FUNCEF Novo Plano 2015	Experiência FUNCEF Novo Plano 2015	Experiência FUNCEF Novo Plano 2014
Tábua de mortalidade geral	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)
Tábua de entrada em invalidez	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca
Tábua de mortalidade de inválidos	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58
Entrada em aposentadoria	H - 53 M - 48	H - 55 M - 52	H - 53 M - 48	H - 53 M - 48	100% - 1ª elegibilidade	100% - 1ª elegibilidade	100% - 1ª elegibilidade	H - 55 M - 52	H - 55 M - 52	H - 55 M - 52

- (1) O cálculo da taxa de juros de desconto atuarial anual considera, além da inflação levantada para o período (5,18%), a taxa de remuneração dos títulos públicos federais de primeira linha utilizados como referência, tendo em vista a inexistência de títulos e valores mobiliários com as condições previstas pelo Pronunciamento Técnico CPC 33. Essa alternativa é prevista pelo referido normativo.
- (2) As alterações de premissas financeiras e demográficas verificadas, consoante o que determina o Pronunciamento Técnico CPC 33, justificam-se pela necessidade de que sejam consideradas as melhores estimativas da entidade sobre as variáveis que determinarão o custo final de prover benefícios pós-emprego.

(i.4) Conciliação dos saldos do valor presente da obrigação atuarial dos planos:

O valor presente da obrigação atuarial representa os custos finais, levantados a valor presente, dos planos de benefício definido para as entidades patrocinadoras. Para levantar esses custos são consideradas diversas variáveis, tais como salários na data da concessão do benefício, rotatividade e mortalidade, contribuições de empregados e tendências de custos médicos. Trata-se, portanto, de levantamento atuarial cujo objetivo precípuo é apurar, com a maior fidedignidade possível, o montante de obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos correntes e passados.

O Método do Crédito Unitário Projetado é utilizado para determinar o valor presente das obrigações de benefício definido e o respectivo custo do serviço corrente e, quando aplicável, o custo do serviço passado. Também é conhecido como “método de benefícios acumulados” e observa cada período de serviço como a origem de uma unidade adicional do direito ao benefício e mensura cada unidade separadamente para construir a obrigação final.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	Saúde CAIXA			Auxílio/Cesta Alimentação			Assistidos PREVHAB		
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015
VPOA ¹ no início do período	(12.068.398)	(12.097.849)	(9.346.949)	(1.097.455)	(861.146)	(861.147)	(41.116)	(49.944)	(49.944)
Custo do serviço corrente	(89.355)	(94.741)	(162.210)	-	-	-	-	-	-
Custo de juros	(825.764)	(703.458)	(588.469)	(82.021)	(122.223)	(57.711)	(2.813)	(5.691)	(3.042)
Remensurações de ganhos/ (perdas) atuariais:	(1.898.873)	636.355	(2.155.886)	(114.014)	(219.016)	(186.276)	(3.198)	10.131	5.894
Ajuste de experiência	(392.345)	1.151.246	(193.209)	(16.513)	(309.166)	(182.301)	900	5.988	5.382
Alterações premissas demográficas	-	(31.196)	(479.584)	-	-	-	-	-	-
Alterações premissas financeiras	(1.506.528)	(483.695)	(1.483.093)	(97.501)	90.150	(3.975)	(4.098)	4.143	512
Benefícios pagos pelo plano	185.517	191.295	155.665	56.785	104.930	49.137	2.316	4.388	2.305
VPOA¹ no final do período	(14.696.873)	(12.068.398)	(12.097.849)	(1.236.705)	(1.097.455)	(1.055.997)	(44.811)	(41.116)	(44.787)

VPOA¹ - Valor Presente da Obrigação Atuarial

Descrição	REG/REPLAN		REG/REPLAN		REB			NOVO PLANO		
	Saldado	Não saldado								
	30/06/2016	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015
VPOA ¹ no início do período	(38.512.812)	(3.901.853)	(41.801.945)	(41.801.945)	(277.605)	(276.926)	(254.556)	(861.104)	(721.415)	(581.419)
Custo do serviço corrente	-	4.272	(83.659)	(74.255)	(691)	(1.501)	(1.217)	(8.300)	(11.757)	(9.099)
Custo de juros	(2.639.094)	(268.292)	(5.300.051)	(2.586.749)	(17.394)	(16.381)	(15.670)	(59.472)	(42.705)	(36.316)
Contribuições esperadas de participantes	(35.835)	(9.648)	(30.704)	(11.311)	(333)	(172)	(9)	-	-	-
Remensurações de ganhos/ (perdas) atuariais:	(3.258.609)	(306.847)	1.816.641	(3.022.067)	(21.000)	6.707	(14.981)	(207.018)	(102.102)	(108.537)
Ajuste de experiência	83.312	200.305	(2.927.808)	(3.077.081)	10.045	(27.901)	(20.432)	(18.828)	(218.026)	(126.843)
Alterações premissas demográficas	-	-	190.595	124.178	-	-	3.003	-	(2.610)	19.690
Alterações premissas financeiras	(3.341.921)	(507.152)	4.553.854	(69.164)	(31.045)	34.608	2.448	(188.190)	118.534	(1.384)
Benefícios pagos pelo plano	1.209.003	96.638	2.985.053	1.381.678	12.058	10.668	9.507	20.263	16.875	13.956
VPOA¹ no final do período	(43.237.347)	(4.385.730)	(42.414.665)	(46.114.649)	(304.965)	(277.605)	(276.926)	(1.115.631)	(861.104)	(721.415)

VPOA¹ - Valor Presente da Obrigação Atuarial

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i.5) Perfil de vencimento da obrigação de benefício definido:

Descrição	Saúde CAIXA	Auxílio/Cesta Alimentação	Assistidos PREVHAB	REG/REPLAN saldado	REG/REPLAN não saldado	REB	NOVO PLANO
	30/06/2016	30/06/2016	30/06/2016	30/06/2016	30/06/2016	30/06/2016	30/06/2016
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do ano fiscal 30/06/2017	426.640	117.936	4.213	3.089.135	253.324	22.705	56.004
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do ano fiscal 30/06/2018	450.795	108.235	4.679	2.952.780	253.733	21.244	55.763
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do ano fiscal 30/06/2019	472.097	99.240	4.250	2.805.947	249.962	19.862	55.623
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do ano fiscal 30/06/2020 ou posterior	488.849	90.892	3.849	2.662.656	244.661	18.559	54.903
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do ano fiscal 30/06/2021 ou posterior	12.858.492	820.402	27.820	31.726.829	3.384.050	222.595	893.338
Total	14.696.873	1.236.705	44.811	43.237.347	4.385.730	304.965	1.115.631
<i>Duration do passivo atuarial na data base 30/06/2016</i>	27,86 anos	12,82 anos	8,54 anos	11,6 anos	13,3 anos	9,67 anos	12,22 anos

(i.6) Conciliação dos saldos do valor justo dos ativos dos planos:

Os ativos dos planos representam os montantes de recursos (principal e rentabilidade de juros, dividendos e outras receitas) mantidos pela entidade ou fundo de pensão para fazer frente às obrigações atuariais de cada plano de benefício patrocinado pela CAIXA. Esses recursos são mensurados a valor justo, ou seja, considerando o que efetivamente seria recebido pela venda de um ativo ou o que seria pago pela transferência de um passivo em transações não forçadas entre participantes do mercado na data da mensuração.

Os planos de saúde complementar e auxílio/cesta alimentação são diretamente administrados pela CAIXA e não possuem ativos.

A conciliação apresentada abaixo demonstra a evolução do valor justo dos ativos dos planos:

Descrição	Assistidos PREVHAB			REG/REPLAN		REG/REPLAN		REB			NOVO PLANO		
				Saldado	Não saldado								
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015
VJAP ¹ no início do período	41.116	44.787	49.944	33.898.176	3.988.451	39.189.888	39.189.888	250.893	271.957	263.803	344.443	370.040	279.514
Receitas de juros	2.813	2.650	3.042	2.309.974	277.282	4.768.136	2.421.034	15.682	16.092	16.263	23.833	21.971	17.118
Rendimentos s/ os ativos maior (menor) que a taxa de desconto	3.198	(4.238)	(5.894)	554.062	75.098	(3.165.071)	(292.317)	52.442	(27.064)	1.226	252.709	(53.223)	77.468
Contribuições do empregador	-	-	-	2.456	11.459	48.022	36.337	353	405	163	24.139	22.529	9.896
Contribuições de participantes do plano	-	-	-	35.835	9.648	30.704	11.311	333	172	9	-	-	-
Benefícios pagos pelo plano	(2.316)	(2.083)	(2.305)	(1.209.003)	(96.638)	(2.985.053)	(1.381.678)	(12.058)	(10.669)	(9.507)	(20.263)	(16.874)	(13.956)
VJAP¹ no final do período	44.811	41.116	44.787	35.591.500	4.265.300	37.886.626	39.984.575	307.645	250.893	271.957	624.861	344.443	370.040

(1) VJAP¹ - Valor Justo dos ativos do plano

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i.7) Informações patrimoniais dos ativos dos planos:

Os planos de saúde complementar e auxílio/cesta alimentação são diretamente administrados pela CAIXA e não possuem ativos.

Descrição	Assistidos PREVHAB			REG/REPLAN saldato			REG/REPLAN não saldato			REB			NOVO PLANO		
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015
Renda Fixa	100,00%	100,00%	100,00%	54,27%	51,65%	47,50%	54,83%	51,65%	46,74%	56,96%	53,25%	47,93%	68,42%	63,48%	56,74%
Renda Variável	-	-	-	21,41%	23,76%	27,83%	23,54%	23,76%	28,55%	23,01%	23,94%	27,55%	17,68%	18,14%	21,43%
Investimentos Estruturados	-	-	-	9,59%	9,31%	10,46%	8,92%	9,31%	12,52%	6,81%	7,89%	9,79%	4,21%	-	10,07%
Investimentos Imobiliários	-	-	-	11,55%	11,99%	11,10%	11,08%	11,99%	10,59%	4,14%	4,54%	4,45%	0,65%	0,73%	0,75%
Operações com Participantes	-	-	-	3,02%	3,27%	3,10%	1,63%	3,27%	1,60%	9,05%	10,37%	10,29%	9,03%	-	11,01%
Outros Investimentos	-	-	-	0,01%	0,02%	0,02%	0%	0,02%	0,01%	0%	0,01%	0,01%	0%	17,65%	0%
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

(i.8) Instrumentos de própria emissão mantidos como ativos dos planos e imóveis de propriedade dos planos ocupados pela CAIXA:

Descrição	Saúde CAIXA	Auxílio/Cesta Alimentação	Assistidos PREVHAB	REG/REPLAN saldato	REG/REPLAN não saldato	REB	NOVO PLANO
Caderneta de Poupança - Carteira própria	-	-	-	114.262	15.327	3.559	16.124
Fundos de Investimentos - Carteira própria	-	-	-	20.317.189	2.176.934	685.844	4.636.332
Imóveis - Locados à CAIXA	-	-	-	4.714.497	505	65	64
Total	-	-	-	25.145.948	2.192.766	689.468	4.652.520

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i.9) Valor líquido do ativo/passivo dos planos reconhecido no Balanço Patrimonial:

O valor líquido do ativo/passivo decorre da confrontação dos montantes de obrigação atuarial dos planos com seus respectivos montantes de ativos avaliados a valor justo. A existência de eventual déficit (passivo) propicia, por parte da entidade patrocinadora, a necessidade de provisionamento de recursos para fazer frente a obrigação atuarial incremental levantada, na medida de sua participação no plano (efeito de compartilhamento). A existência de superávit (ativo), por sua vez, poderá ensejar reversão de valores do plano em favor da entidade patrocinadora e dos patrocinados, na medida de suas participações, devendo-se levar em consideração o limitador de reconhecimento de ativo atuarial (efeito de teto de ativo).

Descrição	Saúde CAIXA			Auxílio/Cesta Alimentação			Assistidos PREVHAB		
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015
VPOA ¹ no final do período	(14.696.873)	(12.068.398)	(12.097.849)	(1.236.705)	(1.097.455)	(1.055.997)	(44.812)	(41.116)	(44.787)
VJAP ² no final do período	-	-	-	-	-	-	44.812	41.116	44.787
Superávit/ (déficit) do plano	(14.696.873)	(12.068.398)	(12.097.849)	(1.236.705)	(1.097.455)	(1.055.997)	-	-	-
Efeito da restrição sobre a obrigação atuarial ³	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Efeito do teto do Ativo ⁴	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativo/ (passivo) líquido	(14.696.873)	(12.068.398)	(12.097.849)	(1.236.705)	(1.097.455)	(1.055.997)	-	-	-

 VPOA¹ - Valor Presente da obrigação atuarial

 VJAP² - Valor Justo dos ativos do plano

(3) Refere-se ao cálculo do efeito de compartilhamento de riscos com os participantes e assistidos do plano, de forma a limitar a responsabilidade atuarial a ser reconhecida pela Caixa.

(4) Refere-se ao cálculo do benefício econômico disponível que trata o item 65 do CPC 33 R1 (Deliberação CVM 695/2012), de forma a limitar o ativo atuarial a ser reconhecido pela Caixa.

Descrição	REG/REPLAN		REG/REPLAN		REB			NOVO PLANO		
	Saldado	Não saldado	REG/REPLAN		REB			NOVO PLANO		
	30/06/2016	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015
VPOA ¹ no final do período	(43.237.347)	(4.385.730)	(42.414.665)	(46.114.648)	(304.965)	(277.605)	(276.926)	(1.115.631)	(861.104)	(721.415)
VJAP ² no final do período	35.591.500	4.265.300	37.886.627	39.984.575	307.645	250.893	271.957	624.861	344.443	370.040
Superávit/ (déficit) do plano	(7.645.847)	(120.430)	(4.528.038)	(6.130.073)	2.680	(26.712)	(4.969)	(490.770)	(516.661)	(351.375)
Efeito da restrição sobre a obrigação atuarial ³	3.822.923	60.215	2.307.318	3.065.036	-	13.356	2.485	245.385	258.331	175.687
Efeito do teto do Ativo ⁴	-	-	(86.598)	-	(2.680)	-	-	-	-	-
Ativo/ (passivo) líquido	(3.822.923)	(60.215)	(2.307.318)	(3.065.036)	-	(13.356)	(2.485)	(245.385)	(258.331)	(175.687)

 VPOA¹ - Valor Presente da obrigação atuarial

 VJAP² - Valor Justo dos ativos do plano

(3) Refere-se ao cálculo do efeito de compartilhamento de riscos com os participantes e assistidos do plano, de forma a limitar a responsabilidade atuarial a ser reconhecida pela Caixa.

(4) Refere-se ao cálculo do benefício econômico disponível que trata o item 65 do CPC 33 R1 (Deliberação CVM 695/2012), de forma a limitar o ativo atuarial a ser reconhecido pela Caixa.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i.10) Movimentação do (passivo) ativo líquido reconhecido no Balanço Patrimonial:

Descrição	Saúde CAIXA			Auxílio/Cesta Alimentação			Assistidos PREVHAB		
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015
(Passivo) / Ativo líquido reconhecido no início do período	(12.068.398)	(12.097.849)	(9.346.949)	(1.097.455)	(1.055.997)	(861.147)	-	-	-
Custo do serviço	(89.355)	(94.741)	(162.210)	-	-	-	-	-	-
Juros líquidos sobre (Passivo)/Ativo líquido	(825.764)	(703.458)	(588.469)	(82.021)	(64.512)	(57.711)	-	-	-
Contribuições da empresa	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Benefícios pagos diretamente pela empresa	185.517	191.295	155.665	56.785	55.794	49.137	-	-	-
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	(1.898.873)	636.355	(2.155.886)	(114.014)	(32.740)	(186.276)	-	-	-
(Passivo) / Ativo reconhecido no final do período	(14.696.873)	(12.068.398)	(12.097.849)	(1.236.705)	(1.097.455)	(1.055.997)	-	-	-

Descrição	REG/REPLAN		REG/REPLAN		REB			NOVO PLANO		
	Saldado	Não saldado	REG/REPLAN							
	30/06/2016	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015
(Passivo) / Ativo líquido reconhecido no início do período	(2.307.318)	-	(1.306.029)	(1.306.029)	(13.356)	(2.485)	-	(258.331)	(175.687)	(150.953)
Custo do serviço	-	4.272	(83.658)	(74.254)	(691)	(1.501)	(1.217)	(8.299)	(11.757)	(9.099)
Juros líquidos sobre (Passivo)/Ativo líquido	(164.560)	-	(265.958)	(82.857)	(856)	(145)	-	(17.820)	(10.367)	(9.599)
Contribuições da empresa	2.456	11.459	48.022	36.337	353	405	163	24.139	22.529	9.896
Benefícios pagos diretamente pela empresa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	(1.353.501)	(75.946)	(699.695)	(1.638.233)	14.550	(9.630)	(1.431)	14.926	(83.049)	(15.932)
(Passivo) / Ativo reconhecido no final do período	(3.822.923)	(60.215)	(2.307.318)	(3.065.036)	-	(13.356)	(2.485)	(245.385)	(258.331)	(175.687)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i.11) Despesas/Receitas e Pagamentos esperados:

(Despesa) / Receita esperadas – CPC 33 (R1)						
Descrição	Saúde CAIXA			Auxílio e Cesta Alimentação		
	2016	2015		2016	2015	
	1º semestre	2º semestre	1º semestre	1º semestre	2º semestre	1º semestre
Custo do serviço corrente líquido	(89.355)	67.469	(162.210)	-	-	-
Custo de juros líquidos	(825.764)	(114.988)	(588.470)	(82.021)	(6.801)	(57.711)
Total da (despesa)/ receita a reconhecer no próximo período	(915.119)	(47.519)	(750.680)	(82.021)	(6.801)	(57.711)

(Despesa) / Receita esperadas – CPC 33 (R1)										
Descrição	REG/REPLAN		REG/REPLAN		REB			NOVO PLANO		
	Saldado	Não saldado								
	2016		2015		2016	2015		2016	2015	
	1º semestre	1º semestre	2º semestre	1º semestre	1º semestre	2º semestre	1º semestre	1º semestre	2º semestre	1º semestre
Custo do serviço corrente líquido	-	4.272	(9.404)	(74.255)	(691)	(284)	(1.217)	(8.299)	(2.658)	(9.099)
Custo de juros líquidos	(164.560)	-	(183.100)	(82.857)	(856)	(145)	-	(17.820)	(768)	(9.599)
Total da (despesa)/ receita a reconhecer no próximo período	(164.560)	4.272	(192.504)	(157.112)	(1.547)	(429)	(1.217)	(26.119)	(3.426)	(18.698)

Pagamentos esperados – CPC 33 (R1)						
Descrição	Saúde CAIXA			Auxílio e Cesta Alimentação		
	2016	2015		2016	2015	
	1º semestre	2º semestre	1º semestre	1º semestre	2º semestre	1º semestre
Normais / Contribuições de Risco (REB) / Benefícios (Saúde CAIXA) – Benefício definido	213.320	202.217	180.324	58.968	62.711	49.738
Contribuição definida	-	-	-	-	-	-
Administração	-	-	-	-	-	-
Total dos pagamentos esperados para o plano	213.320	202.217	180.324	58.968	62.711	49.738

Pagamentos esperados – CPC 33 (R1)									
Descrição	REG/REPLAN			REB			NOVO PLANO		
	2016	2015		2016	2015		2016	2015	
	1º semestre	2º semestre	1º semestre	1º semestre	2º semestre	1º semestre	1º semestre	2º semestre	1º semestre
Normais / Contribuições de Risco (REB) / Benefícios (Saúde CAIXA) – Benefício definido	31.002	36.719	14.411	186	433	172	12.695	24.090	10.433
Contribuição definida	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total dos pagamentos esperados para o plano	31.002	36.719	14.411	186	433	172	12.695	24.090	10.433

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i.12) Análise de sensibilidade das principais premissas financeiras e demográficas:

O objetivo da análise de sensibilidade é mensurar como a obrigação de benefício definido seria afetada por mudanças em determinadas premissas atuariais relevantes, mantidas todas as outras constantes.

Análise de sensibilidade das principais hipóteses - CPC 33 (R1)									
Descrição	Tábua Biométrica		Taxa de Desconto		Crescimento Salarial		HCCTR		30/06/2016
	+ 1 Idade	- 1 Idade	+ 0,25%	-0,25%	+0,25%	-0,25%	+1,00%	-1,00%	
Saúde CAIXA									
Custo dos juros	(913.065)	(845.179)	(865.136)	(894.243)	N/A	N/A	(1.034.883)	(835.015)	(825.764)
Valor presente das obrigações	(15.248.672)	(14.135.440)	(14.150.769)	(15.277.013)	N/A	N/A	(17.333.280)	(13.944.496)	(14.696.873)
Auxílio e Cesta Alimentação									
Custo dos juros	(73.897)	(77.148)	(75.833)	(75.221)	N/A	N/A	N/A	N/A	(75.352)
Valor presente das obrigações	(1.208.662)	(1.264.427)	(1.214.571)	(1.259.644)	N/A	N/A	N/A	N/A	(1.236.705)
EX-PREHVAB									
Custo dos juros	(4.895)	(5.351)	(5.119)	(5.103)	N/A	N/A	N/A	N/A	(2.494)
Valor presente das obrigações	(42.958)	(46.860)	(43.950)	(45.692)	N/A	N/A	N/A	N/A	(44.812)
REG/REPLAN saldado									
Custo dos serviços	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	-
Custo dos juros	(4.744.012)	(5.183.006)	(4.925.191)	(4.978.032)	N/A	N/A	N/A	N/A	(164.560)
Valor presente das obrigações	(41.448.756)	(45.213.709)	(42.115.949)	(44.391.219)	N/A	N/A	N/A	N/A	(43.237.347)
REG/REPLAN não saldado									
Custo dos serviços	(8.731)	(11.062)	(4.531)	(10.640)	N/A	N/A	N/A	N/A	(4.272)
Custo dos juros	(483.420)	(527.987)	(500.230)	(508.786)	N/A	N/A	N/A	N/A	-
Valor presente das obrigações	(4.204.306)	(4.586.200)	(4.258.448)	(4.517.114)	N/A	N/A	N/A	N/A	(4.385.730)
REB									
Custo dos serviços	(292.081)	(2.522)	(1.172)	(2.459)	N/A	N/A	N/A	N/A	(691)
Custo dos juros	(33.426)	(36.525)	(34.686)	(34.914)	N/A	N/A	N/A	N/A	(856)
Valor presente das obrigações	(292.349)	(318.905)	(298.441)	(311.646)	N/A	N/A	N/A	N/A	(304.965)
NOVO PLANO									
Custo dos serviços	(26.788)	(29.226)	(13.596)	(28.724)	N/A	N/A	N/A	N/A	(8.299)
Custo dos juros	(123.078)	(134.405)	(127.631)	(129.340)	N/A	N/A	N/A	N/A	(17.820)
Valor presente das obrigações	(1.069.481)	(1.166.626)	(1.085.554)	(1.146.611)	N/A	N/A	N/A	N/A	(1.115.631)

HCCTR - Taxa de Crescimento dos Custos Médicos

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Análise de sensibilidade das principais hipóteses - CPC 33 (R1)									
Descrição	Tábua Biométrica		Taxa de Desconto		Crescimento Salarial		HCCTR		31/12/2015
	+ 1 Idade	- 1 Idade	+ 0,25%	-0,25%	+0,25%	-0,25%	+1,00%	-1,00%	
Saúde CAIXA									
Custo dos juros	(1.717.852)	(1.584.509)	(1.621.978)	(1.682.356)	N/A	N/A	(1.932.078)	(1.426.904)	(1.291.927)
Valor presente das obrigações	(12.563.127)	(11.569.948)	(11.649.870)	(12.511.603)	N/A	N/A	(14.085.998)	(10.452.989)	(12.068.398)
Auxílio e Cesta Alimentação									
Custo dos juros	(160.838)	(167.192)	(164.306)	(163.773)	N/A	N/A	N/A	N/A	(122.223)
Valor presente das obrigações	(1.074.924)	(1.119.608)	(1.079.347)	(1.116.182)	N/A	N/A	N/A	N/A	(1.097.455)
EX-PREHVAB									
Custo dos juros	(5.384)	(5.900)	(5.613)	(5.643)	N/A	N/A	N/A	N/A	(5.691)
Valor presente das obrigações	(39.415)	(42.995)	(40.344)	(41.904)	N/A	N/A	N/A	N/A	(41.116)
REG/REPLAN salgado									
Custo dos serviços	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	(64.850)
Custo dos juros	(5.039.635)	(5.518.188)	(5.219.270)	(5.313.643)	N/A	N/A	N/A	N/A	(245.623)
Valor presente das obrigações	(36.919.660)	(40.273.217)	(37.548.754)	(39.503.816)	N/A	N/A	N/A	N/A	(38.512.812)
REG/REPLAN não salgado									
Custo dos serviços	(9.523)	(7.464)	(4.611)	(7.845)	N/A	N/A	N/A	N/A	(18.808)
Custo dos juros	(303.465)	(351.711)	(315.969)	(336.737)	N/A	N/A	N/A	N/A	(20.334)
Valor presente das obrigações	(3.740.445)	(4.080.205)	(3.790.006)	(4.017.255)	N/A	N/A	N/A	N/A	(3.901.852)
REB									
Custo dos serviços	(510)	(1.468)	(672)	(1.422)	N/A	N/A	N/A	N/A	(2.718)
Custo dos juros	(36.542)	(40.016)	(38.024)	(38.351)	N/A	N/A	N/A	N/A	(145)
Valor presente das obrigações	(266.121)	(290.294)	(271.905)	(283.436)	N/A	N/A	N/A	N/A	(277.605)
NOVO PLANO									
Custo dos serviços	(15.908)	(17.363)	(8.092)	(17.026)	N/A	N/A	N/A	N/A	(20.856)
Custo dos juros	(116.086)	(126.786)	(120.188)	(122.125)	N/A	N/A	N/A	N/A	(19.965)
Valor presente das obrigações	(900.465)	(900.465)	(839.732)	(883.068)	N/A	N/A	N/A	N/A	(861.104)

HCCTR - Taxa de Crescimento dos Custos Médicos

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Análise de sensibilidade das principais hipóteses - CPC 33 (R1)									
Descrição	Tábua Biométrica		Taxa de Desconto		Crescimento Salarial		HCCTR		30/06/2015
	+ 1 Idade	- 1 Idade	+ 0,25%	-0,25%	+0,25%	-0,25%	+1,00%	-1,00%	
Saúde CAIXA									
Custo dos juros para o próximo semestre	(674.541)	(732.098)	(692.218)	(715.136)	N/A	N/A	(831.349)	(596.552)	(703.458)
Valor presente das obrigações	(11.596.286)	(12.595.421)	(11.659.146)	(12.563.323)	N/A	N/A	(14.281.699)	(10.272.197)	(12.097.849)
Auxílio e Cesta Alimentação									
Custo dos juros para o próximo semestre	(63.498)	(66.317)	(64.696)	(66.023)	N/A	N/A	N/A	N/A	(64.512)
Valor presente das obrigações	(1.039.006)	(1.086.237)	(1.036.846)	(1.076.192)	N/A	N/A	N/A	N/A	(1.055.997)
Assistidos PREVHAB									
Custo dos juros para o próximo semestre	(2.592)	(2.724)	(2.654)	(2.645)	N/A	N/A	N/A	N/A	(2.650)
Valor presente das obrigações	(43.812)	(46.026)	(43.959)	(45.613)	N/A	N/A	N/A	N/A	(44.787)
REG/REPLAN									
Custo dos serviços para o próximo semestre	(3.662)	(10.377)	(6.496)	(7.577)	N/A	N/A	N/A	N/A	(9.404)
Custo dos juros para o próximo semestre	(2.692.272)	(2.728.154)	(2.705.588)	(2.720.848)	N/A	N/A	N/A	N/A	(2.713.302)
Valor presente das obrigações	(45.775.217)	(46.313.322)	(45.046.783)	(47.192.968)	N/A	N/A	N/A	N/A	(46.114.648)
REB									
Custo dos serviços para o próximo semestre	(1.589)	(1.575)	(1.486)	(1.698)	N/A	N/A	N/A	N/A	(1.501)
Custo dos juros para o próximo semestre	(16.088)	(16.644)	(16.268)	(16.501)	N/A	N/A	N/A	N/A	(16.381)
Valor presente das obrigações	(272.146)	(281.341)	(269.632)	(284.783)	N/A	N/A	N/A	N/A	(276.926)
NOVO PLANO									
Custo dos serviços para o próximo semestre	(12.547)	(11.044)	(11.078)	(12.483)	N/A	N/A	N/A	N/A	(11.757)
Custo dos juros para o próximo semestre	(36.887)	(35.493)	(35.396)	(36.846)	N/A	N/A	N/A	N/A	(42.705)
Valor presente das obrigações	(622.029)	(598.347)	(584.841)	(634.252)	N/A	N/A	N/A	N/A	(721.415)

HCCTR - Taxa de Crescimento dos Custos Médicos

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(j) Despesas reconhecidas com planos de previdência com características de benefício definido:

Descrição	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015
REG/REPLAN	9.820	21.528	10.053
Total	9.820	21.528	10.053

(k) Despesas reconhecidas para cobertura de riscos com causas judiciais relacionados aos planos de benefícios:

Descrição	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015
Causas judiciais	4.229	3.390	2.116
Total	4.229	3.390	2.116

Nota 33 – Gerenciamento do risco corporativo

A CAIXA adota boas práticas nacionais e internacionais no gerenciamento dos riscos de crédito, operacional, mercado, liquidez, taxa de juros, concentração, contraparte, estratégico, reputação, atuarial e socioambiental, incluindo uma gestão ativa de capital, em consonância aos princípios, valores, diretrizes e limites estabelecidos pelo Conselho de Administração.

O gerenciamento de riscos e de capital é percebido pela Alta Administração como fator de diferencial competitivo no mercado financeiro e principal meio para preservação da solvência, liquidez e rentabilidade da CAIXA.

As estruturas de gerenciamento de riscos e de capital estão em conformidade com a regulação vigente, adequadas à natureza e à complexidade dos instrumentos financeiros, produtos, serviços e operações da CAIXA e às boas práticas de governança corporativa, permitindo à Alta Administração identificar o comprometimento do capital para fazer frente aos riscos, avaliar os impactos sobre os resultados e decidir prontamente sobre limites de exposição aceitos.

A Política de Gerenciamento de Riscos, a Política de Gerenciamento de Capital e de Distribuição de Resultado e os limites de exposição são revisados, no mínimo, anualmente de acordo com a estratégia, fatores macroeconômicos, ambiente de negócios e capacidade de assumir risco, e suas revisões são claramente comunicadas a todos os empregados no sistema interno de divulgação normativa.

A descrição detalhada das estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, incluindo responsabilidades, práticas, processos, procedimentos e modelos, está disponível no sítio: <http://www.caixa.gov.br>, menu Sobre a CAIXA, Governança Corporativa.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Gestão de Capital

A estrutura de gestão de capital, o processo de gerenciamento de capital e o processo interno de avaliação da adequação de capital (Icaap) encontram-se implementados na CAIXA, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.988/11, e Circular BACEN nº 3.547/11.

A CAIXA adota boas práticas nacionais e internacionais no gerenciamento de capital, conforme princípios, valores, diretrizes e limites estabelecidos pelo Conselho de Administração e recomendações do Comitê de Basileia e órgãos reguladores.

A gestão de capital tem como um de seus objetivos garantir a manutenção de capital suficiente para a execução de estratégias e concretização de negócios, com a premissa de que o processo seja compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão da exposição a riscos.

Desta forma, a gestão de capital é realizada por meio de:

- Mecanismos que possibilitem a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos pela instituição;
- Políticas e estratégias para o gerenciamento de capital, que estabeleçam mecanismos e procedimentos destinados a manter o capital compatível com os riscos incorridos pela instituição;
- Plano de capital abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Simulações de eventos severos e condições extremas de mercado (testes de estresse) e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a Diretoria e para o Conselho de Administração; e
- Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (Icaap).

Por meio desse gerenciamento a CAIXA controla e avalia a necessidade de capital para fazer frente aos riscos, avalia potenciais impactos, planeja metas através dos objetivos estratégicos e em observação às diretrizes do Conselho de Administração, e busca a adoção prospectiva com aplicação de cenários de normalidade e estresse para verificar e planejar a composição e o consumo de capital.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Exigência de Capital Regulatório

O quadro a seguir apresenta o detalhamento da exigência de capital regulamentar que em conformidade com as Resoluções CMN nº 4.192 e 4.193/13, a partir de janeiro de 2015, o cálculo do patrimônio de referência e o cálculo dos requerimentos mínimos de capital passaram a considerar o Conglomerado Prudencial.

Cálculo da exigência de capital regulamentar			
Descrição	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015
Patrimônio de Referência – PR	72.076.198	78.962.391	77.543.602
Nível I	49.394.585	55.537.056	57.802.919
Capital Principal – CP	49.394.585	55.537.056	57.802.919
Patrimônio Líquido (1)	25.895.293	26.616.877	26.436.920
Instrumentos híbridos de capital e dívida autorizados conforme Resolução CMN nº 4.192/2013	36.453.645	36.086.566	36.086.566
Excesso ao limite estabelecido no art. 25 da Resolução CMN nº 4.192/2013	(2.774.878)	(1.646.635)	(198.111)
Ajustes prudenciais	(10.179.474)	(5.519.752)	(4.522.456)
Capital Complementar – CC	-	-	-
Instrumentos híbridos de capital e dívida autorizados conforme Resolução CMN nº 3.444/2007	-	-	-
Nível II	22.681.614	23.425.335	19.740.683
Instrumentos de dívida subordinada	22.087.321	21.850.246	18.653.065
Instrumentos de dívida subordinada (dedução 20%)	-	(722.282)	(800.796)
Instrumentos de dívida subordinada (dedução 40%)	(1.283.089)	-	-
Notas subordinadas	1.570.391	2.014.328	1.619.165
Letras financeiras	318.600	293.957	273.180
Letras financeiras (dedução 20%)	(2.635)	(2.453)	(3.931)
Letras financeiras (dedução 40%)	(8.974)	(8.461)	-
Ativos ponderados pelo risco – RWA	563.833.655	547.136.671	554.171.966
Risco de crédito - RWA _{CPAD}	508.456.278	504.257.301	517.010.889
Risco de mercado – carteira de negociação - RWA _{MPAD}	11.221.034	2.529.614	3.567.837
Taxa de juros – RWA _{JUR}	3.069.118	1.715.595	1.756.766
Commodities – RWA _{COM}	2.018.876	-	-
Ações – RWA _{ACS}	-	-	-
Câmbio – RWA _{CAM}	6.133.040	814.019	1.811.071
Risco operacional - RWA _{OPAD}	44.156.342	40.349.756	33.593.240
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido – PRMR (RWA*Fator F)	55.678.573	60.185.033	60.958.916
Risco de mercado – carteira de não negociação - R _{BAN}	8.746.152	8.226.904	8.381.101
Margem de capital (PR - PRMR - R_{BAN})	7.651.473	10.550.454	8.203.585
Índice de capital principal (CP / RWA)	8,76%	10,15%	10,43%
Índice de capital nível I (Nível I / RWA)	8,76%	10,15%	10,43%
Índice de Basileia (PR / RWA)	12,78%	14,43%	13,99%
Fator F (Resolução CMN nº 4.193/2013)	9,875%	11,00%	11,00%

(1) Patrimônio Líquido descontado dos Instrumentos híbridos de capital e dívida autorizados conforme Resolução CMN nº 4.192/2013

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados no instrumento contratual, à desvalorização de contratos de crédito originada da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

O controle e acompanhamento do risco de crédito ocorre por meio da identificação, mensuração, avaliação e monitoramento de indicadores de atraso, perda realizada, esperada e inesperada, provisão e exigência de capital regulatório e econômico, em diversas granularidades e agrupamentos, possibilitando, a partir da informação de cada contrato, ampla visão do perfil das exposições, por tomador, operação, segmentos da carteira, região geográfica e setor de atividade, dentre outros. Permitindo, dessa forma, a proposição de alternativas à mitigação do risco de crédito e reportes aos gestores de produtos e serviços e às instâncias deliberativas da Instituição.

As exposições de crédito da CAIXA são submetidas à avaliação de risco em modelos baseados em critérios consistentes e verificáveis, capazes de mensurar e classificar os riscos envolvidos em cada operação.

As novas operações são avaliadas a partir de modelos de Credit Scoring – CS ou de análise especialista, a depender das características do tomador e da operação. As operações em carteira sofrem reavaliação periódica, no mínimo anualmente, sendo aplicados modelos de Behavior Scoring – BS nas exposições com perfil de varejo e reavaliação de rating nas demais

A CAIXA possui rotina anual de revisão dos modelos, políticas, estratégias, limites de exposição ou extrapolação, para reporte e aprovação pelo Conselho Diretor e Conselho de Administração, como parte do aprimoramento contínuo do processo de controle e acompanhamento do risco de crédito. Essas revisões periódicas visam manter a CAIXA aderente às melhores práticas do mercado e ao atendimento aos requerimentos do Novo Acordo de Capitais e dos órgãos supervisores.

Os modelos de mensuração dos indicadores utilizados no acompanhamento das exposições são avaliados e homologados previamente por unidade interna e autônoma, tendo sua capacidade preditiva permanentemente monitorada.

Risco de Mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição, incluídas as operações sujeitas à variação cambial, de taxas de juros, de preços de ações e de mercadorias (commodities).

A CAIXA mantém estrutura de gerenciamento de risco de mercado compatível à natureza e complexidade dos instrumentos financeiros, produtos e operações e à dimensão de sua exposição a este risco.

As atividades de administração do risco de mercado são segregadas das atividades negociais e de auditoria, sendo mantidas estruturas independentes de desenvolvimento e monitoração de modelos, de forma a evitar conflitos de interesses e resguardar a imparcialidade dos trabalhos executados.

A identificação prévia dos riscos inerentes a novos instrumentos financeiros, produtos e operações, a análise de sua adequabilidade aos procedimentos e controles adotados pela CAIXA, o monitoramento dos limites de exposição e concentração a riscos de mercado, tanto das operações incluídas na carteira de negociação quanto das demais posições, abrangendo todas as fontes relevantes de risco de mercado e o reporte tempestivo para as instâncias deliberativas visam assegurar menor volatilidade dos resultados da Instituição, alinhamento às melhores práticas de mercado e atendimento à exigência legal.

Mensuração do Risco de Mercado

A mensuração do risco de mercado inicia-se com a marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários, ou seja, com o cálculo dos preços de negociação destes instrumentos no mercado secundário, a partir da identificação de todas as posições mantidas pela CAIXA e do cálculo dos seus fluxos de caixa, descontados pelas taxas de juros de mercado de cada instrumento.

Essas taxas de juros são demonstradas por meio da estrutura a termo de taxas de juros, que é a representação gráfica do relacionamento entre as taxas de juros de instrumentos de mesma qualidade de crédito, mas de diferentes prazos, tendo como principal finalidade servir de base para a precificação de instrumentos de renda fixa.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Na CAIXA estas estruturas são estimadas a partir de informações das taxas ou preços negociados no mercado secundário de títulos e nos mercados de derivativos ou, no caso de ativos sem negociação, por metodologia apropriada.

Value at Risk – VaR

A CAIXA utiliza a abordagem Delta-Normal para o cálculo do VaR modelo interno, metodologia paramétrica baseada no modelo analítico de matriz de covariância, que supõe que os retornos da carteira são normalmente distribuídos.

As volatilidades e as correlações são calculadas diariamente para um período histórico de dados de 252 dias úteis a partir da série dos retornos das curvas de mercado dos diversos fatores de risco.

Para o cálculo do VaR, o sistema de mensuração de risco de mercado utiliza técnica de ponderação dos dados EWMA – Exponentially Weighted Moving Average, método de suavização exponencial que pondera as observações conforme o parâmetro de decaimento escolhido, desde que o resultado do VaR seja mais conservador que o resultado calculado pela variância amostral.

A acurácia desse modelo é monitorada diariamente por meio da execução do programa de testes de aderência, utilizando-se duas metodologias que contam o número de violações, um procedimento padrão estabelecido no Acordo de Basileia e o teste de proporção de falhas proposto por Kupiec. Esses testes verificam se os ganhos ou perdas não realizados são menores que o VaR calculado para os níveis de confiança de 95%, 97,5% e 99%.

A contagem de violações para aplicação dessas metodologias é realizada por meio da mensuração das perdas não realizadas e resultados efetivos.

Na primeira, é considerado violação o resultado negativo decorrente de perdas não realizadas maior que o VaR projetado para o dia. Na segunda, é considerado violação o resultado negativo decorrente da variação do valor da carteira, considerando as negociações realizadas no dia, maior que o VaR projetado para o dia. Nos dois casos, essa contagem de violações em determinado período deve estar de acordo com o intervalo de confiança estabelecido para o modelo.

Testes de Estresse

O Programa de Testes de Estresse, que complementa a visão fornecida pelo cálculo do VaR, adota cenários históricos, datas históricas, cenários prospectivos e análise de sensibilidade, de forma a reproduzir períodos históricos, datas relevantes, simular adversidades baseadas em características da carteira e do ambiente macroeconômico que representem condições severas e as variações graduais nas curvas de mercado, respectivamente.

A análise de cenários históricos utiliza os piores cenários de curvas de juros já ocorridos para mensurar seus impactos sobre o valor do portfólio da CAIXA.

São utilizados dois cenários para avaliação dos impactos: o primeiro consiste em encontrar a pior data existente na base de dados para definir o valor em risco de estresse, e o segundo, em encontrar a pior data para cada fator de risco existente na carteira e somar esses resultados, considerando dessa maneira uma possível quebra de premissa.

A análise de datas históricas apura o VaR a partir de datas relevantes e conhecidas de estresse ocorridas entre 2000 e 2003. São determinados os piores choques ocorridos no período e aplicados às curvas de taxas de juros de forma a mensurar a perda no valor da carteira caso estes choques venham a se repetir.

A análise de cenários prospectivos consiste em verificar os impactos no valor do portfólio da CAIXA, caso o cenário projetado ocorra. Na CAIXA, os cenários prospectivos são propostos pela Vice-Presidência de Finanças e Controladoria com a explicação das premissas e hipóteses adotadas para cada variável explicativa dos modelos e aprovados pelo Comitê de Risco, para que possam ser utilizados como insumos para os modelos de risco.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

São utilizados três tipos de cenários prospectivos para o gerenciamento do risco de mercado:

- Básico, considerando a trajetória mais provável das variáveis e indicadores macroeconômicos;
- Estresse de alta, ponderando possíveis adversidades internas e externas que impactem em elevação da taxa de juros acima do considerado no cenário Básico; e
- Estresse de baixa, considerando hipóteses alternativas que impactem em redução da taxa de juros para patamares abaixo do considerado no cenário Básico.

A análise da sensibilidade da carteira a possíveis alterações nas taxas dos fatores de risco é realizada com a aplicação de pontos percentuais à estrutura a termo de cada um dos fatores de risco, de maneira a simular a elevação nas taxas e a consequente redução dos preços dos ativos.

Os resultados dos testes de estresse são considerados em todo o processo de gerenciamento do risco de mercado, inclusive para estabelecer ou rever as políticas e limites de exposição a risco.

Carteira de negociação

A carteira de negociação da CAIXA é composta por todas as operações com títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a hedge de outros elementos desta carteira e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. A evolução do valor em risco da carteira, segmentado por fator de risco é apresentado a seguir:

Valor em Risco em Cenário de Normalidade ⁽¹⁾			
Fatores de Risco	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015
PRE	19.956	23.523	16.249
Cupom IPCA	134	12.285	49
Cupom SELIC	(9)	(1)	(2)
Cupom TR	-	1	-
VaR com ED	20.081	35.808	16.296

(1) Todos os valores apresentados consideram o efeito diversificação da carteira.

Operações não classificadas na carteira de negociação

As operações não classificadas na carteira de negociação abrangem os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias II - disponíveis para venda e III – mantidos até o vencimento, as operações ativas das carteiras comercial, habitacional e de saneamento e infraestrutura, e as operações passivas de captações e depósitos.

Visando assegurar que o Patrimônio de Referência - PR seja suficiente para fazer frente aos riscos de mercado assumidos pela CAIXA, a área de risco mensura e avalia o risco de taxas de juros destas operações considerando a sua natureza, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição a este risco.

A estimação do PR compatível com o risco de mercado das operações não classificadas na carteira de negociação e sujeitas à variação de taxas de juros é realizada por meio da metodologia EVE – Economic Value of Equity, em consonância com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.365/07 e os princípios do Acordo de Basiléia. O monitoramento dos níveis de exposição destas operações ao risco de taxas de juros e o cumprimento dos limites estabelecidos são reportados à Alta Administração mensalmente.

São realizados testes de estresse em conformidade ao estabelecido na Circular BACEN nº 3.365/2007. Adicionalmente, realiza-se análises de sensibilidade, que permitem verificar a variação no valor da carteira banking a partir da aplicação de pontos percentuais à estrutura a termo de cada um dos fatores de risco, simulando a elevação nas taxas e a consequente redução dos preços dos ativos.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Instrumentos Financeiros – Valor de mercado

Descrição	Valor Contábil			Valor Marcado a Mercado			Valores a Pagar ou a Receber		
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015
Comparativo entre os instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais e seu valor marcado a mercado – ATIVOS									
Aplicações em depósitos interfinanceiros	11.494.011	10.376.648	8.163.593	11.494.084	10.376.993	8.163.008	73	345	(585)
Aplicações em operações compromissadas	138.125.024	143.111.942	117.549.929	138.125.024	143.111.942	117.549.929	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	179.153.472	177.087.448	167.909.490	179.324.397	173.244.049	167.701.582	170.925	(3.843.399)	(207.908)
Títulos para negociação	113.199.527	98.480.310	102.699.876	113.199.527	98.480.310	102.699.876	-	-	-
Títulos disponíveis para venda	14.255.122	14.394.931	17.686.347	14.255.122	14.394.931	17.686.347	-	-	-
Títulos mantidos até o vencimento	51.698.823	64.212.207	47.523.267	51.869.748	60.368.808	47.315.359	170.925	(3.843.399)	(207.908)
Operações de crédito, arrendam. mercantil e outros créditos	672.537.552	662.119.119	632.895.702	642.332.367	588.297.509	591.324.230	(30.205.185)	(73.821.610)	(41.571.472)
Comercial	196.199.188	199.664.957	196.285.575	211.203.556	213.447.169	207.696.623	15.004.368	13.782.212	11.411.048
Habitação	393.252.209	384.175.883	366.642.407	358.108.496	317.248.681	331.051.767	(35.143.713)	(66.927.202)	(35.590.640)
Infraestrutura/desenvolvimento	75.702.304	70.658.301	63.040.013	65.636.464	49.981.681	45.648.133	(10.065.840)	(20.676.620)	(17.391.880)
Outros créditos	7.383.851	7.619.978	6.927.707	7.383.851	7.619.978	6.927.707	-	-	-
Comparativo entre os instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais e seu valor marcado a mercado – PASSIVOS									
Captações de recursos	283.596.667	276.941.479	259.889.724	292.341.577	281.422.870	258.687.069	8.744.910	4.481.391	(1.202.655)
CDB/RDB	119.613.922	107.551.120	97.605.984	121.184.263	108.017.121	97.860.395	1.570.341	466.001	254.411
LCI LH	151.078.593	153.687.415	149.628.937	157.696.797	156.956.988	147.469.045	6.618.204	3.269.573	(2.159.892)
Obrigações por TVM no exterior	12.904.152	15.702.944	12.654.803	13.460.517	16.448.761	13.357.629	556.365	745.817	702.826
Captação em operações compromissadas	189.149.546	194.364.507	176.283.465	189.149.546	194.364.365	177.213.692	-	(142)	930.227
Obrigações por empréstimos e repasses e outras	225.419.854	217.538.099	198.618.443	156.094.505	140.358.592	137.886.656	(69.325.349)	(77.179.507)	(60.731.787)
Exterior	5.797.235	14.337.557	9.697.669	6.625.709	14.382.740	9.683.198	828.474	45.183	(14.471)
Tesouro	47.675	44.677	42.536	48.010	46.530	43.857	335	1.853	1.321
FGTS (1)	189.359.062	172.210.084	156.491.749	131.458.024	108.847.521	110.801.191	(57.901.038)	(63.362.563)	(45.690.558)
BNDES	29.188.228	29.823.211	31.367.136	17.087.692	16.229.536	16.541.605	(12.100.536)	(13.593.675)	(14.825.531)
Depósitos não remunerados	1.027.654	1.122.570	1.019.353	875.070	852.265	816.805	(152.584)	(270.305)	(202.548)
Instrumento híbrido de capital e dívida	12.854.959	24.118.920	20.555.333	9.184.453	14.500.124	14.775.563	(3.670.506)	(9.618.796)	(5.779.770)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Determinação de valor de mercado dos instrumentos financeiros

Os preços dos instrumentos financeiros da carteira de títulos e valores mobiliários são determinados a partir das taxas ou dos preços praticados nas transações diárias, desde que obedecida a condição de ocorrência de uma quantidade mínima de negócios na data da apuração.

O preço de mercado das ações listadas em bolsa de valores corresponde ao preço de fechamento do dia, e o dos derivativos padronizados ao preço de ajuste do dia.

Os preços de negociação dos instrumentos de renda fixa são calculados mediante a construção dos seus fluxos de caixa descontados pelas taxas de juros de mercado de cada instrumento.

As taxas de juros são demonstradas por meio de estrutura a termo de taxas de juros estimadas a partir de informações disponíveis de taxas e preços de negociação no mercado secundário ou, no caso de ativos sem negociação, por metodologia apropriada, utilizando-se as seguintes premissas nesta ordem:

- a) Utilização de preços e taxas indicativas apuradas e divulgadas pela ANBIMA.
- b) Construção da estrutura a termo pela agregação à taxa ou sobretaxa do papel do *spread* entre uma curva de taxa de juros de títulos públicos e uma da BM&F com características semelhantes ou uma curva de um ativo com mesma característica e que possua liquidez no mercado secundário.

O processo de marcação a mercado das demais operações não classificadas na carteira de negociação, sujeitas ao risco de taxas de juros, é baseado na construção dos fluxos de caixa dos ativos e passivos e das estruturas a termo de taxas de juros de mercado.

Os fluxos de caixa são construídos a partir das características das operações, com utilização de modelos estatísticos para aquelas que não possuem vencimento definido. Estes fluxos são descontados pelas estruturas a termo estimadas a partir de informações disponíveis de taxas e preços de negociação de mercado dos instrumentos financeiros disponíveis, tais como: contratos futuros, títulos públicos ou operações de swap.

Análise de Sensibilidade das Posições Relevantes - Instrução CVM nº 475

A análise de sensibilidade permite verificar o impacto das variações das taxas de juros sobre os preços dos ativos e passivos, por fator de risco. Estes estudos hipotéticos tornam-se ferramenta de gestão do risco de mercado, possibilitando a definição de medidas de mitigação em caso de concretização de tais cenários, uma vez que as exposições são monitoradas diariamente e movimentos adversos do mercado produzem a imediata atuação das unidades envolvidas no processo visando minimizar eventuais perdas que venham a ocorrer.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, de 17/12/2008, as análises de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Alta Administração, ao qual a CAIXA estava exposta, incluíram todas as operações relevantes com instrumentos financeiros e consideraram as maiores perdas em cada um dos cenários a seguir:

- Cenário I: Cenário provável considerando a trajetória mais provável das variáveis e indicadores macroeconômicos;
- Cenário II: Cenário eventual que considera um choque paralelo no cenário I, de mais ou menos 25% nas variáveis de risco na data de fechamento do balanço;
- Cenário III: Segundo cenário eventual que considera um choque paralelo de mais ou menos 50% no cenário I, nas variáveis de risco na data de fechamento do balanço, sendo consideradas as piores perdas resultantes.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os resultados dos Instrumentos Financeiros em 30/06/2016 apurados estão sintetizados no quadro a seguir:

Descrição	Risco	Cenário Provável	Var. de 25%	Var. de 50%
Prefixado	Aumento de taxa de juros	(251.166)	(5.982.208)	(11.374.231)
Índice de preços	Aumento de cupons de índice de preços	(30.451)	(722.586)	(1.366.872)
TR/TBF/TJLP	Aumento de cupom de TR	(115.451)	(2.583.011)	(4.610.695)
Variação cambial	Queda nas taxas de câmbio	(770)	(19.726)	(40.810)

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é definido como:

I - A possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e

II - A possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

As regras para administração do risco de liquidez, envolvendo práticas, processos, procedimentos, modelos e reportes foram estabelecidas pelo Comitê de Risco visando manter a exposição a este risco em níveis aceitáveis e evitar que ocorram desequilíbrios entre os ativos negociáveis e os passivos exigíveis que possam afetar a capacidade de pagamento da CAIXA.

O gerenciamento deste risco é realizado por meio de modelos internos de projeção dos fluxos financeiros dos produtos, serviços e operações, em situação de normalidade e de estresse.

Para enfrentar situações de estresse, foi estabelecido Plano de Contingência de Liquidez com o objetivo de identificar antecipadamente e aumentar a capacidade da CAIXA para enfrentar crises de liquidez internas ou externas, minimizando seus potenciais efeitos na continuidade dos negócios da CAIXA, na sua capacidade de geração de resultado e na sua imagem. O Plano sistematiza os indicadores utilizados para a identificação de situações de crise, as responsabilidades das unidades e instâncias envolvidas na sua execução e os procedimentos a serem seguidos para conduzir a CAIXA a uma situação aceitável ou restabelecer o seu nível de liquidez anterior ao início da crise.

A mensuração e o monitoramento dos níveis de exposição ao risco de liquidez são reportados diariamente às Vice-Presidências de Risco e de Finanças e Controladoria, mensalmente, ao Comitê de Risco e, semestralmente, ao Conselho de Administração.

Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrente das atividades desenvolvidas pela CAIXA.

Identificar, avaliar, mensurar, mitigar, monitorar, controlar e reportar são as fases para o perfeito ciclo de Gestão do Risco Operacional. Na CAIXA este processo está embasado em uma estrutura composta por três premissas básicas:

- Ambiente adequado de gerenciamento de Risco Operacional, formado pelo patrocínio da Alta Administração, por um conjunto de políticas e normas e por um processo segregado de auditoria;
- Processo de gerenciamento de Risco Operacional, composto pelas etapas de Identificação, Avaliação, Controle/Mitigação, Monitoramento e Reporte. Todas essas etapas estão interligadas de forma que o fluxo de análise tem começo, meio e fim bem definidos; e
- Divulgação de informações de Risco Operacional, definida segundo o objetivo e público alvo.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A avaliação do Risco Operacional na CAIXA é realizada por meio de duas análises: a análise preventiva e a análise reativa. A análise preventiva busca encontrar variáveis e indicadores que possam sinalizar prováveis ocorrências de perdas para agir antes que essas ocorram. A análise reativa busca estudar o comportamento das perdas para então encontrar possíveis causas. Em ambos os casos, a avaliação tenta fornecer instrumentos e informações suficientes para que o risco seja controlado/mitigado, monitorado e reportado. As diversas Unidades Gestoras da CAIXA são as maiores fontes de informação para a Identificação e Avaliação do Risco Operacional.

Metodologia de Cálculo Adotada na CAIXA

Em atenção aos critérios contidos na Circular BACEN nº 3640/2013 para fins de cálculo do capital requerido para risco operacional pelo método padronizado (RWAopad), foi desenvolvida uma ferramenta para realizar cálculo integrando as três abordagens previstas:

- Abordagem do Indicador Básico – BIA;
- Abordagem Padronizada Alternativa – ASA; e
- Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada - ASA2.

A CAIXA adota a abordagem ASA em virtude desta metodologia conferir caráter mais granular à utilização do resultado bruto que as demais e, por conseguinte, apresenta-se mais sensível à exposição ao risco operacional.

Modelos Internos

As abordagens avançadas de alocação de capital para risco operacional envolvem o aperfeiçoamento das técnicas de gestão e controle e, como resultado, espera-se reduzir o impacto decorrente de fraudes (internas e/ou externas), falhas de procedimentos operacionais, falha na gestão de contratos trabalhista, entre outros, para mitigar a exposição ao risco operacional. O modelo interno, conhecido por esta terminologia por necessitar de várias informações da própria instituição, requer maior número de variáveis a serem agregadas ao cálculo da parcela relativa ao risco operacional, dos ativos ponderados pelo risco, resultando em um valor mais preciso de capital regulamentar a ser alocado.

O modelo requer, no mínimo, o uso e integração de quatro elementos:

- Dados internos de perdas operacionais – a base de dados internos dos eventos associados aos riscos e perdas operacionais deve ser composta com informações das áreas gerenciais em consonância com as da contabilidade.
- Dados externos de perdas operacionais – a base de dados externos auxilia na quantificação dos eventos de risco operacional ocorridos em outras instituições e contribui para a quantificação de eventos nunca ocorridos internamente, aqueles de baixíssima frequência.
- Indicadores relativos ao ambiente de negócios e aos controles internos - Refletem o controle interno e o ambiente operacional e de negócios a que a CAIXA está exposta a riscos operacionais e que servirão como mitigadores da exposição.
- Análise de cenários - Permite representar as mudanças no ambiente de negócio interno e externo incorporando situações que não estão nos dados internos, pois possibilita considerar o impacto de eventos extremos nas suas operações.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Monitoramento, Controle Operacional e Mitigação

Os registros de perdas decorrentes de eventos de risco operacional são monitorados e apresentados com o objetivo de refinar a tomada de decisão e direcionar a elaboração de ações de mitigação. Também são monitoradas sistematicamente as informações provenientes dos indicadores da exposição da CAIXA às ocorrências dos eventos de risco operacional.

Para o controle operacional de produtos e serviços é utilizada ferramenta específica, onde se encontram consolidados os pareceres de diversas áreas, cuja contribuição perpassa desde a apresentação de projetos até a avaliação do comportamento dos produtos e serviços em relação aos níveis de risco projetados.

Visando a redução de riscos e a melhoria de controles, são elaboradas ações de mitigação do risco operacional, que representam medidas preventivas, corretivas ou de aprimoramento da gestão, e para se obter um melhor monitoramento, essas ações são registradas em sistema corporativo.

Gestão da Continuidade dos Negócios

A gestão da continuidade dos negócios é parte do gerenciamento de risco operacional e sua atuação se dá por meio do Programa de Continuidade dos Negócios – PCN CAIXA frente às possíveis interrupções nos serviços e atividades, como fator fundamental para o sucesso de qualquer iniciativa de preservação ou recomposição da capacidade de realizar negócios.

Gestão da Segurança da Informação

A gestão de Segurança da Informação é um elemento importante na estrutura da CAIXA, cujo envolvimento de todas as áreas da CAIXA na construção e consolidação de modelos, procedimentos, estrutura, ferramentas e cultura corporativa resultam numa gestão focada fundamentalmente na proteção dos ativos de informações da instituição.

Gestão de Crises

A Gestão de Crise é um componente da Gestão de Continuidade dos Negócios, que busca gerenciar de forma efetiva eventos de impacto significativo que abalem um ou mais pilares: pessoas, negócios, infraestrutura, informações, TI e fornecedores. Esta gestão envolve ações de preparação, identificação, resposta, resolução e, ao final, a observação das lições aprendidas, o chamado pós- crise.

NA CAIXA, o gerenciamento de crise está estruturado num modelo que contempla premissas, responsabilidades e formas de atuação, estas, sempre coordenadas por um Grupo de Gestão.

Transparência e Divulgação

A transparência e a divulgação de informações sobre o risco operacional da CAIXA são fatores imprescindíveis para que os participantes do mercado possam avaliar a qualidade do gerenciamento dessa categoria de risco na instituição.

Existe um processo estruturado de comunicação interna e de divulgação ao mercado com o objetivo de integrar a transparência à rotina da CAIXA e demonstrar o seu compromisso com a consistência dos dados, com o ambiente bancário seguro e com a sociedade brasileira.

Disseminação de Cultura de Risco Operacional

Estão disponíveis na Universidade CAIXA dois cursos sobre risco operacional, módulos Básico e Avançado de fácil acesso para os empregados da Instituição, com o objetivo de disseminar internamente a cultura de gerenciamento dessa categoria de risco. Nesta mesma linha, existem manuais normativos referentes à Política de Risco Operacional, bem como a procedimentos associados ao ciclo de gestão.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 34 – Outras informações**(a) Patrimônios líquidos de Fundos/Programas Sociais administrados pela CAIXA:**

Descrição	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015
PIS (1)	29.785.044	29.196.805	30.908.276
FGTS (1)	99.195.322	94.024.286	87.669.243
FAR (1)	37.808.059	37.916.332	35.945.312
FDS (1)	1.211.170	1.187.745	1.153.987
FGS	920.478	799.085	578.933
FGHAB (1)	2.054.832	1.705.304	1.630.930
FGCN	50.722	4.421.909	4.766.970
Outros (1)	28.387	28.284	105.499
Total	171.054.014	169.279.750	162.759.150
FCVS	(102.064.188)	(98.282.812)	(99.874.914)

(1) Posição de 31/05/2016

(b) Garantias prestadas a terceiros

Registra-se o valor de R\$ 69.554 (31/12/2015 - R\$ 69.554 e 30/06/2015 - R\$ 69.554), referente aos imóveis patrimoniais e títulos penhorados em garantias prestadas a terceiros, relativo a ações judiciais contra a CAIXA.

(c) FGTS

O risco de crédito das operações contratadas a partir de 1º de junho de 2001 é da CAIXA na qualidade de Agente Operador, ficando a União com o risco nas aplicações efetuadas até aquela data, conforme estabelecido no art. 9º da Lei nº 8.036/1990, alterado pelo art. 12 da Medida Provisória nº 2.196-3/2001. O resultado da avaliação do risco de crédito é reconhecido como provisão na CAIXA em "Obrigações diversas" no montante de R\$ 21.142.

(d) FIES

O risco de crédito das operações contratadas a partir de 12 de junho de 2001 é da CAIXA na qualidade de Agente Financeiro e devedor solidário no limite percentual de 25%, conforme estabelecido no art. 5º da Lei nº 10.260/2001, atualizado pela Lei 11.552/2007. O resultado da avaliação desse risco de crédito é reconhecido como provisão na CAIXA em "Obrigações diversas" no montante de R\$ 223.613 (31/12/2015 – R\$ 217.539 e 30/06/2015 – R\$ 211.587).

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 35 – Eventos Subsequentes

O Decreto nº 8.830 de 04 de agosto de 2016, altera o estatuto da CAIXA aumentando o seu Capital Social para R\$ 24.837.171, mediante a incorporação do saldo da Reserva Estatutária de Loterias acumulado até 31/12/2015 no valor de R\$ 2.782.369.

Gilberto Magalhães Occhi
Presidente

Antônio Carlos Ferreira
Vice-presidente

Fábio Lenza
Vice-presidente

Fabio Soares da Silva
Vice-presidente interino
Portaria nº 532/2016

Joaquim Lima de Oliveira
Vice-presidente

Jose Henrique Marques da Cruz
Vice-presidente

Lucas José Palomero
Vice-presidente interino
Portaria nº 686/2016

Márcio Percival Alves Pinto
Vice-presidente

Marcos Fernando Fontoura dos Santos Jacinto
Vice-presidente

Nelson Antônio de Souza
Vice-presidente

Paulo José Galli
Vice-presidente

Marcos Brasileiro Rosa
Superintendente Nacional
Contador CRC 022351/O-1-DF

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

**RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA
PRIMEIRO SEMESTRE DE 2016**

O Comitê de Auditoria é órgão estatutário de assessoramento, vinculado diretamente ao Conselho de Administração da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, e tem como principais atribuições: revisar, previamente à publicação, o conjunto das demonstrações contábeis e avaliar a efetividade dos sistemas de controles internos e das auditorias interna e independente.

Conforme seu Regimento Interno, disponível no site <http://www.caixa.gov.br>, o Comitê assessora, no que couber, o Conselho de Administração, recomendando, sempre que julgado necessário, a correção e aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições. Para tanto desincumbiu, com independência, as atribuições e responsabilidades que lhe são conferidas pela Resolução CMN nº 3.198, de 27.05.2004, orientado pelo Plano de Trabalho para o exercício de 2016, aprovado por aquele Conselho.

Ao longo do primeiro semestre de 2016, o Comitê participou de reuniões com integrantes do Conselho Diretor, individualmente, e de todas as promovidas pelo Conselho de Administração. Realizou encontros, isolada ou conjuntamente, com diversas áreas da CAIXA, emprestando ênfase, por força da natureza de suas atividades, aos debates e análises com as áreas de controle institucional, de gerenciamento de riscos, de contabilidade e tributos, de controladoria e de ouvidoria. Com as equipes de auditoria interna e independente, conheceu os resultados dos principais trabalhos e examinou suas conclusões e recomendações. Revisou, além disso, as demonstrações contábeis, respectivas notas explicativas e relatórios da administração e do auditor independente.

O Comitê também acompanhou o resultado de inspeções e apontamentos feitos pelos órgãos reguladores/supervisores, bem como sobre os procedimentos de regularização, mantendo, quando solicitado, reuniões específicas com seus representantes.

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

Em todos os encontros anteriormente mencionados, colheu informações, observações e diagnósticos a propósito de aspectos relevantes ou críticos, debateu ações corretivas e oportunidades de aperfeiçoamentos, discutiu planos e ações, e formulou apontamentos. Informou-se sobre o estágio das recomendações ou determinações emanadas das diversas instâncias de controle, cuidando de conferir a consistência e a efetividade das respectivas soluções.

Manteve-se em sintonia com os contextos regulatórios e econômicos e suas implicações para a CAIXA e atentou para os reflexos das ações de gestão sobre a dinâmica de atuação da Empresa, em particular quanto aos aspectos relacionados a controles internos, de riscos e de auditoria.

Em razão das atividades desenvolvidas, o Comitê reuniu um acervo de informações que constituiu a base de suas avaliações. Assim, analisados os elementos colecionados, considerados os resultados das análises efetuadas e ponderadas as responsabilidades e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, concluiu que:

- i) os sistemas de controle interno e de gerenciamento de riscos da CAIXA revelam satisfatório nível de efetividade, ressaltada a necessidade de constantes aperfeiçoamentos que se ajustem, em velocidade compatível com as transformações experimentadas, ao porte e à complexidade operacional da Empresa;
- ii) a auditoria interna mostrou-se efetiva, atuando com adequada independência e objetividade;
- iii) em relação à auditoria independente, não foram identificadas situações que pudessem comprometer sua efetividade e independência; e
- iv) as demonstrações contábeis, individual e consolidada, inclusive notas explicativas, relatório da administração e parecer da auditoria independente, foram elaboradas em consonância com as normas de regência e as melhores práticas adotadas no País,

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

refletindo, em seus aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira da Caixa Econômica Federal em 30.06.2016.

Brasília (DF), 10 de Agosto de 2016.

Reinaldo Busch Alves Carneiro
Presidente

Adilson da Conceição Rocha
Membro

Arnaldo Jose Vollet
Membro

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionista da
Caixa Econômica Federal - CAIXA

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Caixa Econômica Federal – CAIXA (“CAIXA” ou “Instituição”) e as demonstrações contábeis consolidadas da Caixa Econômica Federal - CAIXA e suas controladas (“Consolidado”), que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da CAIXA é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da CAIXA para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da CAIXA. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual da Caixa Econômica Federal - CAIXA, bem como a posição patrimonial e financeira consolidada da Caixa Econômica Federal - CAIXA e suas controladas em 30 de junho de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individual e consolidado para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Ênfases

Créditos com FCVS

Chamamos a atenção para a nota 7(b) às demonstrações contábeis, que descreve que, em 30 de junho de 2016, a CAIXA (individual e consolidado) possui créditos junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS no montante líquido de R\$ 27.218 milhões. Os financiamentos habitacionais encerrados com cobertura do FCVS, ainda não homologados, montam R\$ 11.722 milhões e a sua efetiva realização depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS. A CAIXA estabeleceu critérios estatísticos para estimar as perdas decorrentes de operações que não venham a atender a essas normas, para as quais constituiu provisão no valor de R\$ 2.940 milhões. A realização dos créditos relacionados a financiamentos habitacionais já homologados pelo FCVS, no montante de R\$ 18.436 milhões, em 30 de junho de 2016, segue um processo de securitização (emissão de títulos por parte da União), conforme previsto na Lei 10.150 de 2000. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Créditos tributários

Chamamos a atenção para a nota 20(b) às demonstrações contábeis, que descreve que, em 30 de junho de 2016, a CAIXA (individual e consolidado) possui R\$ 37.900 milhões de créditos tributários de imposto de renda, contribuição social, PASEP e COFINS apurados sobre prejuízos fiscais, diferenças temporárias e contribuição social a compensar, líquido de provisão para realização desses créditos no valor de R\$ 1.146 milhões. O valor registrado no ativo, refere-se à estimativa da administração considerando a realização prevista para os próximos dez exercícios sociais. A realização desses créditos tributários está diretamente relacionada à geração de lucros tributáveis futuros, a qual pode variar da atual estimativa da administração. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Créditos tributários em controlada em conjunto

Em 30 de junho de 2016, a controlada em conjunto Banco Pan S.A., a qual é avaliada pelo método de equivalência patrimonial, possui créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, no montante de R\$ 3.157 milhões, reconhecidos substancialmente com base em estudo do cenário atual e futuro aprovado pelo Conselho de Administração em 1 de agosto de 2016, cujas premissas principais utilizadas foram os indicadores macroeconômicos, de produção e custo de captação. A realização desses créditos tributários depende da materialização dessas projeções e do plano de negócios na forma como aprovados pelos órgãos da Administração do Banco Pan S.A. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Riscos relacionados a não conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado na nota explicativa 2(d), em função de notícias veiculadas na mídia, a partir de 10 de abril de 2015, a respeito do suposto envolvimento de fornecedores de serviços da CAIXA na 11ª. fase do processo de investigação pelas autoridades públicas federais na operação conhecida como “A Origem”, a Administração da CAIXA adotou ações investigativas, com o propósito de identificar eventuais descumprimentos de leis e regulamentos por parte de seus empregados e administradores relacionados a essa alegação. Essas ações já foram concluídas, incluindo o processo de investigação interno. Entretanto, como a operação “A Origem” ainda encontra-se em andamento, neste momento não é possível prever os desdobramentos futuros decorrentes do processo de investigação conduzido pelas autoridades públicas, nem seus eventuais efeitos nas demonstrações contábeis da CAIXA. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Relatório dos Auditores Independentes

Reapresentação dos valores correspondentes

Chamamos a atenção para a nota 3(t) às demonstrações contábeis, que descreve que, em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas pela CAIXA, os valores correspondentes referentes ao trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2015 e ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23, ou CPC 23, (Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidado, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2016, preparadas sob a responsabilidade da Administração da CAIXA, cuja apresentação está sendo efetuada de forma voluntária. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Revisão dos valores correspondentes ao 2º trimestre de 2016

Os valores referentes às demonstrações individuais e consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados referentes ao 2º trimestre de 2016, que estão sendo apresentadas pela Administração da CAIXA como informações suplementares, foram por nós revisadas e sobre as quais emitimos relatório de revisão, sem modificações, contendo as mesmas ênfases acima descritas, datado de 10 de agosto de 2016.

São Paulo, 10 de agosto de 2016

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/O-6

Flávio Serpejante Peppe
Contador CRC-1SP172167/O-6

Parecer do Conselho Fiscal

Parecer nº 018/2016, da Ata nº 710, de 10/08/2016

Assunto: Balancete Mensal de Junho de 2016, Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Contábeis Consolidadas e Execução Orçamentária da Caixa Econômica Federal, referentes ao Primeiro Semestre de 2016.

O Conselho Fiscal da Caixa Econômica Federal, em cumprimento ao disposto no Artigo 50 do Estatuto Social da Empresa, aprovado pelo Decreto nº 7.973, de 28/03/2013, **examinou** o Balancete Mensal de Junho de 2016, as Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Contábeis Consolidadas e Execução Orçamentária da Caixa Econômica Federal, referentes ao Primeiro Semestre de 2016, e, tomando por base a manifestação da Auditoria Interna e o Parecer da Ernst & Young Auditores Independentes S.S., **é de opinião que devem ser observadas, integralmente, as recomendações da Auditoria Interna e as ênfases da Auditoria Independente, de modo a considerar os riscos inerentes aos controles internos e aprimorar a gestão contábil, financeira e patrimonial da CAIXA, e nada tem a opor à divulgação das referidas Demonstrações Contábeis.**

Brasília, 10 de agosto de 2016.

CRISTIANO NEUENSCHWANDER
LINS DE MORAIS
Conselheiro

MANUEL AUGUSTO ALVES SILVA
Conselheiro

MAÍRA SOUZA GOMES
Conselheira

MÁRCIA FERNANDA
DE OLIVEIRA TAPAJÓS
Conselheira

LEONARDO SILVEIRA DO NASCIMENTO
Presidente

Parecer do Conselho da Administração

PARECER

O Conselho de Administração da Caixa Econômica Federal, em cumprimento ao disposto no Artigo 18, Inciso X, alínea “f”, do seu Estatuto, aprovado pelo Decreto nº 7.973, de 28 de março de 2013, e alterado pelo Decreto nº 8.199, de 26 de fevereiro de 2014, tomando por base o Relatório da Auditoria Interna e o Parecer da *Ernst & Young Auditores Independentes S.S.*, **aprovou** as Demonstrações Contábeis Individuais, as Demonstrações Contábeis Consolidadas e a Execução Orçamentária da Caixa Econômica Federal, referentes ao primeiro semestre de 2016.

Brasília, 10 de agosto de 2016.

ANELIZE LENZI RUAS DE ALMEIDA
Conselheira

CLÁUDIO XAVIER SEEFELDER FILHO
Conselheiro

FERNANDO FERRAZ RÊGO NEIVA
Conselheiro
Representante dos Empregados

GILBERTO OCCHI
Conselheiro

MARCOS ADOLFO RIBEIRO FERRARI
Presidente